Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade.

Período de Análise: 01/05/2016 a 31/05/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Incra cria novo modelo de desenvolvimento com preservação ambiental na Resex Alto Juruá/AC. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 02/05/2016 5

Aberta temporada de pesca artesanal da tainha no Sul e Sudeste. Ana Carolina Oliveira – MAPA. 02/05/2016. 6

MARANHÃO: Conab debate perspectivas de inclusão de comunidades quilombolas. CONAB. 02/05/2016. 8

AMAZONAS: Conab debate incentivo à cadeia produtiva de juta e malva. CONAB. 03/05/2016. 8

Presidente da FAEA defende o desenvolvimento da produção de mel de abelha sem ferrão. CNA. 03/05/2016. 9

AMAZONAS: Simpósio sobre sustentabilidade terá participação da Conab. CONAB. 04/05/2016. 10

Ministra lança ações contra desmatamento. Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/05/2016 11

Governo lança ações contra desmatamento. Renata Meliga e Lucas Tolentino - Site do Ministério de Meio Ambiente (MMA). 05/05/2016 12

Desenvolvimento rural via proteção ambiental. João A. de Mangabeira. Carta Maior, 05/05/20116 14

Agricultura familiar, mais Agroecologia = sustentabilidade, mais alimentos saudáveis e menos aquecimento global. Jean Marc von der Weid. Carta Maior, 05/05/2016. 20

Experiências de manejo agroecológico no Rio Grande do Sul. Fábio Dal Soglio. Carta Maior, 05/05/2016. 22

Agricultura Orgânica: para além do nicho de mercado. Romeu Mattos Leite. Carta Maior, 05/05/2016. 28

O complexo sistema regulatório sanitário brasileiro e a produção agroecológica. Rodrigo Noleto. Site do MST, 05/05/2016. 33

Projeto Biomas e Exército ampliam parceria no Cerrado. CNA. 05/05/2016. 37

ALAGOAS: Prefeituras recebem 157 toneladas de feijão da Conab. CONAB. 05/05/2016. 39

CAR atinge mais de 80% da área prevista. Paulenir Constâncio - Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 06/05/2016 40

Apesar de em queda, emissões do Brasil no passado foram maiores que o imaginado. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 06/05/2016. 41

A legislação ambiental sob muitos atropelos. Washington Novaes – O Globo, Opinião. 06/05/2016 44

Por meio do Minha Casa Minha Vida, Governo Federal libera recursos para construção de moradias rurais e urbanas. FETRAF. 06/05/2016. 47

AMAZONAS: Indígenas receberão alimentos da Conab. CONAB. 06/05/2016..... 49

MATO GROSSO DO SUL: Indígenas recebem 1700 cestas de alimentos da Conab. CONAB. 09/05/2016. 50

Informação é gargalo para agropecuária sustentável, afirma especialista. CNA. 09/05/2016. 50

Poluição nas cidades preocupa agência das Nações Unidas. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 09/05/2016. 52

Preservação ambiental associada à produção agropecuária é destaque no lançamento do II SIGEE. CNA. 10/05/2016. 58

SÃO PAULO: Conab distribui mais de 12 mil cestas de alimentos. CONAB. 11/05/2016. 61

Presidente da FAEA em debate na Universidade Federal do Amazonas sobre a cadeia Produtiva de Juta e Malva. CNA. 12/05/2016. 61

MS Caborno Neutro será apresentado no II SIGEE. Ana Brito - CNA. 12/05/2016. 62

MARANHÃO: Conab doa 5 mil cestas de alimentos para quilombolas do estado. CONAB. 13/05/2016. 63

PIAUÍ: Conab doa 37 toneladas de alimentos para comunidades de terreiros e acampados. CONAB. 13/05/2016. 64

Projeto Biomas apresenta área de restauração florestal na Feira Agrobrasília. CNA. 13/05/2016. 65

MINAS GERAIS: Conab distribui mais de 20 mil cestas de alimentos. CONAB. 16/05/2016. 66

Acidente em barragem é responsável por 65% do desmatamento em Mariana. Mariana Alvim – O Globo, Blog Lauro Jardim. 16/05/2016 69

Países pobres serão os primeiros a sofrer efeitos das mudanças climáticas. O Globo, Sustentabilidade. 17/05/2016. 70

Projeto ABC Cerrado inicia etapa de capacitações no próximo dia 30 de maio. Aline Oliveira - CNA. 17/05/2016. 71

Curso ensina técnicas de manejo do solo. Marta Moraes - Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/05/2016 72

PARAÍBA: Conab beneficia extrativistas de mangaba no estado. CONAB. 18/05/2016. 73

A agroecologia e os Agentes Agroflorestais Indígenas no Acre. Marcos Catelli Rocha. Carta Maior, 19/05/2016. 74

A Conjuntura Agrária e o Movimento do Mercado de Terras no Brasil. Guilherme C. Delgado. Carta Maior, 19/05/2016. 78

Mulheres Rurais e a construção da agroecologia: por um modelo de desenvolvimento rural inclusivo e com igualdade de gênero. Emma Siliprandi. Carta Maior, 19/05/2016. 82

A Rede Ecovida de Agroecologia. Laércio Meirelles. Carta Maior, 19/05/2016. 86

PARANÁ: Indígenas recebem 156 t de alimentos. CONAB. 19/05/2016. 89

PERNAMBUCO: Doações de alimentos beneficiam 420 mil pessoas. CONAB. 20/05/2016. 90

Terras privadas têm 30% menos floresta do que deveriam. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 23/05/016 91

"Temer vai tocar uma agenda antiambiental pesada". Flávia Marreiro (El País) – O Globo, Blog do Noblat. 23/05/2016. 93

Ministério lança cartilha sobre aproveitamento de resíduos de suínos. MAPA. 23/05/2016. 94

Mata Atlântica perdeu 1,9 milhão de 'campos de futebol' em 30 anos. Cesar Baima – O Globo, Sociedade. 25/05/2016. 95

Projeto Biomas: Preservação, manejo correto e uso sustentável da arvore na propriedade rural. CNA. 26/05/2016 98

Financiamentos do Plano ABC chegam a R$ 12,5 bilhões. MAPA. 27/05/2016. ... 101

Pnuma aprova 25 resoluções para ambiente. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 30/05/2016. 102

Transformações no semiárido brasileiro: "A luta pela água não pode acabar; ela é permanente". Site do MST, 30/05/2016. 104

Solos saudáveis geram autonomia, resiliência e produtividade no longo prazo. Janneke Bruil. Carta Maior, 31/05/2016. 109

MATO GROSSO DO SUL: Comunidades indígenas recebem alimentos da Conab. CONAB. 31/05/2016. 114

Sustentabilidade vai de madeira certificada a almofadas artesanais. Adriana Carvalho – Valor Econômico. 31/05/2016. 115

IEA, da USP, lança grupo de pesquisa sobre agricultura urbana. Bettina Barros – Valor Econômico. 31/05/2016. 117

Incra cria novo modelo de desenvolvimento com preservação ambiental na Resex Alto Juruá/AC. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 02/05/2016

A Superintendência Regional do Incra no Acre - por meio do serviço de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES), desenvolvido pela organização não governamental SOS Amazônia, contratada para tal atividade -, criou e está aplicando um modelo de desenvolvimento com preservação ambiental na Reserva Extrativista (Resex) Alto Juruá, localizada na fronteira com o Peru.

Esse modelo, chamado de roçado sustentável, consiste em se plantar em áreas degradadas leguminosas (mucuna-preta/Stizolobiumaterrimum e puerária/phaseoloides) que injetam nitrogênio no solo e produzem biomassa/folhas em grande quantidade - que servem de cobertura para o solo protegendo-o de contato direto com a luz solar e impedindo o crescimento de mato/erva daninha. Por conta do regime de chuvas amazônico, os técnicos da SOS Amazônia orientam os moradores da Resex Alto Juruá a terem quatro áreas distintas para produção e utilizem duas por ano, fazendo rodízios entre elas. Assim, se planta as leguminosas de novembro a dezembro de um ano, faz-se o corte/roçado alto em março do ano seguinte e 15 dias depois, com as folhas já secas e em processo de decomposição, se planta direto no solo, sem queimar ou retirar a biomassa, que vira adubo para a plantação.

Atualmente cerca 1,2 mil famílias são atendidas com ATES na Resex Alto Juruá. Desde o início das atividades, em 2014, o Incra/AC concedeu 550 contratos Fomento Produtivo, com investimento de R$ 3 milhões e a expectativa é liberar mais R$ 5 milhões durante este ano de 2016.

De acordo com a prestadora de serviço SOS Amazônia, um dos principais resultados foi a adesão de 528 produtores à prática dos roçados sustentáveis, com a recuperação de 285 hectares de áreas alteradas, que agora estão incorporadas ao sistema produtivo da reserva. Destaca-se ainda como resultado positivo a redução de desmatamento e de queimadas destas áreas.

Ambientalmente correto

“Queremos que seja um processo cada vez mais participativo e democrático. O trabalho desenvolvido mostra que é possível aliar desenvolvimento econômico em harmonia com a

natureza, valorizando as pessoas, a família, crianças, jovens e mulheres", disse o superintendente do Incra no Acre, Marcio Alécio.

A exemplo de vários produtores, o ribeirinho Germano Bezerra do Nascimento, da comunidade Restauração, aderiu ao modelo de roçados sustentáveis e trabalha a produção de mudas para reflorestar nascentes. Em breve ele vai ser beneficiado com o Fomento Produtivo. "O crédito vai possibilitar a compra de materiais para auxiliar na produção, como a roçadeira, uma casa de farinha e o mais importante, sem agredir o meio ambiente", disse o produtor.

Mercados institucionais

A ATES possibilita ainda o acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Na Resex Alto Juruá 37 famílias acessaram o PAA com a orientação técnica da SOS Amazônia, para a comercialização de diversos produtos, gerando um aumento de 25 por cento na produção da agricultura familiar e extrativista.

O programa de ATES é atualmente destaque na política nacional de reforma agrária porque capacita os moradores sobre a necessidade de se organizar e buscar meios para melhorar o cotidiano das famílias na área social e ambiental.

Além da assistência técnica, gestão atual do Incra no Acre busca desenvolver ações pela cidadania, como os mutirões da documentação, realizado em parceria com o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Ultimamente pelo menos 1,8 mil pessoas emitiram documentos ou deram entrada ao acesso a benefícios sociais com a realização dos mutirões da documentação. Produtores e extrativistas com documentos desatualizados se regularizaram e podem, agora, acessar políticas públicas, a exemplo dos créditos Fomento Produtivo, Fomento Mulher e Pronaf.

Com informações da SOS Amazônia.

Aberta temporada de pesca artesanal da tainha no Sul e Sudeste. Ana Carolina Oliveira – MAPA. 02/05/2016.

RS, SC, PR, SP, RJ e ES estão autorizados a desenvolver atividade até fim de julho

O período de pesca artesanal da tainha em 2016 começou nesse domingo (1º) nas regiões Sul e Sudeste. Já a liberação para captura dessa espécie por embarcações motorizadas terá início em 15 de maio. A temporada para ambas modalidades vai até 31 de julho.

Nessa fase, os grandes cardumes migram para reproduzir, saindo do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A expectativa é que a safra chegue a 1,8 mil toneladas em Santa Catarina, incluindo essas duas modalidades de pesca artesanal. Cerca de 90% do desembarque de tainha é feito no estado.

Segundo o presidente da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina (Fepesc), Ivo Silva, a atividade conta com mais de 30 mil trabalhadores diretos e indiretos.

A pesca de arrasto de praia – uma das modalidades artesanais – é centenária. Nela, os pescadores lançam uma rede ao mar, às vezes com auxílio de uma canoa, para depois puxá-la com a ajuda de vários homens. A rede pode medir de 100 a 600 metros de comprimento, com altura no centro entre 6 a 20 metros e extremidades de 2 a 10 metros de altura.

Segundo Ivo, a temporada de tainha garante a renda dos pescadores. Em 2015, foram capturadas mais de 1,3 mil toneladas. “Historicamente, os pescadores confiam na safra de tainha. Quando há falha na safra de outras espécies, a tainha compensa e complementa a renda. Eles costumam dizer que nesse período recebem o ‘décimo-terceiro salário’”.

Para abençoar o início da safra, houve uma missa na praia do Campeche, em Florianópolis, nesse domingo (1º). A celebração ocorre há 11 anos e, de acordo com o presidente da Fepesc, tem o apoio dos moradores. “As famílias se reúnem para participar da captura dos peixes. Até quem não trabalha no ramo comparece para celebrar a chegada dos cardumes”.

A pesca da tainha nas regiões Sudeste e Sul foi regulamentada pela Portaria Interministerial nº 4, de 14 de maio de 2015, pelo extinto Ministério da Pesca e

Aquicultura, incorporado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento este ano.

MARANHÃO: Conab debate perspectivas de inclusão de comunidades quilombolas. CONAB. 02/05/2016.

O apoio às comunidades quilombolas do Maranhão foi tratado, nesta segunda-feira (2), em reunião da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com a Secretaria de Estado Extraordinário de Igualdade Racial (SEIR). O encontro ocorreu na sede da Superintendência regional da Conab, em São Luis.

Atualmente, 30 comunidades são beneficiadas por ações e programas da Companhia, como a doação de cestas de alimentos e Política de garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). A relação inclui 21 comunidades da grande ilha de São Luís. Já no interior do estado, são atendidos pelo governo federal quilombolas das cidades de Codó, Itapecuru Mirim, Central do Maranhão, Serrano, Cajapió, Guimarães e Mirinzal.

A Secretaria solicitou a inclusão dos quilombolas em outros programas federais coordenados pela Conab, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os representantes do governo estadual também apresentaram uma proposta de inclusão de mais 40 municípios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. As propostas serão analisadas pela Companhia.

AMAZONAS: Conab debate incentivo à cadeia produtiva de juta e malva. CONAB. 03/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Amazonas, vai participar do 2º Workshop de Estratégia de Dinamização da Cadeia Produtiva de Juta e Malva no Estado do Amazonas, entre os dias 4 e 5 de maio, em Manaus.

Promovido pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o evento tem como objetivo discutir ações, propostas e estratégias de desenvolvimento de inovações sociotecnológicas. Visa também proporcionar a troca de experiências individuais e coletivas a respeito da cadeia produtiva no estado. A programação contará com a apresentação de trabalhos técnico-científicos relacionados ao tema, mesa-redonda, oficinas, além de amostra de produtos fabricados a partir da juta e malva.

O analista da Conab Amazonas, Thomaz Silva, vai participar da mesa-redonda com o tema, "O futuro da produção de malva: visão da indústria, órgãos estaduais, federais e representantes do setor de fibras naturais do Amazonas". Na ocasião ele fará uma apresentação sobre temas como preço mínimo, custo de produção e compra de sacaria biodegradável de fibras.

O encontro, aberto a todos os interessados, também contará com a participação de representantes de órgãos governamentais como Embrapa, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) e Secretaria de Estado de Produção Rural e Sustentabilidade (Seprors). O público-alvo inclui agricultores, técnicos de extensão rural, pesquisadores, professores, alunos, além de indústrias do segmento.

Pela grande importância socioeconômica e ambiental da cadeira produtiva de juta e malva, a Conab faz o acompanhamento conjuntural do setor. Também garante remuneração ao produtor por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Presidente da FAEA defende o desenvolvimento da produção de mel de abelha sem ferrão. CNA. 03/05/2016.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA) Muni Lourenço, esteve na manhã da última sexta-feira (29) na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM) onde foram discutidos por técnicos, pesquisadores e produtores rurais entraves na meliponicultura, criação de abelhas sem ferrão produtoras de mel, no Amazonas. O debate ocorreu no auditório João Bosco, na ALE-AM, e foi uma iniciativa da Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Abastecimento e

Desenvolvimento Rural (CAPPADR), presidida pelo deputado Dermilson Chagas (PEN).

Na ocasião estavam presentes representantes do Ipaam, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária na Amazônia Ocidental (Embrapa), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (Idam), entre outros órgãos, e entidades do segmento da meliponicultura, como Grupo de Criadores de Abelhas Nativas Indígenas da Amazônia em Iranduba e Associação dos Criadores de Abelha de Manacapuru.

A meliponicultura no Amazonas tem um grande potencial de produção, mas enfrentam diversos empecilhos burocráticos ambientais e legais, que dificultam o desenvolvimento da produção de mel de abelhas nativas, sem ferrão no estado.

De acordo com o presidente, Muni Lourenço "a meliponicultura é uma atividade que se caracteriza por ser sustentável ambientalmente, promove até a recuperação das áreas degradadas, além disso, é uma atividade com grande mercado consumidor do mel, principalmente por ser um produto com propriedades terapêuticas e fitoterápicas, além de ser um alimento rico e saudável. Por isso é uma atividade que tem bastante potencial de geração de trabalho e renda no interior do estado," disse o presidente.

AMAZONAS: Simpósio sobre sustentabilidade terá participação da Conab. CONAB. 04/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) participará do I Simpósio de Organização Social e de Mercados: Sustentabilidade em Comunidades Rurais do Amazonas, nos dias 5 e 6 de maio, em Manaus. A Companhia dispõe de diversos mecanismos de apoio aos pequenos produtores da região, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Vendas em Balcão (Provb) e a Política de Garantia de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

O objetivo do evento, promovido pelo Núcleo de Socioeconomia da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas, é proporcionar um espaço de diálogo entre os sujeitos políticos, com base nas experiências das redes, espaços de

comercialização e empreendimentos econômicos da agricultura familiar em questões organizacionais, concepções e práticas de acessos aos mercados.

No dia 6, o analista Thomaz Silva, da Superintendência regional da Conab no Amazonas, fará uma apresentação sobre "Instrumentos de apoio à organização social e mercado para a agricultura familiar". O encontro terá a participação de produtores rurais, universidade e governos e é aberto a todos os interessados. Para participar, basta entrar em contato com a organização do evento pelo email simposio.osim1@gmail.com.

Ministra lança ações contra desmatamento. Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/05/2016

Izabella Teixeira apresenta a Estratégia do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, entre outras iniciativas.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Antônio Lopes, e o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Leonel Perondi, lançam nesta quinta-feira (04/05), às 15 horas, a Estratégia do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros. Também será apresentado o novo sistema de monitoramento da Amazônia Legal (DETER-B).

Na ocasião, serão apresentados, ainda, dados referentes ao projeto TerraClass de 2014 e de 2004 na Amazônia Legal. O levantamento mostra a os resultados do mapeamento do uso e cobertura da terra no bioma e faz uma avaliação da dinâmica do uso e ocupação das áreas desflorestadas.

SERVIÇO

Lançamento da Estratégia de Monitoramento, do DETER-B e do TerraClass 2014 e 2004

Data: 05/05/2016

Horário: 15 horas

Local: Auditório Ipê Amarelo, Ministério do Meio Ambiente, Bloco B, Esplanada dos Ministérios – Brasília/DF

Governo lança ações contra desmatamento. Renata Meliga e Lucas Tolentino - Site do Ministério de Meio Ambiente (MMA). 05/05/2016

Medidas incluem novos sistemas de mapeamento e de identificação das mudanças do uso do solo na Amazônia Legal.

O governo federal aprimorou as ações de fiscalização e conservação dos ecossistemas do país. Foram lançados nesta quinta-feira (05/05), em Brasília, a Estratégia do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, o novo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter-B) e o TerraClass de 2004 e de 2014, que qualifica o desmatamento da Amazônia Legal nesse período.

Feito a cada dois anos, o TerraClass tem o objetivo de avançar no conhecimento da dinâmica do uso solo nas áreas já desflorestadas na Amazônia Legal. Segundo o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Marcos Adami, em 2014, 173.387 km2 da área mapeada era de vegetação secundária, o que representa um aumento de 58% se comparado a 2004, início da série histórica, quando a vegetação secundária era de 100.674 km2. Os dados lançados são referentes aos anos de 2004 e 2014 e se juntam aos de 2008, 2010 e 2012, já lançados anteriormente.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, destacou que esses dados permitem uma visão crítica do que aconteceu, as dinâmicas associadas ao uso do solo, além da restauração e recuperação da floresta. “Que são informações riquíssimas para que a gente possa ter estratégias de assegurar isso como floresta secundária, consolidar como sumidouro e contabilizar como captura de carbono. Etapas que vão exigir muito do país”.

FISCALIZAÇÃO

Durante o lançamento das novas ações, Izabella Teixeira adiantou dados do chamado Deter-B, que passará a operar continuamente com resolução espacial a partir de 60 metros. De agosto de 2015 a 28 de abril de 2016, foi detectado desmatamento de 3.613 km2 na Amazônia Legal. “Nunca vai deixar de existir fiscalização, mas ela estará cada vez mais associada às tecnologias, principalmente num país continental como o Brasil”, reforçou a ministra.

O Deter foi desenvolvido como um sistema de alerta que mapeia o corte raso e a degradação da floresta para dar suporte à fiscalização do Ibama. Na primeira fase, chamada de Deter-A e

iniciada em 2004, os dados foram gerados com base em imagens de satélite com resolução espacial de 250 metros.

METAS

As medidas anunciadas contribuirão para o cumprimento das metas assumidas pelo Brasil perante a comunidade internacional. “O Brasil precisa, nos próximos quatro anos, de uma grande preparação, inclusive para se comportar como um país economywide frente à Convenção do Clima, aos seus setores econômicos, às suas inovações tecnológicas e à sua ciência”, apontou Izabella Teixeira. A expressão "economywide" se refere a todos os setores da economia.

Criado em novembro de 2015, o Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas tem como objetivo mapear o desmatamento e avaliar cobertura vegetal, do uso da terra e suas dinâmicas, das queimadas, da extração seletiva de madeira e da recuperação da vegetação.

A diretora do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Thelma Krug, disse que se emocionou quando o programa foi lançado porque teve a “nítida visão de que estávamos entrando em uma nova era. Saímos de uma visão de foco em desmatamento, para uma visão muito mais integrada, muito mais holística”.

Thelma Krug reforçou que nenhum esforço foi poupado para elaboração da estratégia do programa e que a ambição é que ele seja implementado até 2020. “Para mim a indicação é de que o caminho é olhar para o país como um todo e respeitar e ajudar todos os biomas”.

DESAFIO

A indicação de Krug também é compartilhada por Izabella Teixeira. “A ideia é que as informações estejam cada vez mais disponíveis, os estudos cada vez mais aprofundados, não só mais em relação à Amazônia, mas também em relação ao Cerrado e a todos os biomas. Talvez o maior desafio do país nos próximos anos seja se apropriar de todo esse conhecimento, que não é trivial, e traduzir isso para todos os biomas”.

A estratégia resulta de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e os institutos Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Desenvolvimento rural via proteção ambiental. João A. de Mangabeira. Carta Maior, 05/05/20116

Uma nova forma de desenvolvimento rural, que privilegie a proteção ambiental é perfeitamente factível.

INTRODUÇÃO

É possível existir um desenvolvimento rural que não traga conseqüências nocivas ao meio ambiente? A agricultura convencional tem se mostrado eficiente nesse sentido? Em caso negativo, há alguma alternativa agrícola que propicie um meio ambiental saudável, com ênfase na conservação dos recursos naturais?
Este artigo abordará, primeiramente, a relação do modelo econômico atual com o meio ambiente, no intuito de compreender como se constituiu o precário cenário atual no que se refere a essa matéria. Posteriormente, será apresentada uma nova forma de desenvolvimento rural, baseada nos princípios da Agroecologia, os quais podem ser utilizados como norteadores para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento rural sustentável que considere a proteção ambiental, contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento rural via produção agrícola convencional. Finalmente, serão analisadas as questões acerca da emergência de uma nova forma de desenvolvimento econômico de forma sustentável, com reflexões sobre o comportamento e valores morais edificados pela sociedade moderna, projetando-se a necessidade da mudança da racionalidade instrumental econômica a fim de reverter a frágil situação de relacionamento com natureza.
Tendo como base vários trabalhos isolados dentre a vasta literatura sobre o tema, este artigo pretende apresentar uma pré-avaliação de elementos teóricos que propiciem análises consistentes, bem como discutir as implicações e limitações para aplicação do desenvolvimento rural sustentável via proteção ambiental.

COMO O MODELO ECONÔMICO ATUAL PREDOMINANTE RELACIONA-SE COM O MEIO AMBIENTE

A corrente de pensamento econômica dominante (mainstream) é a chamada Economia Ambiental (neoclássica) que, de modo geral, leva o indivíduo a ter uma postura egoísta em relação ao bem-estar futuro, sem preocupação com a utilização sustentável dos

recursos naturais e sem equidade na distribuição destes recursos em relação às gerações futuras. Não é difícil perceber que essas preferências individuais em busca do uso ótimo dos recursos naturais atuais não se mostram adequadas para garantir a sustentabilidade, uma vez que se trata de uma visão desprovida de ética, perpetuidade e equidade. Assim, o Homo Economicus neoclássico dá sempre a preferência ao individual em detrimento a uma futura necessidade de recursos naturais. Maximiza a utilidade do indivíduo, considerando a sustentabilidade como critério de bem-estar social (ROMEIRO, 2001). Esta corrente econômica neoclássica avalia a relação entre economia e meio ambiente, em seus modelos econômicos, de forma superficial.

A Economia Ambiental baseia-se no liberalismo de Adam Smith (1723-1790) que, ao publicar a obra "A Riqueza das Nações", em 1776, chamou a atenção pela primeira vez sobre a existência de uma "mão invisível" orientando as ações de milhões de consumidores e milhões de empresas que, sozinhos, encontram a posição de equilíbrio nos vários mercados, sem a intervenção do Estado e sem a presença dos recursos naturais. Para Adam Smith o mundo só se explica por competição, o que justifica a postura egoísta do indivíduo, interessado em maximizar seu bem-estar. Tal corrente acredita em um crescimento econômico de forma ilimitada e postula que os problemas de escassez dos serviços ecossistêmicos, prestados pela natureza, seriam superáveis indefinidamente pelo progresso científico e tecnológico. Ou seja, no limite dos recursos naturais (recursos exauríveis e recursos renováveis), esses podem ser substituídos via desenvolvimento tecnológico, o que acarretaria a solução de problemas de cunho ambiental, mantendo assim o crescimento econômico.

A Economia Ecológica, por sua vez, aprece em contraposição à economia neoclássica, colocando em dúvida boa parte do ortodoxo instrumental desta última. Para a Economia Ecológica, existem limites biofísicos e ecológicos à contínua expansão do sistema econômico, bem como limiares ecológicos que, uma vez ultrapassados, podem levar a perdas irreversíveis e potencialmente catastróficas. Dentro dessa visão pré-analítica fundamental, a Economia Ecológica tem como desafio analisar as interações entre sistema econômico/capital natural e como ocorrem os processos ecológicos que geram serviços essenciais de suporte à vida. Os elementos estruturais do capital natural e as funções ecológicas decorrentes são interdependentes, o que requer um esforço de análise conjunta dos vários tipos de recursos que compõem o capital natural. Para a Economia Ecológica, o sistema econômico é visto como um subsistema de um todo maior que o contém, o meio ambiente, o qual impõe restrições absolutas à sua

expansão (ROMEIRO, 2001). Pressupõe que o caminho para a sustentabilidade está na lógica econômica cíclica, com novos estilos de vida, produção e consumo. A ciência e a tecnologia devem promover estudos que determinem escalas locais sustentáveis de uso dos recursos naturais, a partir de estudos integrados de conhecimento físico e de relações sociais dos territórios, sendo que a determinação das escalas só pode ser realizada por meio de processos coletivos de tomadas de decisão (entre entes públicos e privados) subsidiadas por informações oficiais e científicas. O Princípio de Precaução é valorizado pela Economia Ecológica, com a adoção antecipada de medidas contra fontes potenciais de danos, sem esperar certezas científicas de causa/efeito da atividade. Portanto, para essa corrente, a racionalidade econômica também envolve valores culturais e sociais, o que inevitavelmente demanda profundas mudanças institucionais, novos instrumentos econômicos e inovadoras metodologias de valoração indireta de serviços ecossistêmicos, indo além da microeconomia (ROMEIRO, 2001). Diferentemente da corrente econômica predominante, aqui o princípio de cooperação entre os indivíduos e de precaução em relação ao uso dos recursos naturais são de fundamental importância. O uso indiscriminado dos recursos naturais, sem precaução, acima da sua capacidade de suporte, propicia uma forte pegada ecológica, o que nos remete a um conceito de Herman Daly, um dos precursores da Economia Ecológica. Em contraposição ao conceito de "mão invisível", ele afirma que existe um "pé invisível", ou seja, o uso indiscriminado dos recursos naturais de uso comum, sem alguma limitação no uso privado destes recursos, não leva a uma alocação ótima dos recursos, devido à competição, e sim levará à exaustão destes recursos naturais**.**

A saída para essa perspectiva sem futuro proposta pelos economistas ambientais exige a mudança do paradigma de desenvolvimento, abandonando-se a crença no crescimento ilimitado. Faz-se necessário adotar uma nova ética, não-economicista, de visão da economia e gestão dos recursos naturais, abandonando-se o paradigma vigente, o qual tem sido ecologicamente predatório, além de socialmente injusto (MANGABEIRA & ROMEIRO, 2007). Com o crescimento ilimitado da economia, alguns recursos naturais irão desaparecer, sendo que diversas atividades ecossistêmicas serão prejudicadas. Uma proposta de desenvolvimento viável não pode escamotear essa realidade: deve oferecer caminhos que permitam progresso material com respeito à capacidade de suporte - ou seja, dos limites - dos ecossistemas (MANGABEIRA & ROMEIRO, 2007). Cabe, portanto, a todos os atores da sociedade e do governo assimilar a noção de que a gestão dos recursos naturais é uma tarefa comum, numa perspectiva de progresso que

seja ecologicamente responsável. Ou seja, trata-se de buscar um padrão de desenvolvimento ecologicamente suportável e socialmente justo, que siga também os parâmetros da eficiência econômica (MANGABEIRA & ROMEIRO, 2007).

UMA NOVA FORMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL BASEADA NOS PRINCÍPIOS DA AGROECOLOGIA

A forma tradicional de desenvolvimento rural, pela produção agrícola convencional, tem seu embasamento teórico na Economia Neoclássica. Desde a chamada "revolução verde", os objetivos principais têm sido a melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola por meio de um conjunto de práticas tecnológicas, tais como: variedades vegetais geneticamente modificadas extremamente exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e motomecanização. Todo o processo tem sido conduzido sem considerar as externalidades negativas do impacto ambiental destas tecnologias ao meio ambiente e ao consumo humano.

Como salienta Altieri (2001), após três décadas de implantação deste padrão da revolução verde o padrão convencional de agricultura tem se mostrado insustentável, não só pelo aumento da pobreza e o aprofundamento das desigualdades, mas também pelos impactos ambientais negativos causados pelo desmatamento continuado, pela redução dos padrões de diversidade pré-existentes, pela intensa degradação dos solos agrícolas e contaminação química dos recursos naturais, entre tantos outros impactos.

O quadro de insustentabilidade deste modelo agrava-se ainda mais quando se considera a tendência histórica das últimas décadas, que mostra uma crescente elevação do custo de produção, grande parte pelos altos custos dos insumos agrícolas, associada à queda real dos preços pagos aos produtores (op. cit.). Simultaneamente ao aumento dos investimentos em novas tecnologias para aprimorar ainda mais o padrão produtivo desta "revolução verde" surgem as preocupações relacionadas aos impactos socioambientais e econômicos desse padrão tecnológico.

Ainda analisando essa insustentabilidade, Gliessman (2001) enfatiza que o uso abusivo dos insumos agroquímicos significou a redução da eficiência energética e o aumento dos custos de produção para os sistemas produtivos. Segundo esse autor, "a agricultura moderna é insustentável – ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, em longo prazo, porque ela deteriora as condições que a tornam

possível".

A saída, portanto, para um desenvolvimento rural sustentável e amigável ao meio ambiente passa necessariamente por uma corrente econômica baseada nos princípios da Economia Ecológica e pela Agroecologia que, a partir da crítica à corrente econômica predominante, propõe uma revisão profunda em conceitos-chave da agricultura moderna, como rentabilidade ou produtividade física por unidade de área ou de mão-de-obra, sugerindo, por exemplo, que a sustentabilidade dos sistemas agrícolas deve ter em conta tanto as externalidades como os balanços energéticos da produção agrícola. A Agroecologia tem como referencial teórico as abordagens de alguns de seus precursores: Miguel A. Altieri (Universidade da Califórnia, Campus de Berkley, EUA), Stephen R. Gliessman (Universidade da Califórnia, Campus de Santa Cruz, EUA); e Sevilla Gusmán (Universidade de Córdoba na Espanha).

Para Altieri, a Agroecologia é a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona, então, as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura "sustentável" nas suas diversas manifestações e/ou denominações (ALTIERI, 2001). Já para Stephen R. Gliessman "o enfoque agroecológico corresponde à aplicação dos conceitos e princípios da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis" (GLIESSMAN, 2001). Para Guzmán, a definição agroecológica de sustentabilidade implica um manejo dos recursos naturais que seja, ao mesmo tempo, ecologicamente sadio, economicamente viável, socialmente justo, culturalmente adaptável e socioculturalmente humanizado (SEVILLA GUZMÁN, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quem interessa esta proposta agroecológica para o desenvolvimento rural sustentável, que valoriza o respeito e a proteção ao ambiente? Interessaria aos agricultores e aos consumidores, ao próprio meio ambiente, à sociedade em geral, mas certamente não agradaria a todos aqueles que se beneficiam do sistema econômico vigente.

É urgente a adoção de um enfoque global da agricultura e do desenvolvimento rural, no qual a interação entre os seres humanos e a terra, ou entre a sociedade e a natureza, não seja tratada apenas como uma questão econômica, cuja eficiência deriva da manipulação físico-química e do aporte de capital, mas sim como um processo complexo que pressupõe a compreensão do funcionamento dos ecossistemas e a preocupação com a justiça na repartição de seus produtos.

A Agroecologia é considerada uma disciplina cientifica que transcende os limites da própria ciência ao pretender incorporar questões não tratadas pela ciência clássica (relações sociais de produção, equidade, segurança alimentar, qualidade de vida, sustentabilidade). Ao mesmo tempo, configura-se dentro dos referenciais teóricos da Economia Ecológica, incorporando o meio ambiente em suas variáveis produtivas e valorizando os serviços ecossistêmicos prestados pela natureza.

Algumas conclusões de caráter geral podem ser extraídas a partir dessa exposição. Uma nova forma de desenvolvimento rural, que privilegie a proteção ambiental é perfeitamente factível. Para tanto, cabe à sociedade e aos governos, se estão verdadeiramente inclinados à busca do desenvolvimento sustentável, assegurar melhor qualidade de vida para as populações. Uma das metas a ser perseguida é a construção de estilos de agricultura sustentável, o que exige romper com o modelo convencional e montar estratégias capazes de assegurar um processo de transição para uma agricultura de base ecológica. À medida que o processo de transição ecológica avança, o relacionamento mais harmonioso com a natureza permite a produção de alimentos sadios e de melhor qualidade biológica. Ademais, a agricultura, para ser sustentável, não pode ser causadora de êxodo rural, assim como não pode ser responsável pela contaminação do ar, do solo e das águas. Também não pode ser geradora de externalidades incontroláveis que afetam negativamente a saúde de homens e animais.

Agricultura familiar, mais Agroecologia = sustentabilidade, mais alimentos saudáveis e menos aquecimento global. Jean Marc von der Weid. Carta Maior, 05/05/2016.

O Brasil é o país onde mais se avançou em termos de políticas públicas em favor da agroecologia, mas estas políticas estão ameaçadas.

A agroecologia está provando através de inúmeras experiências em todo o mundo que há modos verdadeiramente sustentáveis de se produzir alimentos saudáveis sem provocar o aquecimento global e até ajudando na sua reversão. Quem diz isso são pesquisas nos Estados Unidos, União Europeia, África, Ásia e América Latina. Realizadas pela UNCTAD, pela FAO, pela Academia Nacional de Ciências dos EUA, pela Universidade de Essex no Reino Unido, entre outras, essas pesquisas provam que os sistemas de produção agroecológicos são capazes de garantir o abastecimento da humanidade em alimentos e outros produtos de origem agrícola sem esgotar os recursos naturais não renováveis e preservando e recuperando os renováveis. Tudo isso pode ser feito a preços aceitáveis para os consumidores e permitindo uma dieta diversificada e com produtos de boa qualidade nutricional e isentos de agrotóxicos. Além disso, se toda a produção agropecuária adotasse este padrão de produção, a agroecologia permitiria a absorção no solo de todo o CO2 em excesso atualmente na atmosfera, bem como a anulação das emissões de origem agrícola para o futuro no espaço de apenas 10 anos. A agroecologia tem como um obstáculo aparente o fato de que não é operável em larga escala, condenando ao desaparecimento os imensos latifúndios que hoje são a marca do agronegócio no Brasil e no mundo. Esses produtores baseados na agroquímica, nas espécies transgênicas e na moto-mecanização pesada estão fadados ao desaparecimento devido à sua dependência por insumos cujas reservas estão se acabando e pelo efeito destruidor de suas práticas sobre os solos, a água e a biodiversidade. A agroecologia opera na escala da produção familiar diversificada e serão necessários muitos mais agricultores no futuro se quisermos garantir as promessas da agroecologia. Isso significa, no Brasil, a necessidade da intensificação da Reforma Agrária numa escala ainda não imaginada. Nos Estados Unidos cientistas calculam que serão necessários 40 milhões de agricultores para garantir o abastecimento do país em bases agroecológicas. Se nos EUA essa conversão seria muito traumática e longa, no Brasil ainda temos uma demanda por terras reprimida e o potencial para dobrar o número de agricultores

familiares em uma geração se adotadas as políticas necessárias.

O Brasil é, justamente, o país onde mais se avançou em termos da formulação de políticas públicas em favor da agroecologia. Através de vários mecanismos de participação da sociedade civil vinculados a vários ministérios desde o advento do governo Lula em 2003, foram formuladas políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural, seguro, educação, pesquisa, convivência com o semiárido, abastecimento etc. Embora o nível de coerência, radicalidade a abrangência dessas políticas e programas tenha sido desigual, houve uma contínua progressão na direção da adoção dos conceitos da agroecologia no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Essas políticas, que são motivo de enorme interesse internacional, estão hoje ameaçadas pelo movimento de derrubada do legítimo governo da presidente Dilma. Por mais que tenha havido erros nos governos populares, a verdade é que eles não estão sendo hostilizados e ameaçados por esses erros, mas por seus acertos, tais como os acima apresentados. Enganam-se no entanto os defensores do agronegócio, das empresas de agrotóxicos, adubos químicos e sementes transgênicas que ameaçam o meio ambiente e a saúde de agricultores e consumidores se acham que vão varrer os agricultores familiares e a agroecologia do mapa da produção agropecuária brasileira. Tanto produtores como consumidores têm hoje uma maior consciência da importância desta alternativa sustentável para produzir de forma saudável e vão lutar pela manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), entre outros, e pelas políticas que dão suporte à transição agroecológica da agricultura familiar.

Buscando divulgar experiências e reflexões sobre o desenvolvimento da agroecologia no Brasil, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Carta Maior lançam este especial, reunindo reportagens, entrevistas e artigos de especialistas em temas que incluem a segurança alimentar, a conservação da agrobiodiversidade e das águas, a pesquisa, o ensino, assistência técnica e extensão rural, as políticas públicas e

programas voltados para a agricultura familiar, a questão agrária e muitos outros - informações e reflexões que nos ajudarão a entender por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia e como podemos nos engajar nessa luta.

Experiências de manejo agroecológico no Rio Grande do Sul. Fábio Dal Soglio. Carta Maior, 05/05/2016.

A constante articulação de agricultores tem permitido atravessar mudanças políticas e dificuldades conjunturais sem perder ritmo no crescimento.

No cenário da agricultura brasileira, muitas vezes o Rio Grande do Sul é lembrado por seus campos de soja transgênica, suas lavouras de fumo contaminadas com agrotóxicos e o desmatamento que reduziu a cobertura florestal do estado de 40% para menos de 3% ao final do século XX. Entretanto, é também nesse estado que muitas experiências de "manejo agroecológico" se consolidaram. Essas experiências, ao longo das últimas décadas sustentaram um crescimento constante em área e número, mas principalmente na capacidade de mobilização e pressão para o estabelecimento de políticas públicas para fortalecer a agricultura de base ecológica, especialmente a agricultura familiar e camponesa. Mesmo com flutuações de apoio político, ao longo das últimas décadas, o modelo agroecológico tem amadurecido, fortalecendo-se e contribuído no estabelecimento de processos que levem ao desenvolvimento sustentável.

Muitos nomes devem ser lembrados como fundamentais à resistência agroecológica ao modelo de modernização conservadora da agricultura gaúcha, instalado de forma avassaladora na década de 1960 pelo pensamento desenvolvimentista (e que hoje volta defendido por quem não aprendeu com o passado). Salienta-se que, na época, "ser do contra" era proibido (e punido), e resistir ao regime sociotécnico imposto de certo não foi uma tarefa fácil. Entre os pioneiros da Agroecologia que atuaram no RS, destacaram-se (e lhes devemos gratidão) Ana Maria Primavesi, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Sebastião Pinheiro, José Lutzemberger, Padre João Bosco Schio, Maria José Guazelli, Flávio Lewgoy, e as agricultoras e os agricultores que assumiram o compromisso com a agricultura ecológica. Certamente não temos como nomear todas as pessoas que se comprometeram desde então com a organização da resistência, criando as condições para a organização da Associação Gaúcha de Proteção ao

Ambiente Natural (AGAPAN) em 1971; da Cooperativa Ecológica Coolméia em 1978; do Centro Ecológico em 1985; da Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (AECIA) em 1991; e, em 1998, da Rede Ecovida de Agroecologia. Todas essas organizações foram (e muitas ainda são), fundamentais para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção no Rio Grande do Sul.

Também devem ser destacadas como conquistas, a lei estadual 7747 de 1982, regulamentando o uso de agrotóxicos no território gaúcho (promulgada em 1983, seis anos antes que a lei Federal); o desenvolvimento de estratégias participativas de certificação de produtos agroecológicos que inspiraram o Sistema Participativo de Garantia (SPG) regulamentado no Brasil; e a Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE), realizada desde 1989 em Porto Alegre, servindo de estímulo e modelo a muitas novas formas de acesso a mercados para os produtos da agricultura de base ecológica. Para o sucesso dessas iniciativas, sempre resistindo ao modelo hegemônico da modernização da agricultura, foi preciso ter engajamento, participação e cooperação.

As primeiras experiências de conversão para manejo agroecológico se basearam na capacidade dos agricultores de gerar novidades, não havendo, na época, espaço para a Agroecologia no ambiente acadêmico, tal o domínio da perspectiva tecnológica de dependência de insumos. Isso reforçou o estabelecimento de diversas organizações não governamentais (ONGs), que cooperaram com os agricultores, desenvolvendo soluções para os problemas que apareciam. Embora já nos anos 1980 houvesse técnicos ligados às instituições oficiais de ensino, pesquisa e extensão rural que apoiavam a transição agroecológica, só na virada para o Século XXI é que passou a existir apoio de políticas públicas para isso. Por muito tempo foram os agricultores e consultores ligados às ONGs que atuaram na construção do conhecimento, nem sempre bem vistas pelas instituições governamentais. Isso tem mudado, sendo mais comum a cooperação institucional, sendo valorizados os espaços que se dedicam à Agroecologia nos centros de pesquisa, nas Universidades e em diferentes órgãos do Governo do Estado.

Para apresentar a diversidade de sistemas de manejo agroecológico no RS, resultantes de diferentes processos de construção, apresentamos a seguir algumas experiências, entre tantas que existem no estado, principalmente as ligadas a segmento da agricultura

familiar. É o caso da AECIA, que sob inspiração do Padre Schio e apoio do Centro Ecológico, permitiu, na década de 1990, que então jovens agricultores promovessem a conversão de sistema de produção, abandonando a dependência (e contaminação) de agrotóxicos e fertilizantes químicos, e passando a produzir diversos alimentos, especialmente olerícolas e frutíferas temperadas, em sistemas de manejo ecológico. Desde os primeiros tempos, quando sofriam com a falta de tecnologias e preconceito dos agricultores vizinhos, até os dias de hoje, em que assumiram uma liderança regional pela capacidade de protagonismo social e de geração de novidades, esses agricultores foram fundamentais no desenvolvimento da proposta agroecológica no RS. À partir dessa experiência, e com o apoio de diferentes e importantes ONGs que atuam no estado, muitas outras associações e cooperativas de agricultores familiares ecológicos surgiram, diversas delas participando de núcleos da Rede Ecovida, que se estabeleceu como a mais importante rede de conhecimento, produção e comercialização de produtos ecológicos no sul do Brasil, estando estabelecida no RS, SC e PR. Muitos desses grupos também fortaleceram mercados locais e regionais pela participação em feiras agroecológicas e em outras formas de acesso ao mercado, rompendo com a dependência dos atravessadores, até então considerada normal. E mesmo enfrentando as lógicas da certificação por auditoria, até então única forma de comprovação da qualidade dos produtos ecológicos, pela prática da certificação participativa. Hoje a região da Serra Gaúcha, principalmente os municípios de Ipê e Antônio Prado, tem uma forte identidade não apenas com a agricultura ecológica, mas também com o desenvolvimento sustentável. Através de diferentes práticas, tanto de manejo da fertilidade como das interações bióticas, foram desenvolvidos sistemas com boa relação entre produtividade, sustentabilidade ambiental, equidade, estabilidade e autonomia dos agroecossistemas.

Também merece destaque iniciativas de fortalecimento de sistemas agroflorestais em diferentes regiões do estado, mas principalmente no Litoral Norte. Nessa região, ONGs e instituições oficiais cooperam com agricultores experiências no desenvolvimento de sistemas de manejo que combinam, principalmente, fruticultura, como a da banana, citros e abacaxi, com o cultivo de diversas espécies arbóreas. Os componentes arbóreos, em geral espécies nativas, contribuem no sistema melhorando a fertilidade do solo, estabelecendo microclimas mais propícios e mesmo gerando novos produtos para a

alimentação e geração de renda, além da madeira. É o caso da palmeira juçara (Euterpe edulis), que sob pressão do extrativismo do palmito, quase foi extinta, mas que está sendo valorizada por seu fruto, que tem uso semelhante ao fruto do açaí (Euterpe oleracea), produzido no norte do Brasil, deixando de ser derrubada e sendo protegida por muitos agricultores. Paralelo à essas experiências, Sistemas agroflorestais de base agroecológica estão sendo desenvolvidos em diversas outras regiões do RS, com cooperação bastante positiva entre agricultores, ONGs e instituições públicas. Esta cooperação tem permitido a realização de encontros, seminários e estudos em rede, os quais reforçam as perspectivas das agroflorestas como sistemas de manejo eficientes e sustentáveis também no Sul do Brasil, especialmente nas áreas que originalmente eram de Mata Atlântica.

Outra região do estado que tem sofrido o impacto da expansão do modelo convencional de agricultura, tanto pelos cultivos anuais como pelas plantações de árvores exóticas, é a a do Bioma Pampa. Originalmente uma savana rica em espécies nativas, os "Campos Sulinos", altamente produtivos para o uso como forrageiras, o Pampa está intimamente ligado à identidade dos Gaúchos e às práticas tradicionais de pecuária. Nos últimos anos, uma importante novidade foi a organização de agricultores e instituições na Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), que busca reforçar a perspectiva territorial e de desenvolvimento sustentável. Para reforçar a identidade local escolheram como carro chefe o manejo das pastagens nativas para a produção de ovinos. Nessas experiências, instituições como EMBRAPA e EMATER/RS desenvolvem diversas ações de construção de conhecimento junto a organizações dos pecuaristas familiares, e reforçam a perspectiva agroecológica.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre outra experiência importante ocorre desde o início dos anos 2000. Os Assentamentos instalados na década de 1990 adotaram inicialmente o modelo convencional de produção de arroz como principal atividade econômica. Entretanto, logo perceberam que esse modelo não funcionava, pelos custos envolvidos, pela falta de autonomia, e por reforçar uma perspectiva socioeconômica que não se alinhava à agricultura camponesa, sendo necessário assumir um novo modelo de produção. Na região já havia experiências bem sucedidas de produção ecológica de arroz, especialmente a do produtor João Batista Volkmann, que desde a década de 1980

produzia arroz com base na Biodinâmica. Também já existiam alguns agricultores assentados no entorno uma Unidade de Conservação que já adotavam sistemas ecológicos de produção de arroz, e isso passou a ser estimulado pelas cooperativas dos agricultores assentados, pela assistência técnica e pela coordenação do setor de produção do MST. Em seguida, além de se tornar obrigatório o uso de sistemas agroecológicos no assentamento localizado no entorno da Unidade de Conservação, que veio a se tornar uma Área de Proteção Ambiental (a APA do Banhado dos Pacheco, criada em 1998), os demais assentamentos passaram a ampliar a produção ecológica de arroz, de olerícolas e, mais recentemente, de leite. Atualmente as cooperativas de agricultores assentados da região estão bem preparadas para produzir, processar e comercializar arroz orgânico, bem como outros produtos, tanto para programas institucionais, como o PAA e o PNAE, como em diferentes redes de comercialização regionais e nacionais. Atualmente mais de 600 famílias produzem arroz ecológico na região, tendo colhido em 2015 mais de 6,5 mil sacas de arroz orgânico.

Também deve ser registrado o processo de inclusão da Agroecologia nos meios acadêmicos e nas instituições governamentais de apoio à agricultura no RS. Em parte esse processo está associado ao crescimento internacional dessa Ciência no meio acadêmico, representado por um conjunto de publicações e cursos de pós-graduação. Como representantes desse processo citamos os professores Miguel Altieri e Stephen Gliessman, atuando na Universidade da Califórnia, nos EUA, e Eduardo Sevilla Guzmán, na Universidade de Córdoba, na Espanha. Pesquisadores e técnicos que estavam seguindo essa formação acadêmica, apoiados pela demanda das ONGs e das organizações dos agricultores que sentiam necessidade de apoio público para a Agroecologia, aos poucos passaram a receber mais apoio institucional, seja por pressão social ou evidências científicas dos problemas associados à produção convencional. No final da década de 1990 esse processo foi sendo reforçado no RS por uma série de seminários de Agroecologia e desenvolvimento sustentável, que favoreceram o diálogo entre agricultores, técnicos e cientistas. Ao mesmo tempo, mudanças políticas no estado, com a eleição do Governador Olívio Dutra, permitiram uma radical mudança nas políticas públicas para a agricultura, especialmente a agricultura familiar, que resultou em uma série de mudanças nas linhas de pesquisa e extensão rural oficiais no estado, onde a Agroecologia passou a ter recursos antes não acessados.

Com apoio público, e baseado nas experiências consolidadas dos agricultores e das ONGs, o Estado passou a ser reconhecido também pela produção acadêmica, e maior articulação entre os conhecimentos dos agricultores e os conhecimentos científicos. Hoje existem nos centros de pesquisa da EMBRAPA linhas de pesquisa em Agroecologia com grande penetração nos fóruns de agricultores familiares e junto aos assentamentos de agricultores rurais que adotam de forma crescente os métodos agroecológicos de produção. Nas Universidades também crescem os núcleos de Agroecologia e os grupos de ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia. Editais e chamadas específicas para a Agroecologia e para a agricultura familiar, com recursos de diferentes ministérios, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dos macroprogramas da EMBRAPA, também foram fundamentais para o fortalecimento da Agroecologia nos meios acadêmicos e nas instituições públicas de extensão rural. Esse fortalecimento no RS resultou, por exemplo, na realização dos Congressos Brasileiros de Agroecologia e na criação da organização da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que representa o meio acadêmico e participa com ONGs e organizações sociais da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), cuja ação tem levado ao estabelecimento de políticas públicas importantes, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.

A constante articulação de agricultores, organizações e instituições apoiadoras da Agroecologia, inspirada nas ações dos pioneiros gaúchos para a resistência agroecológica, tem permitido ao estado atravessar mudanças políticas e dificuldades conjunturais sem perder ritmo no crescimento, tanto da organização como da área manejada e da produção total de alimentos ecológicos. Hoje são milhares de famílias vivendo da agricultura de base ecológica, e de consumidores que podem acessar esses produtos no RS. Certamente isso parece pouco, especialmente quando comparamos com o mercado de produtos convencionais, que além de contaminados por agrotóxicos, que deixam um rastro de problemas ambientais e sociais e ameaçam a soberania alimentar das próximas gerações. No entanto, as experiências, os processos de construção de conhecimento e as redes de agricultores e consumidores agroecológicos no RS

continuam a ser fortalecidas e oferecem esperança para a sociedade, mostrando que, como diz o slogan do Fórum Social Mundial, “um outro mundo é possível”.

Agricultura Orgânica: para além do nicho de mercado. Romeu Mattos Leite. Carta Maior, 05/05/2016.

Não satisfeitos com o mercado de nicho, estamos trabalhando na perspectiva de reverter o modelo dominante de desenvolvimento.

Alguns teóricos tendem a definir a agricultura orgânica como sendo uma mera substituição de insumos químicos por insumos naturais, visando lucros com a moda de nicho do mercado natureba. Mas, é importante ouvir também o ponto de vista de quem está historicamente na prática do que se denomina hoje de agricultura orgânica.

A visão acadêmica, muitas vezes, se baseia na ideia de que a agricultura orgânica nasceu em 1940 com a publicação do livro “Um testamento agrícola”, do britânico Albert Howard. Ele dizia que a fertilidade do solo e a saúde das plantas e animais dependem da diversificação e rotação de culturas. Também criticava os fertilizantes químicos e, em seu lugar, preconizava o uso do composto orgânico que chamou de compostagem Indore, método sistematizado por ele a partir do que conseguiu aprender com os agricultores da Índia, praticantes de uma agricultura milenar e sustentável sintonizada com o ecossistema local.

As ideias de Howard se opunham à teoria do químico alemão Justus von Liebig, que em 1840 difundiu os fertilizantes químicos na agricultura. Posteriormente, estes fertilizantes vieram a integrar os pacotes tecnológicos usados no programa mundial de modernização agrícola, difundido pelo grupo Rockefeller, conhecido como “Revolução Verde”.

A contraposição à agroquímica e o composto Indore, apesar de rejeitados na época, causaram impacto e ficaram conhecidos como se fosse uma “receita de bolo”, possivelmente daí surgiu a ideia simplista de que a agricultura orgânica se resume à aplicação duma receita.

O termo “orgânico” aparece quando Jerome Irving Rondale, baseado nas ideias de Howard, publica em 1948 o livro “The Organic Front” (A Frente Orgânica). Ele lançou também a revista “OrganicGardeningandFarm” (Jardinagem e Fazendas Orgânicas), que se tornou a partir dos anos 1970 um baluarte do movimento de agricultura alternativa norte americana. Nesta mesma época, surgem no mercado europeu os primeiros produtos com a denominação de orgânicos e em 1972 nasce a InternationalFederationofOrganicAgricultureMovements IFOAM (Federação Internacional do Movimentos de Agricultura Orgânica), consolidando a denominação “orgânicos” para produtos alternativos à agricultura química, embora as denominações natural, biológica, ecológica, sustentável, entre outras, permaneçam em uso, independente de regulamentações públicas.

Por sua vez, os consumidores, confusos em meio a tantas denominações, seguem procurando garantias de produtos saudáveis, ecológicos, economicamente viáveis e socialmente justos.

É bastante comum entre os teóricos a confusão entre agricultura orgânica e produto orgânico certificado.

Vale lembrar que já se praticava agricultura bem antes da descoberta dos produtos sintéticos, ou seja, a história dos agroquímicos e transgênicos é extremamente recente e curta se comparada com a história da agricultura. Da mesma maneira, as agriculturas alternativas já existiam no Brasil e no mundo, bem antes do regulamento nacional que estabeleceu a nomenclatura orgânica e a certificação em 2003.

Sob esse aspecto, seria justo reivindicar que o termo “agricultura” permanecesse com os que continuam a plantar como era antes da introdução dos insumos sintéticos. E o que veio depois, deveria ser chamado de: agroquímica, produção agrotóxica, transgênica ou outra denominação qualquer que represente os sistemas produtivos com insumos artificiais que dominaram a maior parte dos espaços originalmente ocupados pela agricultura primordial.

É pertinente também reivindicar que nos rótulos dos produtos oriundos da agroquímica

devam constar todos os ingredientes artificiais adicionados em seu processo produtivo, além dos avisos sobre ingredientes cancerígenos, a exemplo das embalagens de cigarro.

Nós, agricultores que viemos construindo caminhos alternativos ao modelo dominante do agronegócio , temos resistido a pressão dos agrotóxicos que nos rodeiam, desde muito antes de existir a regulamentação que estabeleceu a nomenclatura de orgânicos para os alimentos que já vínhamos produzindo há décadas com ou sem denominações específicas. Persistimos mesmo quando o mercado era inexpressivo e éramos ridicularizados pelos "papas" da agronomia que, com o apoio do estado, enfiam "goela abaixo" os pacotes tecnológicos envenenados da chamada Revolução Verde.

Por ocasião da construção do marco legal da agricultura orgânica, fomos chamados a contribuir no processo. Consideramos adequada a nomenclatura "sistemas orgânicos de produção" no sentido de que ela traz uma visão sistêmica de organismo, uma visão orgânica em que todos somos parte de um único organismo planetário e procuramos praticar uma agricultura em sintonia com a cosmovisão, na qual o objetivo não é necessariamente a certificação e a venda para um nicho de mercado de alta renda, mas buscamos sobretudo a harmonia com a natureza.

Colocar venenos no solo, nas plantas e nos animais não prejudica somente o outro, prejudica todo o organismo do qual fazemos parte inseparável. Enfim, prejudica a nós mesmos e a nossos descendentes, assim como o desmatamento, a erosão genética da biodiversidade, a concentração da posse das terras e bens materiais, o desrespeito as tradições e culturas, geram pobreza, fome, sofrimento e é incompatível com a visão orgânica que procuramos pôr em prática.

Com o avanço da consciência ecológica, seja ela rasa ou profunda, nasceu o mercado de alimentos orgânicos, que por modismo ou por consciência planetária, vem crescendo a níveis que causam inveja a outros segmentos.

Assim como na roça surgem organismos oportunistas, também em nosso meio brotam empreendedores oportunistas de olho no lucro do mercado orgânico.

O desejo pelo lucro deste mercado alternativo é natural, o problema acontece quando a ganância sobrepõe a ética, são praticados crimes contra os consumidores, denegrindo a imagem dos agricultores que dedicam a vida a pesquisar os princípios da natureza e a produzir em harmonia com ela, cuidando da saúde da terra e das pessoas.

Aproveitadores e criminosos não são exclusividade do mercado de orgânicos, estão presentes em todos os segmentos e profissões. Fraudadores e corruptos são partes indesejáveis da sociedade, assim como doenças são partes indesejáveis da vida.

Através do conhecimento e da autorreflexão, queremos fortalecer cada vez mais a integridade do sistema orgânico como um todo e criar anticorpos para nos defender dessa doença, mas temos consciência que produtores, comercializadores, consumidores e poder público precisam estar juntos nesta tarefa constante, exercendo o controle social.

Delegar este trabalho somente ao estado é ingenuidade. O alarde midiático sobre as fraudes no mercado dos orgânicos é uma reação esperada daqueles que têm interesse em lucrar com a desmoralização dos orgânicos. Porém, mesmo esse tipo de divulgação é útil, pois colabora para despertar o consumidor, fazendo com que a sociedade fique mais vigilante no processo do controle social.

A certificação compulsória é fiscalizada pelo estado e funciona como um tipo de anticorpo contra fraudes no mercado, mas obviamente não dá conta sozinha desta tarefa que deve ser contínua.

No caso do Brasil, a legislação que impôs a certificação e o selo nacional que identifica os produtos certificados foi amplamente debatida com os diversos segmentos do movimento de agricultura alternativa, resultando numa lei com escopo bastante amplo que permite certificar até mesmo alguns sistemas produtivos que não estão necessariamente coerentes com nossa concepção como, por exemplo, monocultivos livres de agrotóxicos. Mesmo assim, a lei estabelece padrões mínimos suficientes para dar aos consumidores credibilidade de não contaminação.

É uma legislação complexa, pois o tema é complexo; carece de aperfeiçoamento, mas traz inovações que expressam algumas ideias baseadas na visão sistêmica que sempre nos norteou. Seu texto contempla, entre outras, a preocupação com o bem-estar animal e aspectos sociais que visam garantir os direitos e a qualidade de vida dos que trabalham no campo. Além disso, possibilita acesso ao mercado de venda direta para agricultores menos capitalizados que não podem pagar uma empresa para certificar seus produtos.

No que tange à garantia aos consumidores da pureza da qualidade dos produtos orgânicos, a legislação brasileira introduz formalmente o conceito de controle social, através dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e dos Organismos de Controle Social (OCS), nos quais os produtores monitoram e controlam uns aos outros, envolvendo neste processo consumidores, técnicos e outros atores que fazem constantemente verificações no campo. Qualquer pessoa no Brasil pode fazer parte de um sistema participativo de garantia visitando os agricultores, vendo com seus próprios olhos, questionando, aprendendo e ensinando localmente no campo sobre os processos de produção orgânica, basta aderir a um dos mais de 250 SPGs ou OCSs espalhados pelo território nacional.

A certificação não é perfeita, pois foi feita e é operada por seres humanos, mas tem sido eficiente na garantia da conformidade à lei para produtos orgânicos no mercado. Existem graves exceções, mas representam uma minoria se considerarmos que apenas 0,6% dos produtos orgânicos analisados pela CIDASC tinham resíduos de agrotóxicos, ao passo que a ANVISA, analisando anualmente produtos convencionais não orgânicos, detecta mais de 25% com níveis de resíduos de agrotóxicos acima do permitido.

A grande maioria dos que praticam a agricultura orgânica não tem intenção de restringir o mercado apenas para lucro próprio. Não satisfeitos com o mercado de nicho, estamos trabalhando na perspectiva de reverter o modelo dominante de desenvolvimento que, nas últimas décadas, transformou nossa paisagem rural em extensos e monótonos monocultivos latifundiários cheios de veneno. Almejamos um planeta alegre, saudável, colorido, culturalmente diverso e agradável para todos viverem saudáveis de acordo com suas necessidades e características individuais.

O complexo sistema regulatório sanitário brasileiro e a produção agroecológica. Rodrigo Noleto. Site do MST, 05/05/2016.

A RDC 49 ainda precisa ser regulamenta em alguns estados e municípios, principalmente em relação à isenção de taxas de vigilância sanitária.

Nos últimos anos, quem tem acompanhado o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, percebe a crescente corrente do movimento agroecológico brasileiro. Esta nova abordagem da agricultura, que busca integrar os diversos aspectos sociais, econômicos e ambientais na unidade de produção familiar, enfrenta entraves regulatórios que desconsideram o papel da agroecologia na economia e na qualidade de vida das famílias envolvidas. A legislação brasileira de produção de alimentos, por exemplo, não é apenas ultrapassada para atender as demandas desse setor, é inadequada, excludente e moralmente injusta com segmentos sociais que estão à margem do apoio do estado.

O marco legal da produção de alimentos é definido por uma série de leis, decretos e normas que compõem o sistema sanitário brasileiro. Este, estabelece as regras para o processamento e consumo de alimentos seguros, quer dizer, tem o papel de determinar o que é seguro para ser consumido por uma parcela significativa da população. Porém, o que vem determinando o padrão de segurança do alimento, é a esterilização e homogeneização nos processos de produção e transformação alimentar. De fato, é uma completa inversão de valores sociais e culturais, pois privilegia uma indústria rica e globalizada, em detrimento da ampla diversidade alimentar e do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Para entender a complexidade do nosso sistema sanitário atual, é necessário realizar uma distinção entre os diversos tipos de alimentos e os processos de produção que determinam o produto final. Esta divisão é necessária, pois dois amplos sistemas de regulação sanitária concorrem perante um perplexo setor regulado. As instituições centrais são o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que conceituam e determinam as variáveis da alimentação brasileira.

Por exemplo, o MAPA regula todos os produtos de origem animal. Porém, caso haja determinado percentual de vegetal no doce de leite, poderia haver um questionamento sobre o órgão regulador. O MAPA é responsável pela regulação de “bebidas”, inclusive polpas de frutas, mas a ANVISA é responsável por “água mineral” e “alimentos processados”. No caso de alimentos prontos para consumo, como o “açaí processado”, que poderia ser considerado “bebida”, este é regulado pela ANVISA.

Quadro 1: Distinção simplificada dos órgãos responsáveis pela regulação de alimentos, de acordo com o tipo de alimento.

O MAPA é a instância central e superior de um sistema que busca padronizar os órgãos estaduais e municipais de vigilância agropecuária. A ANVISA é uma agência que coordena o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), podendo delegar à estados e municípios suas atribuições. Com isso, para a regularização de um empreendimento de alimento é necessário determinar, pelo menos, o produto final e o mercado a ser acessado para iniciar uma verdadeira romaria aos órgãos licenciadores.

Essas duas variáveis, produto e mercado, possibilitariam localizar o órgão licenciador de suas atividades, que pode ser nas secretarias de saúde do município ou do estado, nos caso dos produtos relacionados ao SNVS. Também poderia ser nas secretarias de agricultura do município ou do estado, caso seja um produto de origem animal ou bebida. De qualquer forma, a vigilância sanitária municipal ou estadual deve regularizar a unidade de beneficiamento, caso seja alimento.

Porém, se o produtor tiver a “audácia” de atingir o mercado nacional, e este produto seja de origem animal, necessariamente teria que regularizar sua situação em um dos oito entes federados aderidos ao sistema do MAPA (SUASA). Assim, o produto pode ser comercializado em todo território nacional. Caso contrário, também pode buscar o registro do seu produto/empreendimento diretamente nas superintendências do MAPA, em geral, localizadas nas capitais.

Por exemplo, um produtor de leite e derivados que realize o registro do seu empreendimento no município, considerando que o município tem instituído o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), mas que não tem sua “equivalência” ao subsistema que

regula os produtos de origem animal, cuja sigla é “SISBI-POA”, tem sua comercialização restrita à área daquele município.

O SUASA foi idealizado em 2006 para descentralizar a atuação do MAPA para estados e municípios. Porém, este se tornou um verdadeiro mosaico de regulamentos e subsistemas, que normatiza a produção de insumos, alimentos de origem animal e vegetal, cada qual em diferentes setores com total distinção entre si. Entre os três subsistemas instituídos, apenas o SISBI-POA, que regula produtos de origem animal, existe de fato, pois é evidente o interesse econômico na comercialização de alimentos processados de origem animal. Além disso, os subsistemas possuem estágios diferentes de descentralização (o SUASA Vegetal permite apenas que estados e o DF solicitem sua equivalência ao sistema federal), o que dificulta ainda mais o entendimento e a interpretação da legislação.

Caso um produtor de alimentos de origem animal ainda deseje regularizar sua produção, deve buscar o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), instituído por decreto em 1952. Este é o regulamento para a produção “agroindustrial” de alimentos, que acaba por subtrair da sociedade o papel da produção artesanal e dos processos tradicionais de produção de alimentos. O processo de revisão desta legislação está em curso, mas continua a segregar produtores que não se enquadram no rígido modelo de padrão agroindustrial, focado em empresas de grande porte e não na agroindústria familiar.

Na tentativa de atenuar o fosso entre os setores marginalizados e o MAPA, foi lançada a IN/MAPA 16/2015 que tenta normatizar a “agroindustrialização” de produtos de origem animal nos estabelecimentos de pequeno porte, para agricultores familiares ou produtor rural, com determinado limite de área construída (250m²). Além disso, outras cinco cadeias serão regulamentadas (carne, pescado, leite, ovos, produtos das abelhas e derivados destas cadeias). Porém, a Instrução Normativa foi lançada à revelia de todo e qualquer setor, inclusive do corpo técnico do MAPA, que a questiona e não a reconhece, causando dificuldades no processo de regulamentação.

Para a agricultura familiar, apesar de não ter havido um processo de consulta, a IN

16/2015 promove avanços significativos, como os princípios da “razoabilidade”, “transparência de procedimentos”, “racionalização e simplificação para o registro sanitário”, entre outras, espelhadas na Resolução RDC 49 (ANVISA). Outra questão importante foi o reconhecimento da multifuncionalidade da unidade de produção, ou seja, mais de uma atividade produtiva pode ser realizada no mesmo ambiente. Também foi determinada a isenção do pagamento de taxas de registro e de inspeção sanitária.

Apesar dos avanços verificados, o processo de regulamentação foi iniciado com a cadeia de leite e derivados. O MAPA realizou reuniões com convidados, mas nenhum representante dos setores diretamente afetados pela norma participou das discussões. A única forma de participação das representações da agricultura familiar, foi promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a realização de seminários. O MDA encaminhava as propostas e as discutia com oMAPA.

Por fim, o MAPA submeteu a proposta de IN, em 17 de dezembro de 2015, à consulta pública por 60 dias. Dificilmente representantes da agricultura familiar ou agroecologia e seus empreendimentos teriam acesso ao tipo de consulta pública praticada pelo MAPA, que é unicamente por meio eletrônico e com pouca divulgação. Entendo que as representações da agricultura familiar poderiam agregar pontos importantes à norma, com seu vasto conhecimento técnico e empírico, que fundamenta, muitas vezes, o conhecimento científico. A falta de diálogo e a soberba ideológica de uma sociedade de classes que trata com indiferença os desiguais, não poderia ser reproduzida na construção de uma política pública para a agricultura familiar e para a agroecologia.

No outro lado da moeda, mostrando que é possível ter uma legislação que atenda a maioria, tivemos o processo de construção de uma norma na ANVISA. Pela primeira vez, agricultores familiares e empreendimentos econômicos solidários, tiveram reconhecimento das suas atividades produtivas, a fim de proteger práticas, costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais. Diferente de outras normas, inclusive da ANVISA, houve um amplo processo de consulta pública nas regiões, onde participaram efetivamente representantes de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. A Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA n. 49/2013, buscou, de maneira geral, ser um instrumento facilitador e orientador para um público, até então,

marginalizado no sistema de vigilância sanitária.

Diferente dos sistemas e subsistemas criados pelo MAPA, na vigilância sanitária, apenas um sistema central (SNVS) descentraliza as ações até o nível municipal. Nesse caso, os empreendimentos regularizados pelo município podem comercializar sua produção em todo território nacional. Porém, até a promulgação da RDC 49/2013, não havia qualquer distinção na avaliação discricionária dos agentes de vigilância sanitária, que salvo raras exceções, adotavam uma postura policialesca e sem qualquer razoabilidade.

A RDC 49 ainda precisa ser regulamenta em alguns estados e municípios, principalmente em relação à isenção de taxas de vigilância sanitária. Além disso, também é necessária a capacitação de agentes de fiscalização para que possam ter uma nova postura, adotando as diretrizes da "simplificação", "racionalização", "padronização de procedimentos" e a "razoabilidade quanto às exigências aplicadas". Esta abertura propiciada pela ANVISA trouxe não apenas o reconhecimento da produção de empreendimentos familiares e artesanais, mas provocou ampla discussão nacional para a construção de novos marcos legais para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais. Esta ainda é a esperança da população rural brasileira, produtora de alimentos saudáveis e representante dessa diversidade cultural.

Projeto Biomas e Exército ampliam parceria no Cerrado. CNA. 05/05/2016.

O Coordenador do Projeto Biomas no Cerrado e pesquisador da Embrapa Cerrados, Felipe Ribeiro, reuniu-se na última segunda-feira, 2 de abril, com o 2º sargento do Núcleo de Base Administrativa e Campus de Instrução de Formosa (GO), Lucio Piau. No encontro, eles discutiram as ações que serão executadas na área de referência do Projeto Biomas no Cerrado, que pertence ao Exército brasileiro.

A área de referencia, localizada no Campus de Instrução de Formosa (GO), do Projeto Biomas é uma reserva onde estão preservadas as plantas nativas do Cerrado. "Como a área do exército é intocada, ela serve de referência física e biológica para os projetos de pesquisa implantados na área experimental do projeto biomas", explica Felipe Ribeiro.

Durante a reunião, o Coordenador do Projeto Biomas no Cerrado apresentou alguns pontos dos estudos realizados na área física do Campus de Instrução de Formosa e na Fazenda Entre Rios (PAD-DF). O 2º sargento Piau (foto ao lado) ressaltou a importância dessa parceria para desenvolver novas tecnologias de reflorestamento e restauração e para conscientizar a população, e inclusive os membros do próprio exército, a respeito da importância que aquela área tem e do potencial de estudo em benefício de todos.

Na reunião, foram discutidas diferentes possibilidades da parceria. Foram definidas quatro ações:
1) plantios de crescimento isolado de árvores (pomar educativo e sombra para estacionamentos);
2) coleta de sementes;
3) plantios de recuperação/restauração; e
4) educação ambiental.

Para dar início à primeira ação, o componente Cerrado do Projeto Biomas compartilhou aproximadamente 200 mudas de espécies nativas, sendo várias delas produzidas a partir de sementes coletadas na própria área do Exército. Elas serão plantadas em alguns estacionamentos do Campo de Instrução dessa instituição.

As espécies selecionadas para iniciar o pomar educativo e sombra para estacionamentos foram as fruteiras buriti, gueroba, ingá-mirim, jaracatiá, curriola, marmelada-de-bezerro, guapeva, jussara, e as árvores guanandi, pau-pombo, paineira e os ipês-amarelo da mata, amarelo do Cerrado, amarelo-felpudo e branco.

Foi acordado ainda que as próximas ações aconteçam somente após a preparação de uma planilha com as atividades estratégicas comuns para a ampliação da parceria. Segundo o pesquisador Felipe Ribeiro a expectativa é que ainda este ano seja oferecido um curso de educação ambiental para que os membros daquela corporação possam no futuro coletar sementes e produzir mudas, fortalecendo assim os plantios experimentais que serão implantados na área do Campo de Instrução em parceria com o Projeto Biomas.

Sobre o Projeto Biomas

O Projeto Biomas, iniciado em 2010, é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos.

Os estudos estão sendo desenvolvidos nos 6 biomas brasileiros para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas.

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto, John Deere e BNDES. No Cerrado, o Projeto Biomas é coordenado pela Embrapa Cerrados, com apoio da Embrapa Florestas, Emater/GO, Instituto Federal Goiano, Universidade de Brasília - UNB e Universidade Federal de Goiás - UFG.

ALAGOAS: Prefeituras recebem 157 toneladas de feijão da Conab. CONAB. 05/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional de Alagoas, doou 157 toneladas de feijão a cinco municípios do estado nos meses de março e abril. Foram beneficiadas mais de 54 mil famílias.

O produto, dos estoques públicos, foi entregue pela equipe da Conab aos representantes das prefeituras que ficaram com a missão de buscar o feijão nos armazéns da companhia e fazer a distribuição do produto à rede sócio assistencial dos municípios, contemplando famílias em situação de insegurança alimentar.

A cidade de Cacimbinhas recebeu 31,78 toneladas; Ibateguara, 46,8 toneladas e Senador Rui Palmeira, 22,08 toneladas; Olivença, 21.6 toneladas; e Canapi, 34,8 toneladas de feijão.

A última remessa de entrega do feijão ocorreu no fim de abril na sede do Mercado Público de Ibateguara e contou com a presença de colaboradores da Sureg de Alagoas.

CAR atinge mais de 80% da área prevista. Paulenir Constâncio - Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 06/05/2016

Nos últimos cinco dias, 16,2 milhões de hectares foram incluídos no sistema. Região Norte fecha 100% do Cadastro Ambiental Rural.

O Sistema de Cadastramento Ambiental (Sicar) já é o maior banco de dados de base territorial do mundo. Com 352 milhões de hectares cadastrados na quinta-feira (05/05), atinge 82% da área passível de cadastro no país. O banco de dados torna-se, assim, uma radiografia minuciosa das florestas, bacias hidrográficas, biodiversidade e uso da terra no Brasil. "Estamos revelando um novo Brasil", afirmou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Ela anunciou, nesta sexta-feira (06/05), os novos números do CAR, salientando que o prazo foi estendido apenas para os pequenos produtores. Informou, também, que caso passe a emenda em tramitação no Congresso, prorrogando o período de inscrições para todos, irá recomendar o veto à presidenta Dilma Rousseff. Segundo ela, o que motivou a alteração foi a situação das pequenas propriedades, principalmente no Nordeste e o fato de eles aderirem prontamente.

A região Norte tem toda a sua área cadastrada, com 100% de registro. Em seguida vem o Sudeste, 80,88%. A região Sul, que vinha com os menores percentuais, chegou a 64,74%, superando o Nordeste, que tem 59,44%.

Veja o Boletim Informativo aqui

Esses dados mostram com mais precisão a realidade fundiária e ambiental brasileira e surpreendem por revelarem uma área conservada de floresta que pode ser do mesmo tamanho da que o Brasil destina a Unidades de Conservação. Quase 97 milhões de hectares até agora.

Se for considerado os dados oficiais do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, o CAR atingiu 97% da área cadastrável.

RETRATO INÉDITO

O Governo Federal já havia mapeado a situação em terras públicas, mas pela primeira vez tem um retrato da situação das áreas de preservação ambiental, reservas legais e áreas de uso restrito em terras privadas. O diagnóstico georreferenciado, em princípio voltado para a área ambiental, permitirá também ao setor produtivo contar com dados para a gestão das atividades produtivas relacionadas a terra.

Com a ampliação do prazo para os pequenos produtores até 5 de maio de 2017, o sistema entra em manutenção após registrar, em março e abril, 57 milhões de hectares. Os dados do Sicar surpreendem pelo detalhamento, chegando a registrar o número de nascentes do país, bacias e microbacias, áreas remanescentes e até a estrutura fundiária por município. “Ninguém tem isso no mundo”, comemorou o diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro, Raimundo Deusdará Filho.

Entre março e abril, a expectativa de vencimento do prazo, previsto inicialmente para 5 de maio de 2016, levou o sistema a registrar, em apenas cinco dias, mais de 16 milhões de hectares. O pico de acessos foi de 2 milhões de hectares inscritos no período de uma hora. O SFB incluiu, também, 27 milhões de hectares em áreas protegidas e 43 milhões de assentamentos da Reforma Agrária.

O que mais chamou a atenção dos técnicos que operam o sistema é que 54% dos cadastrados com passivo ambiental a restaurar aderiram ao Programa de Recuperação Ambiental (PRA). Para Deusdará, isso demonstra que os proprietário rurais “estão interessados em regularizar sua situação ambiental.” Agora, o Sicar estará em manutenção nos próximos dias.

Apesar de em queda, emissões do Brasil no passado foram maiores que o imaginado. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 06/05/2016

É o que mostra o novo inventário nacional de emissões de CO2, entregue sem alarde à ONU. Em 5 anos houve queda de 50%, mas os valores de 2005, ano base das nossas metas de redução, foram 30% maior do que se imaginava antes.

O Brasil submeteu à Convenção do Clima das Nações Unidas, sem nenhum alarde, em abril, o novo inventário de gases de efeito estufa do Brasil. O levantamento, referente às emissões de 2010, mostra que o total de gás carbônico (CO2) lançado na atmosfera pelo País caiu mais de 50% entre 2005 (ano do inventário anterior) e 2010, passando de 2,73 bilhões de toneladas de gás carbônico (CO2) para 1,27 bilhões de toneladas. Mas mostra também que o tamanho da contribuição nacional para o aquecimento global naquela época foi maior do que o esperado anteriormente.

O novo inventário, obtido com exclusividade pelo Estado, foi elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com base em uma metodologia científica mais aprimorada, que reviu as emissões nacionais passadas. Com isso se observou que em 2005,

quando o desmatamento no Brasil estava no auge – até então nossa principal fonte de CO2 –, as emissões foram 30% maior que o cálculo anterior. Em vez das 2,1 bilhões de toneladas que eram contabilizadas no segundo inventário, foram emitidas 2,73 bilhões de toneladas de CO2 naquele ano.

Isso é importante porque 2005 foi o ano base usado pelo governo federal para propor as metas de redução das emissões de gases de efeito estufa (conhecida como INDC) que foram apresentadas como a contribuição nacional ao Acordo de Paris. Fechado em dezembro por 195 países do mundo, o acordo visa o combate mundial às mudanças climáticas provocadas pela emissão sem precedentes de gases de efeito estufa.

O governo brasileiro prometeu reduzir as emissões em 37% até 2025 e 43% até 2030, com base nos valores de 2005. Mas na ocasião, consideravam-se os números presentes no inventário anterior. Se somente a porcentagem for mantida em cima do novo valor, as emissões em 2030 serão até maiores que as atuais, sem ganho para o clima.

Impacto nas metas. Para o ambientalista Carlos Rittl, secretário executivo do Observatório do Clima, a meta brasileira tem de ser ajustada para adequar os novos números. “A contribuição nacional para o problema (do aquecimento global) é maior do que se achava que era. Isso impõe mais responsabilidade para o Brasil daqui para frente. É preciso fazer um ajuste na meta para oferecer essa transparência”, diz.

Ele sugere também que o governo deixe claro que a meta não é só a porcentagem, mas o número absoluto que foi apresentado no anexo do documento entregue pelo Brasil. Ali consta que o plano é ter uma emissão de 1,3 bilhão de toneladas de CO2 em 2025 e 1,16 bilhão de toneladas em 2030. “Só assim vai evitar um constrangimento internacional”, complementa.

De acordo com Márcio Rojas Cruz, coordenador geral de mudanças globais de clima do MCTI, a revisão de dados é rotineira nos processos de inventário (isso também ocorreu do primeiro, de 94, para o segundo, de 2005) e se deu porque o conhecimento científico disponível atualmente era melhor que o existente na época em que foi feito o inventário anterior (lançado em 2010).

A revisão dos números de 2005 para cima, explica Cruz, ocorreu principalmente porque a ciência descobriu que ações de mudança do uso da terra (jargão técnico para desmatamento) emitem mais CO2 do que se imaginava anteriormente. O inventário considera as chamadas emissões líquidas do País – ou seja, desconta a absorção de carbono feita por florestas

protegidas no formato de Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Para o inventário de 2010, isso exclui cerca de 390 milhões de toneladas de CO2.

Ele não opinou sobre a meta para o Acordo de Paris, mas disse que os novos números mostram que o Brasil, nos últimos anos, teve um trabalho ainda maior para reduzir suas emissões. “Acho que a leitura que podemos fazer é que, se os números de 2010 são os que vimos agora e se os números para 2005 foram mais altos que o esperado, podemos dizer que houve um esforço ainda maior do País nos últimos anos”, disse ao Estado.

Em tempo. Depois de o Estado ter entrado em contato com o MCTI para fazer esta reportagem, a assessoria de imprensa do órgão convocou para a tarde desta sexta, às 15h, uma coletiva para apresentar o relatório.

Cerrado será monitorado já neste ano. O Estado de São Paulo. 06/05/2016.

Governo apresentou cronograma de vigilância de desmatamento até 2020; novo sistema detecta redução na devastação da Amazônia

BRASÍLIA - O governo federal anunciou nesta quinta-feira, 5, as estratégias do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, com prioridade para o Cerrado, e divulgou os primeiros dados do novo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter-B), indicando uma redução da área desmatada na Amazônia. Segundo o levantamento feito por satélite entre agosto de 2015 e abril deste ano, o desmatamento atingiu 3,6 mil quilômetros quadrados da região.

O programa dos biomas vai avaliar a cobertura vegetal, queimadas e recuperação da vegetação com um cronograma a ser implementado até 2020. Os biomas incluídos são, além da Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal, Pampa e Caatinga. As metas preveem que haverá um monitoramento anual de desmatamento para o Cerrado já neste ano. Uma vigilância contínua para o Cerrado será implementada em dois anos. Para a Mata Atlântica ocorrerá um monitoramento em 2017 e para os demais biomas, apenas em 2018.

Desmatamento. Em relação à Amazônia, o governo informou que o Deter-B mostrou uma redução da área desmatada em torno de 2,2 mil km² em relação ao levamento oficial (Prodes) divulgado no ano passado. O Prodes identificou um desflorestamento em 5,8 mil km². “Não é para comparar, mas o Deter-B mostra que estamos 2,2 mil km² abaixo da taxa anterior”, disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Segundo ela, a revelação do novo sistema é animadora porque as informações que estavam chegando ao ministério eram de que o desmatamento estava avançando, por causa do momento econômico ruim.

“Ainda temos três meses críticos (de maio a julho) no combate ao desmatamento e temos de fazer esforços para que esta taxa de desmatamento caia. Mas o importante é que os números estão dentro do previsto pela fiscalização”, disse a ministra. Os dados do Prodes incluem as informações colhidas entre agosto do ano anterior e julho do ano em curso.

Izabella destacou também que a taxa de desmatamento medida pelo Prodes é feita mais detalhadamente com a checagem em campo das informações recebidas pelos satélites. No entanto, a ministra enfatizou que o Deter-B vai oferecer os dados que indicam onde estão áreas com grande tendência de desmatamento. “É a primeira vez que foi feito este dado. Estamos enxergando mais, antes, para combater o desmatamento da Amazônia”, disse.

Uso da terra. O governo também divulgou nesta quinta uma avaliação do uso da terra nas áreas desflorestadas da Amazônia Legal entre 2004 e 2014. O resultado aponta um aumento da chamada vegetação secundária, o que significa que áreas desmatadas no passado estão com maior robustez de floresta.

O documento mostra também que a faixa etária da floresta é predominantemente acima de 11 anos. “Ou seja, está se consolidando (o reflorestamento)”, avaliou a ministra.

Os números mostram ainda um incremento da agricultura na região, mas ocupando áreas principalmente que eram de pastagem. Isso significa que não houve novos desflorestamentos para a agricultura. A pastagem ainda é predominantemente a atividade que mais substituiu a floresta.

A legislação ambiental sob muitos atropelos. Washington Novaes – O Globo, Opinião. 06/05/2016

Paralelamente ao descalabro político que corre solto no País, avançam hoje como tratores propostas para botar abaixo partes decisivas da legislação ambiental brasileira. Se efetivadas, o Brasil poderá perder grande parte do que faz dele um patrimônio privilegiado, como já comentado mais de uma vez neste espaço – território continental, mais de 12% da água superficial do planeta, sol durante todo o ano, biodiversidade de extraordinária riqueza,

possibilidade de formatos agrícolas adequados, etc., etc. Mas pouco se discute o tema, fora da comunicação.

Por exemplo: recente aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC 65/2012) na Comissão de Constituição e Justiça do Senado impede (Plurale, 3/5) o cancelamento ou suspensão de obras por órgãos do meio ambiente – o que "denota profunda má-fé e uma tentativa de manipular a Constituição", segundo o Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam), apoiado pelo Ministério Público Federal. E ainda há dois outros projetos em comissões no Senado e na Câmara dos Deputados "com os mesmos objetivos". Para o Observatório do Clima, é "um escárnio" a aprovação dessa proposta. Ainda mais num país que sofreu há menos de seis meses a pior tragédia ambiental de sua História, com o rompimento da barragem de São Marcos, em Minas Gerais:"Extingue a legislação ambiental", uma vez que "a mera apresentação do estudo de impacto ambiental pelo empreendedor significa autorização irrevogável até para obra de infraestrutura".

Na prática, o processo de licenciamento ambiental, que analisa, com base em estudos socioambientais, se uma obra é viável ou não, deixa de existir, diz o presidente do Proam, Carlos Bocuhy. Para ele, é uma proposta "completamente absurda: é como se o protocolo para obter uma habilitação já permitisse sair dirigindo um caminhão". Além disso, exclui a sociedade de participar de discussões sobre o projeto. Já os deputados que aprovaram a PEC entendem que a medida visa a "garantir a celeridade e economia de recursos em obras públicas". Mas a emenda ainda terá de passar pelo plenário do Senado e pela Câmara dos Deputados.

Na edição de 29/4 deste jornal, André Borges destaca que a aprovação da emenda "revoltou a comunidade do setor em todo o País". Como não poderão ser mais canceladas ou suspensas obras baseadas em estudos feitos pelos próprios empresários, o processo de licenciamento "perde o sentido". Cita ele a própria ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para quem a aprovação "é um erro" – e acha que "há motivação política" por trás da proposta. A presidente do Ibama, Marilene Ramos, pensa que a aprovação "representa, na prática, o fim do licenciamento ambiental e das medidas de controle dos empreendimentos, com significativos impactos ambientais". E com isso o Brasil vai "em direção oposta ao que vem ocorrendo em todos os países desenvolvidos". Márcio Astrini, do Greenpeace, ressalta que, "se a legislação entrar em vigor, funcionará como uma fábrica de tragédias".

Mas os dramas do meio ambiente não cessam aí. Na Câmara dos Deputados já tramita o Projeto 4.508/16, da deputada Tereza Cristina (PSB-MS), que permite o uso de reserva legal em propriedades rurais para "apascentar animais de criação" (um animal por hectare, com "controle do capim" pelo órgão ambiental) – e propõe que a permissão conste do Código Florestal. Entre as justificativas está a de que esse caminho contribuiria para evitar queimadas.

Por tudo isso, será importante que a sociedade volte a sua atenção para a proposta de resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), apresentada pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), que pretende substituir resoluções que regulamentem os temas da avaliação de impacto ambiental e o licenciamento ambiental (ISA, 20/2/16). É um documento que pretende aumentar a transparência nas informações, assim como a participação e o controle social. Da mesma forma, as peculiaridades regionais em cada caso. Isso permitiria também estabelecer normas complementares com Estados e municípios. E ampliar a participação da sociedade.

A jornalista Tara Ayuk, com base em informações do WWF-Brasil, há pouco tempo lembrou na revista Eco-21 que as áreas úmidas (20% do território nacional) poderão até desaparecer se não se conseguir implantar ali a conservação e o desenvolvimento sustentável – como evidenciou um debate promovido em Brasília, com destaque para a informação de que elas estão sendo drenadas ou aterradas "para os mais diversos fins".

Num encontro em Washington, no mês passado, o Banco Mundial "reafirmou a importância de os países combaterem o desmatamento e investirem em florestas, a fim de evitar tragédias. A destruição indiscriminada dessas áreas ameaça a vida de 1,3 bilhão de pessoas". Por aqui, relatório do WWF diz que seis patrimônios naturais brasileiros estão ameaçados por atividades como a pesca predatória, a mineração e a extração de petróleo (Eco-finanças, 18/4). Entre eles, Fernando de Noronha, Atol das Rocas, Chapada dos Veadeiros, Costa do Descobrimento, reservas da Mata Atlântica no Sudeste, Pantanal e Parque do Iguaçu.

Diante de tantos dramas, fica-se tentado a achar que deve estar por aí a explicação para "a maioria dos filhos no Brasil terem nomes de santos", segundo o IBGE (28/4). "Principalmente Maria e José". Deve ser– em parte, pelo menos – para pedir socorro diante de tantas aflições. Afinal, bilionários do Vale do Silício, gente que costuma ser cética, anunciaram um projeto para enviar uma frota de naves robóticas (Estado, 14/4) para Alfa Centauro, a 4,37 anos-luz do nosso planeta. Pensam em se mudar para lá? E o presidente Barack Obama já sancionou lei

que reconhece o direito à propriedade, por cidadãos e entidade norte-americanas, de recursos naturais obtidos de asteroides.

Por meio do Minha Casa Minha Vida, Governo Federal libera recursos para construção de moradias rurais e urbanas. FETRAF. 06/05/2016.

A assinatura que aconteceu no Palácio do Planalto, vai beneficiar mais de 100 mil pessoas

"A questão da moradia é uma das mais importantes quando se fala do direito de oportunidades. A moradia é sem dúvida uma conquista histórica para uma família, ainda mais quando essa moradia é fruto de uma luta", disse a presidenta Dilma Rousseff ao assinar na manhã desta sexta-feira (6), contratos para a construção de 25 mil unidades habitacionais. A assinatura, que aconteceu no Palácio do Planalto, vai beneficiar mais de 100 mil pessoas, com renda mensal de até R$ 1,8 mil. As unidades integram as modalidades Rural e Entidades do programa Minha Casa Minha Vida.

Presente à cerimônia, o coordenador geral da FETRAF/BRASIL, Marcos Rochinski, defendeu a liberação do recurso para a modalidade. "Foi um evento importante não só para disponibilizar mais unidades, mas também para firmar a importância dessa política. A presidenta Dilma, deu uma demonstração de reconhecimento do que os movimentos sociais significaram ao longo desses anos na construção desse programa", avaliou.

O coordenador falou ainda sobre a importância da atuação dos movimentos sociais na consolidação do Programa. "Nós costumamos dizer que se não houvesse a participação efetiva das organizações sociais, o Minha Casa Minha Vida não seria uma realidade. Independente da situação do governo no próximo período, estaremos sempre nas ruas defendendo a continuidade do Programa, que sem dúvida se constituiu em uma das mais importantes políticas para o desenvolvimento rural brasileiro", completou.

A FETRAF/BRASIL, é pioneira na construção de casas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

A ministra das Cidades, Inês Magalhães, destacou que a modalidade Entidades, com moradias tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, permitem que os grupos sociais

envolvidos no projeto possam realizar adaptações que atendam a eventuais necessidades específicas, como no caso de extrativistas, quilombolas, indígenas ou comunidades tradicionais.

“Elas são desenhadas a partir das suas próprias necessidades. É importante ressaltar que essas famílias não são beneficiárias do Minha Casa Minha Vida, elas são protagonistas na construção das suas casas, assim como na participação do Conselho Nacional das Cidades, elas são partícipes da construção da política urbana do país”, destacou.

Participaram também a presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior e representantes de organizações sociais.

Propriedades

Na modalidade Entidades serão cerca de 13 mil imóveis contratados que beneficiarão famílias de 18 estados. Na rural, serão contratadas 12 mil moradias em zonas rurais por todo o País.

Podem ser beneficiados agricultores familiares, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, pescadores, extrativistas, etc) com renda familiar anual de até R$ 78 mil.

Os projetos foram aprovados pela Secretaria Nacional de Habitação entre dezembro de 2015 e abril deste ano.

Programa

O Minha Casa Minha Vida foi criado com o objetivo de ampliar o acesso à moradia digna com o enorme desafio de atender prioritariamente a população de baixa renda em todo o território nacional.

Passados sete anos desde o lançamento, os números do programa impressionam: já são 4,25 milhões de unidades habitacionais contratadas, sendo 61.617 na modalidade Entidades e 177.146, na Rural. Ao final da terceira etapa, serão 5,75 milhões de unidades contratadas que beneficiarão cerca de 23 milhões de pessoas.

O investimento total realizado no programa atingiu a marca de R$ 300 bilhões, sendo R$ 91 bilhões provenientes do Orçamento Geral da União (OGU). Mais de 90% desse recurso foi destinado a famílias com renda até R$ 2.350,00, demonstrando seu caráter

social e de diminuição das desigualdades. O investimento na modalidade Entidades chegou a R$ 1,44 bilhão e em Rural, R$ 4,13 bilhões.

O programa está presente em 5.330 municípios, ou seja, 96% das cidades brasileiras há, ao menos, uma unidade financiada por meio do programa, evidenciando a superação do desafio de ser um programa de escala nacional.

O MCMV está na terceira fase e as principais alterações em relação às anteriores são: criação da nova Faixa de renda, chamada Faixa 1,5, ampliando os subsídios para famílias que ganham até R$ 2.350,00; a seleção dos beneficiários das Faixas 1 e 1,5 será feita pelo Sistema Nacional de Cadastro Habitacional, conferindo mais transparência ao processo e melhorias nas unidades habitacionais.

AMAZONAS: Indígenas receberão alimentos da Conab. CONAB. 06/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Amazonas (Sureg/AM), está disponibilizando este mês, 2.025 cestas de alimentos para comunidades atendidas pela Fundação Nacional do Índio - Funai / Coordenação Regional de Manaus - CR Manaus. Os alimentos foram adquiridos por meio de convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Trata-se de uma ação governamental que visa garantir, de forma regular, um composto alimentar a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social. Nesta ação, a Conab atua na aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos

Serão beneficiadas 675 famílias indígenas de várias comunidades. As cestas são compostas por 10 Kg de arroz, 5 Kg de feijão, 2 Kg de farinha de mandioca, 6 Kg de açúcar e 2 Kg de leite em pó.

A retirada dos alimentos, ficará sob responsabilidade dos representantes de cada comunidade beneficiada na Unidade Armazenadora da Conab em Manaus.

MATO GROSSO DO SUL: Indígenas recebem 1700 cestas de alimentos da Conab. CONAB. 09/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul, começou a entrega de alimentos à Fundação Nacional do Índio (Funai), para doação a famílias indígenas acampadas nos municípios de Ponta Porã e Campo Grande. A ação é resultado de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Um total de 1400 cestas de alimentos estão sendo entregues aos representantes da Funai em Ponta Porã, que coordena o repasse dos produtos às famílias nos acampamentos da região. Já para os indígenas acampados em Campo Grande, estão sendo destinadas 300 cestas de alimentos por intermédio da Funai na capital.

Cada cesta contém arroz, feijão, óleo, farinha de mandioca, açúcar, fubá e leite em pó, totalizando, em média, cerca de 30 quilos de alimentos a cada grupo familiar. Essa é a terceira etapa de doações de 2016. Nas duas etapas anteriores também foram beneficiadas comunidades acampadas no município de Dourados.

Com a entrega em curso, as doações da Conab no Mato Grosso do Sul neste semestre totalizam cerca de 9 mil cestas de alimentos, alcançando mais de 250 toneladas de produtos distribuídos a comunidades em situação de insegurança alimentar e nutricional. Uma nova etapa de distribuição de alimentos acontecerá no mês de junho.

Informação é gargalo para agropecuária sustentável, afirma especialista. CNA. 09/05/2016.

"O grande desafio da atual agropecuária sustentável é a falta de informação". Esta é a conclusão do engenheiro agrônomo AllysonPaolinelli, conhecido como 'pai da agricultura' e que participará, como moderador do primeiro bloco de palestras do 2º Simpósio Internacional Sobre Gases de Efeito Estufa na Agropecuária.

O evento, promovido pela Embrapa Gado de Corte - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e pelo Sistema Famasul - Federação da Agricultura e Pecuária de MS, em parceria com diversas instituições, será realizado entre os dias 7 e 9 de junho, no Centro

de Convenções Rubens Gil de Camillo, em Campo Grande/MS. O II SIGEE será lançado oficialmente no próximo dia 10 de maio na sede do Sistema Famasul.

Paolinelli será o moderador da mesa redonda referente às duas primeiras palestras do II SIGEE. A primeira será ministrada pela cientista, afiliada ao Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e vice-presidente do IPCC -Painel Intergovernamental de Mudança Climática, órgão criado pela ONU para avaliar a ciência do aquecimento global, Thelma Krug, que falará sobre os ' Desafios para a agropecuária frente aos cenários de mudanças climática.

Em seguida, o superintendente de Ciência,Tecnologia e Inovação da Secretaria de Cultura, Turismo Empreendedorismo e Inovação, Renato Roscoe, abordará o tema ' Mato Grosso do Sul: Estado Carbono Neutro". Ainda na abertura do evento, acontecerá o Lançamento da marca-conceito Carne Carbono Neutro (CCN).

Para Paolinelli, que já foi ministro da Agricultura no governo Ernesto Geisel e presidiu a CNA- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, o País hoje é referência mundial de preservação ambiental, aliada à produção agropecuária, mas o assunto ainda é pouco divulgado na sociedade urbana. " Temos uma agricultura tecnificada, altamente sustentável, onde a manutenção dos recursos naturais, ou seja, do solo, da água, da planta, dos animais e do clima é fundamental", reforça.

O especialista acredita que o caminho trilhado pelo setor está diretamente atrelado ao desenvolvimento científico. "Essa é a preocupação da nossa ciência e foi isso que fizemos com o nosso Cerrado. Hoje não aramos mais a terra, fazemos plantio direto na palha, passamos a trabalhar com o processo integrado que garante a produtividade e a recuperação do solo, de forma química, física e biológica", salienta Paolinelli reforçando o papel estratégico do Brasil em âmbito mundial: "Precisamos mostrar ao mundo que o Brasil está preparado para fazer uma agricultura tropical, de maneira sustentável, e que vai atender a demanda mundial de alimentos em 2020, ampliando sua produção consideravelmente".

Paolinelli reforça que dentro de todos os avanços tecnológicos que elevaram a relevância do setor no contexto mundial não são percebidos como deveriam. "Comunicação rural, essa é a chave. Temos a agricultura com carbono positivo e uma pecuária que, ao utilizar o capim enriquecido, ou seja, plantado num solo recuperado,

acaba levando o animal a emitir menos gases de efeito estufa, mas a divulgação de tudo isso é pequena. Precisamos estabelecer debates, discussões, com participação de pessoas da sociedade, da imprensa e dos consumidores".

Simpósio – O II Simpósio Internacional sobre Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (II SIGEE) é realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e pelo Sistema FAMASUL, com apoio da CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect), Senar Brasil e Rede ILPF.

Poluição nas cidades preocupa agência das Nações Unidas. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 09/05/2016.

Estima-se que sete milhões de pessoas morram prematuramente no mundo, todos os anos, por doenças relacionadas à qualidade do ar nos centros urbanos. O problema atinge cidades em diferentes graus de desenvolvimento e é debate atual, de Londres a Pequim. O percentual de pessoas vivendo em cidades ultrapassa 55% da população e pode ser mais de 70% em 2050. "O que acontece nas cidades em relação a transportes e indústria, com todo o tipo de poluição envolvido, afetará a maioria da população mundial", alerta Achim Steiner, há 10 anos à frente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Pnuma, tido como a mais alta autoridade global a definir a agenda ambiental.

Steiner, 55 anos, alemão que nasceu no Rio Grande do Sul, reconhece que nos indicadores ambientais "o mundo ainda não dobrou a esquina". Há graves ameaças de estresse hídrico, perda de solos, contaminação tóxica, degradação nos oceanos, alerta o cientista e diplomata, também subsecretário das Nações Unidas. Ele cita, contudo, avanços importantes nos últimos anos, como o acordo climático fechado em Paris, em dezembro, e a agenda global para 2030 - "a melhor maneira de seguirmos adiante", considera.

Nos últimos dias, Steiner percorreu um périplo iniciado em Nova York (para a cerimônia de assinatura do Acordo de Paris), Teerã (um seminário internacional sobre meio ambiente e religiões), Genebra (onde está um dos maiores escritórios do Pnuma), Viena (reunião entre os subsecretários da ONU) e veio ao Rio, participar de um congresso internacional sobre legislação ambiental. Voltou a Nairóbi, sede do Pnuma, para os preparativos da segunda Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea), que reunirá este mês mais de 130 ministros de Meio Ambiente. Na pauta estarão desde decisões sobre a qualidade do ar das cidades a debates sobre a crise migratória no mundo.

O diplomata, que deixa o Pnuma em junho, concedeu entrevista ao **Valor** em que menciona a crise política brasileira e global e fala sobre a importância do setor financeiro na economia de baixo carbono. Leia os principais trechos:

Valor: *O que esperar da Unea?*

Achim Steiner: Será a maior reunião ministerial na história do Pnuma. Conectar com a agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é importante porque muito do que se está propondo para o mundo pressupõe que ministros do Meio Ambiente trabalhem junto com seus pares da Saúde ou da Agricultura, por exemplo, em temas como segurança alimentar ou estresse hídrico. O ambiente é parte do processo de desenvolvimento da economia no futuro. Iremos discutir desde iniciativas sobre qualidade do ar à pressão que zonas de conflito exercem sobre os recursos naturais. Na reunião dos ministros, o foco será mostrar a conexão entre a saúde ambiental do planeta e sociedades saudáveis.

Valor: *Pode dar um exemplo?*

Steiner: Aumentar a consciência da importância da qualidade do ar e dos danos causados pela poluição, por exemplo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que sete milhões de pessoas morrem prematuramente no mundo, ao ano, por problemas causados pela má qualidade do ar. Mesmo nos países ricos este continua sendo um grande desafio. A situação está deteriorada.

Valor: *É um debate atual, de Londres a Pequim.*

Steiner: Na mesma semana em que nos reunimos em Nairóbi, ministros da Saúde se encontram em Genebra. As duas reuniões irão priorizar decisões sobre este tema. A urbanização continua a crescer a cada ano. O percentual de pessoas vivendo em cidades no mundo ultrapassa 55% e pode ser mais de 70% em 2050. O que acontece nas cidades em relação a transportes e indústria, com todo tipo de poluição envolvido, afetará a maioria da população mundial.

Valor: *O Pnuma vem fazendo esforços para enfrentar o comércio ilegal da vida silvestre. Isso avançou?*

Steiner: Governos reconheceram que o crime ambiental no uso ilegal de recursos naturais e comércio da vida selvagem representa um risco ecológico mas é também um crime econômico. O que vem sendo comercializado ilegalmente é roubado da economia e usado para financiar conflitos. Vamos fazer grande campanha para fechar este mercado criminoso.

"Pequenos agricultores ou grandes empresas, todos têm que ser parte da solução da crise ambiental"

Valor: *Como irão abordar a crise da migração?*

Steiner: O deslocamento de pessoas de suas regiões é um número extraordinário - em 2015 já superava 60 milhões de pessoas. O que frequentemente é subestimado nesta crise é olhar para as suas raízes. Estamos documentando a conexão direta entre fluxos migratórios e desastres naturais, como inundações e secas, ou mudanças climáticas de longo prazo, quando as pessoas não conseguem mais ter acesso a água. Nos anos que antecederam a crise na Síria houve uma forte seca forçando mais de um milhão de pessoas a deixar as áreas rurais e mover-se para as cidades, ampliando tensões que já estavam ali. Há um elo entre mudanças ambientais e a intensificação na competição pela fontes de recursos naturais. Outro exemplo é na região do Lago Chad, na África Ocidental, onde o BokoHaram insurgiu nos últimos anos. Muitos analistas atribuem, ao menos em parte, à degradação ambiental de longo prazo o fato de o BokoHaram criar raízes nas comunidades. Ou seja: se se quer lidar com o fenômeno do deslocamento de pessoas e também combater a radicalização, é preciso reconhecer que há uma ligação direta entre as condições ambientais onde as pessoas ganham sua vida e o que as leva a aumentar a marginalização, a pobreza e ao desespero.

Valor: *Críticos à agenda 2030 e aos ODS dizem que se trata de um decálogo de boas intenções. Há potencial para mais pragmatismo?*

Steiner: Eu argumentaria que a agenda 2030 é, ao mesmo tempo, muito pragmática e ambiciosa. Pragmática em reconhecer que há desafios planetários, mas que cada sociedade enfrenta prioridades particulares e realidades de desenvolvimento. Não se pode comparar uma nação com oportunidades e desafios como o Brasil com Botsuana ou com um país europeu. Mas concordamos com 17 áreas prioritárias, temos 169 metas e indicadores que permitem ao mundo, com toda sua diversidade, medir junto os progressos. O elemento pragmático é que este é a melhor maneira de seguirmos adiante. E também vimos uma mudança no mundo da economia e do setor privado, e isso é fundamental.

Valor: *Qual mudança?*

Steiner: Na maioria dos países, 75% do que acontece na economia nacional está fora do alcance do orçamento público. Pequenos agricultores ou grandes empresas, todos têm que ser parte da solução da crise ambiental e isso irá exigir uma mudança na maneira de pensar que começamos a ver acontecer. Há alguns anos, no contexto da mudança do clima, quando começamos a falar dos "strandedassets", os riscos de empresas que iriam investir em minas de carvão ou setores altamente emissores de gases-estufa, alguns disseram que isso era ficção científica. Bem, em 2016 o mercado financeiro está olhando com muita atenção para os chamados "ativos podres".

Valor: *O senhor se refere à iniciativa do Financial StabilityBoard, conduzido por Mark Carney, o diretor do Banco da Inglaterra?*

Steiner: Sim, que está comprometido em analisar as relações entre a mudança climática e a estabilidade financeira global. Também vemos a China, na gestão do presidente Xi Jinping, colocando finanças verdes no topo da agenda. CEOs, corporações e mercados sinalizam que o risco ambiental pode ser problemático em seu planejamento. Tudo isso, acredito, irá fazer com que olhemos para a agenda 2030 como algo não só relativo a políticas públicas e regulamentação, mas que nos faça investir em infraestrutura mais limpa. E isso, acredito, fará grande diferença.

Valor: *No cenário global, e também no Brasil, com correntes políticas mais conservadoras se fortalecendo, os temas ambientais correm risco de enfraquecerem?*

Steiner: Sempre que sociedades passam por períodos de crise e com desafios econômicos e políticos problemáticos, há uma polarização no espectro. Há ainda grande influência dos que acham que os temas ambientais não devem ser seriamente considerados, mas os fatos da realidade garantem que não vamos voltar aos anos 80 ou 90. Em Portugal há mudança do governo, mas a estratégia de crescimento verde foi um compromisso significativo no meio da crise financeira, negociado com todos os partidos, e a maioria das políticas está sendo implementada. Na Alemanha, um governo de coalizão conduzido por um partido conservador levou o país a uma incrível era de transição rumo às energias renováveis e deixando a nuclear. Acredito que a necessidade de responder aos riscos ambientais vem sendo mais aceita e isso tanto pelo espectro político progressista como pelo conservador. Mas não quero soar ingênuo: a arena política cotidiana sempre apresenta um risco. Pode-se polarizar o eleitorado em torno de um debate ideológico do gênero "não acredito em mudança climática". O risco existe sempre.

Valor: *Há avanços na legislação ambiental no mundo?*

Steiner: Nas nossas sociedades estamos enfrentando mais complexidades. Há mais decisões sendo contestadas no campo do desenvolvimento em função da poluição, dos direitos indígenas, do direito individual de se ter um ambiente saudável. O novo conceito, que se quer colocar na agenda, é o do "estado de direito ambiental". E também colocar no foco mundial a adoção da agenda 2030 ou o Acordo de Paris, mas entender que estas decisões têm que ser adotadas nas legislações nacionais. O Pnuma vem trabalhando com promotores, juízes e advogados no mundo, tentando conectá-los com uma nova jurisprudência ambiental. Muito frequentemente vemos que o ambiente não é defendido na lei do país. Mas isso também está mudando. A dimensão legal está se tornando mais importante.

"A degradação da biodiversidade marinha está em escalada rápida. O que acontece nos oceanos é muito preocupante"

Valor: *O Acordo de Paris pode entrar em vigor ainda este ano. Como fica o país que não o tiver ratificado quando isso acontecer?*

Steiner: Vimos em Nova York, em abril, 173 países assinar o Acordo. Nunca antes na História um acordo foi assinado tão rapidamente e por tantos, o valor simbólico disso é

muito importante. Quando 55 países tiverem ratificado o acordo e juntos significarem, no mínimo, 55% das emissões, entra em vigor. Acho que antes do fim do ano veremos o Acordo de Paris tornar-se um instrumento legalmente vinculante. A assinatura fica aberta por um ano, mas há a percepção de que os países que não o assinarem até o ano que vem e ratificarem, não estão alinhados com seus compromissos. A ONU não pode forçar ninguém, mas os cidadãos podem exigir que seus governos cumpram o prometido.

Valor: *Quais as conquistas nestes 10 anos à frente do Pnuma?*

Steiner: Quando cheguei ao Pnuma, em 2006, mudança do clima era um tema proeminente. Fomos capazes de ajudar o mundo, acredito, a se mexer da ignorância ou resistência em aceitar evidências científicas e conseguir uma resposta climática global. O Pnuma contribuiu com trabalho científico, em mobilizar o setor financeiro, em ajudar a entender a evolução econômica dos assuntos ambientais. Nos últimos 30 - 40 anos, cientistas e formuladores de políticas tentaram explicar a importância de responder às mudanças ambientais com novas abordagens, mas a narrativa era em termos ecológicos e científicos. Falhamos em convencer políticos e empresários porque os parâmetros deles eram restritos ao crescimento do PIB sem que se medisse a perda ambiental de uma nação.

Valor: *Isso mudou?*

Steiner: Fizemos avaliações econômicas e relatórios sobre economia verde, trabalhos com o sistema financeiro. Acredito que ajudamos a reposicionar o desafio ambiental, de um problema isolado, para oportunidades de empregos verdes, acesso à energia via renováveis, olhar para a produção e o consumo sustentáveis. Pode-se ser cético quanto à agenda 2030 e aos ODS, mas é um fato que as nações concordaram com uma agenda sem precedentes e integrada, onde o ambiente é o DNA central de algo que percorre a saúde, a paz mundial, as indústrias, a agricultura e todos os outros setores.

Valor: *Quais são os desafios?*

Steiner: Sendo honesto, olhando os principais indicadores de sustentabilidade é claro que o mundo ainda não dobrou a esquina. Em 15 anos, estima-se que 40% da população mundial viva em condições de estresse hídrico. Estamos perdendo solos, que são a base da produção de alimentos e dos ecossistemas. Estamos enfrentando contaminação, não

só do CO_2 na atmosfera, mas de produtos tóxicos, de lixo. Ainda temos enormes desafios e temos que entender que nosso prazo está acabando.

Valor: *Como estão os oceanos?*

Steiner: O que está acontecendo nos oceanos deveria deixar a todos nós muitos preocupados. Não temos consciência dos enormes impactos do que a população mundial de 7 bilhões de pessoas provoca nos oceanos, e nem o quanto dependemos deles. Infelizmente, o progresso na proteção e no manejo sustentável dos recursos marinhos é vagaroso diante de uma paralisia internacional ao redor de interesses econômico nacionais. Os países estão se movendo muito devagar na implementação da Convenção Internacional das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Valor: *Os oceanos são a nova fronteira de proteção ambiental?*

Steiner: Temas como biodiversidade marinha, acidificação dos oceanos e sobrepesca não estão recebendo a ação necessária. Os países estão, às vezes, presos à noção de soberania sobre recursos naturais em suas Zonas Econômicas Exclusivas ou por pensamentos relacionados com explorar minérios em águas profundas. As Nações Unidas lutam para ter progresso na implementação de decisões que garantam que nosso patrimônio comum esteja adequadamente protegido. A degradação da biodiversidade marinha e dos recursos do oceano está em uma escalada rápida. Temos que desenvolver respostas mais eficazes. Perderemos todos se não conseguirmos juntos gerenciar os oceanos.

Preservação ambiental associada à produção agropecuária é destaque no lançamento do II SIGEE. CNA. 10/05/2016.

"Em 20 anos, por intermédio da conscientização ambiental, associada à adesão tecnológica, o setor agropecuário tem ampliado a capacidade produtiva de forma sustentável, graças ao aumento da produtividade, em áreas antropizadas". A afirmação foi feita pelo presidente do Sistema FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, Mauricio Saito, durante o lançamento do 2º SIGEE - Simpósio Internacional sobre Gases de Efeito Estufa, nesta terça-feira (10), na sede da Casa Rural,

com a participação de aproximadamente 100 pessoas, entre líderes rurais e políticos, de profissionais do setor e da imprensa sul-mato-grossense.

O evento, que acontecerá entre os dias 07 e 09 de junho, em Campo Grande, é promovido pelo Sistema FAMASUL e pela Embrapa Gado de Corte - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em parceria com diversas instituições públicas e privadas. Para o presidente do Sistema FAMASUL, o evento oportuniza acesso a informações que podem mostrar o perfil ambiental do setor. "A importância do Simpósio está diante da necessidade de estudar, conhecer, planejar e colocar em ação o que devemos fazer para a preservação do meio ambiente. O setor e a comunidade científica incentivam esse tipo de discussão, que deve ser ampla e transparente".

O chefe geral da Embrapa Gado de Corte, Cleber de Oliveira, salientou que o Estado já tem se destacado em relação ao tema durante os últimos anos. "Mato Grosso do Sul mitiga gases de efeito estufa no mesmo volume que São Paulo produz em um ano", destacou. A explicação para essa comparação está no incremento da área de floresta plantada, que subiu de 600 mil para 1 milhão de hectares.

Segundo Oliveira, Mato Grosso do Sul registrou em 30 anos uma alta na produtividade de 6% ao ano, enquanto que em nível nacional, este aumento não passou de 1,3% ao ano. "O resultado mostra a importância da tecnologia, ciência e políticas públicas".

Para o Secretário de Gestão Estratégica, Eduardo Riedel, o simpósio acontece em uma hora extremamente favorável para o Estado. "Já não temos mais espaço no pais para discussões inconsequentes. Temos que ter muita seriedade para entender os rumos do estado que está sob a nossa responsabilidade".

Riedel reforçou como o desenvolvimento da agropecuária tem trilhado o caminho da preservação. “Olhando o Estado como um todo, floresta plantada, cana de açúcar baseada em sistemas mecanizados, pastagens para o aumento de produtividade, agricultura com plantio direto, na grande maioria da produção, são alicerces e pilares para que a gente faça uma emissão de carbono o mais eficiente possível. O governo agradece o esforço de instituições, como a Embrapa e a Famasul, em trazer o evento para o Estado. Isso vem ao encontro dos nossos objetivos e política”.

Durante o lançamento, o presidente da Reflore/MS - Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas lançou a 4ª Campanha contra

Incêndios Florestais, com o tema 'Faça a diferença entre a vida e a morte'. "Em um ano, ocorreram mais de dois mil incêndios, com crescimento de 100%, sendo 72% proveniente de causa humana".

Terra Boa - Os representantes rurais destacaram em seu discurso a relevância do programa do Governo Estadual Terra Boa, que tem como objetivo recuperar, em curto prazo, 2 milhões de hectares de pastagens em algum estágio de degradação. "Ações como esta auxiliam a mitigar os efeitos de gases de efeito estufa". Saito citou também a reestruturação do Novilho Precoce.

MS Caborno Neutro - Outro destaque no evento, citado pelos líderes presentes, foi o MS Caborno Zero, projeto criado para levantar os reais impactos e emissão dos gases de efeito estufa.

Além das autoridades citadas, participaram também o vice-presidente do Sistema Famasul, Nilton Pickler; o diretor-tesoureiro da Federação, Luis Alberto Moraes Novaes; a diretora-secretaria, Terezinha Candido; o diretor executivo, Lucas Galvan e o superintendente do Senar/MS - Serviço de Aprendizagem Rural, Rogério Beretta e o presidente do Sindicato Rural de Campo Grande, Ruy Fachini.

Participaram também do evento, o presidente da Biosul - Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul, Roberto Hollanda; Diretor-Presidente da FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul., Marcelo Turine; o presidente da Aprosoja/MS - Associação dos Produtores de Soja, Christiano Bortolotto; diretor presidente da Fundtur - Fundação de Turismo, Nelson Cintra.

Simpósio – O II Simpósio Internacional sobre Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (II SIGEE) é realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e pelo Sistema Famasul, com apoio da CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect), Senar Brasil e Rede ILPF.

SÃO PAULO: Conab distribui mais de 12 mil cestas de alimentos. CONAB. 11/05/2016.

Desde o começo do ano, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) distribuiu, somente no estado de São Paulo, 342,5 toneladas de alimentos. A ação beneficiou 60.960 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional com mais de 12 mil cestas de alimentos.

Comunidades de acampados da reforma agrária foram beneficiadas com 8.628 cestas. Indígenas receberam 990 cestas; terreiros, 1.020 cestas; e quilombos, 1.554 cestas. Cada cesta de alimentos continha arroz, feijão, açúcar, macarrão e leite adquiridos da agricultura familiar, além de fubá, farinha de mandioca e óleo dos estoques estratégicos da Companhia.

Os produtos estavam localizados em unidades armazenadoras da Conab em São Paulo, Rio Grande do Sul e em estados do Nordeste. Os alimentos foram retirados e distribuídos por entidades parceiras como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

A ação, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), envolveu investimentos de R$ 1,14 milhão.

Presidente da FAEA em debate na Universidade Federal do Amazonas sobre a cadeia Produtiva de Juta e Malva. CNA. 12/05/2016.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas – FAEA e da Câmara Setorial Nacional de Fibras, Muni Lourenço, participou nesta quarta-feira (4) no auditório da Faculdade de Ciências Agrária da Ufam do 2º Workshop de Estratégia de Dinamização da Cadeia Produtiva de Juta e Malva no Estado do Amazonas. O evento tem como objetivo discutir ações, propostas e estratégias de desenvolvimento de inovações sociotecnológicas.

Na ocasião estavam participando representantes da Embrapa, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), Secretaria de Estado de Produção Rural e Sustentabilidade (Sepror), além de agricultores, representantes de órgãos públicos, técnicos de extensão rural, pesquisadores, professores e alunos.

De acordo com o presidente, Muni Lourenço, os produtores vêm sofrendo com as portas fechadas nas instituições financeiras, por conta do endividamento dos integrantes da cadeia produtiva e diversos fatores prejudicam a produção da fibra, a desatualização do preço mínimo, as questões climáticas adversas, grandes cheias que tem acontecido, mas que agora ocorrem em intervalos menores, com isso os produtores precisam do seguro rural e o apoio de todos, inclusive dos órgãos governamentais em uma gestão mais efetiva nas ações para a cadeia produtiva.

MS Caborno Neutro será apresentado no II SIGEE. Ana Brito - CNA. 12/05/2016.

Um projeto voltado para orientação de políticas públicas referentes ao baixocaborno, com objetivo de mitigar e neutralizar a emissão dos gases. Assim resume-se o MS Caborno Neutro que será apresentado no dia 07 de junho, durante o II SIGEE - Simpósio Internacional de Gases de Efeito Estufa, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, em Campo Grande/MS.

O evento acontecerá entre os dias 07 e 09 de junho e é promovido pelo Sistema FAMASUL e pela Embrapa Gado de Corte - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em parceria com diversas instituições públicas e privadas. A finalidade do simpósio é compartilhar novos conhecimentos sobre a dinâmica de gases de efeito estufa na agropecuária brasileira.

De acordo com o Superintendente de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso do Sul, Renato Roscoe, que ministrará durante o II SIGEE uma palestra sobre o tema, o projeto Estado Carbono Neutro está inserido no Proclima - Programa Estadual de Mudanças Climáticas. "O Caborno Neutro visa levantar as reais emissões de gases de Mato Grosso do Sul".

O Programa Estado Carbono Neutro terá participação da WRI Brasil, instituição internacional que trabalha com poderes públicos e empresas privadas na formulação de políticas e ações de baixo carbono.

Para Roscoe o setor agropecuário tem avançado muito no quesito sustentabilidade mas é preciso que seja ampliado o acesso às informações referentes ao tema. "Temos, hoje, uma pecuária mais intensiva, contamos com sistemas integrados, como lavoura e pecuária e lavoura-pecuária-floresta. Além disso, o setor sucroenérgetico se destaca como um fornecedor de energia limpa, sem contar que a expansão do setor florestal", salienta.

Os pontos citados por Roscoe mostram o desenvolvimento do setor, mas apontam que medidas podem ser tomadas para ampliar essa consciência 'verde' do setor. "A pecuária, em função dos ruminantes, emite metano no processo de digestão. Mas essa liberação na atmosfera pode ser menor se o pasto for de melhor qualidade".

O exemplo de Roscoe mostra a importância do Programa Terra Boa, do Governo de Mato Grosso do Sul, que visa recuperar dois milhões de hectares com algum estado de degradação. "Recuperando o pasto, melhora o rebanho, reduz a idade de abate e consequentemente diminui a emissão de gases por unidade de animal", pontua o superintendente que salienta, entre as ações sustentáveis, essa redução no tempo de terminação do animal. "Ao reduzir a idade de abate para 24 anos, se economiza um ano de emissão, produzindo o mesmo volume de carne.

Simpósio – O II Simpósio Internacional sobre Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (II SIGEE) é realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Sistema Famasul, com apoio do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect), Senar/MS e Rede ILPF.

MARANHÃO: Conab doa 5 mil cestas de alimentos para quilombolas do estado. CONAB. 13/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Maranhão, iniciou esta semana a entrega de cestas de alimentos para comunidades quilombolas do estado.

As doações beneficiarão cerca de 5 mil famílias de 15 municípios: Cajari , Pinheiro ,São João Batista, Cedral, Itapecuru Mirim, Serrano do Maranhão, Vitória do Mearim, João Lisboa ,Palmeirândia, São Vicente de Ferrer, Central do Maranhão, Presidente Juscelino, Morros, Porto Rico e Matinha.

As 5.774 cestas de alimentos são compostas de arroz, feijão, açúcar, macarrão, leite em pó, óleo de soja, flocos de milho e farinha de mandioca e devem ser retiradas por representantes das comunidades contempladas na Unidade Armazenadora da Conab em São Luís.

A ação é fruto de uma parceria da Companhia com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que visa prestar assistência a comunidades em situação de insegurança alimentar e nutricional. Com essas doações, a Conab chega totaliza 25 mil cestas de alimentos distribuídas este ano em todo o estado do Maranhão.

PIAUÍ: Conab doa 37 toneladas de alimentos para comunidades de terreiros e acampados. CONAB. 13/05/2016.

Comunidades de terreiros de Teresina receberam, esta semana, 364 cestas de alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As doações foram feitas por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ao todo, a Superintendência Regional da Conab no Piauí distribuiu cerca de 9 toneladas de alimentos a seis comunidades de terreiros. Cada cesta conta com 3 kg de farinha, 10 kg de arroz, 6 kg de feijão, 4 kg de leite em pó, 1 kg de óleo e 1 kg de macarrão e 2 kg de açúcar, totalizando 27 kg de alimentos por cesta.

A partir de segunda-feira (16), outras 1.043 cestas com 27,9 t de alimentos serão disponibilizadas para doação a acampados da reforma agrária. Os alimentos devem ser

retirados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na Unidade Armazenadora de Teresina.

Projeto Biomas apresenta área de restauração florestal na Feira Agrobrasília. CNA. 13/05/2016.

"O uso da árvore em propriedades rurais tem se tornado uma alternativa de produção e preservação ambiental. Além de trazer ganhos econômicos e sociais, o plantio de mudas e semeadura direta restauram a vegetação nativa da área degradada", afirmou o pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Daniel LuisMascia, durante a 9ª edição da AgroBrasília, nesta quinta-feira (12/05). Daniel apresentou aos visitantes da feira a área de restauração de vegetação nativa implantada pelo Projeto Biomas e os benefícios do plantio de árvores em Área de Preservação Permanente (APP) e reservas legais.

Na área experimental, instalada em novembro de 2014 no terreno da AgroBrasília, foram plantadas árvores nativas pioneiras (que crescem rápido) das espécies: mutamba, açoita-cavalo, jequitibá, jatobá, arueira, jenipapo e outras. De acordo com o pesquisador da Embrapa, o plantio de árvores recupera e protege as APPs e torna as áreas de reserva legal mais produtivas com o manejo de espécies frutíferas e madeireiras. "As plantas regeneram o ambiente, reduzem a presença de plantas daninhas e ainda atraem pássaros que promovem a polinização".

O ideal para uma área de restauração é a utilização de métodos de plantio variados como a semeadura direta e a plantação de mudas. As sementes são mais baratas e se adaptam melhor ao solo, já as mudas são um pouco mais caras, mas crescem mais rápido. Entretanto, as duas são importantes para composição de uma área de recuperação ambiental no Bioma Cerrado. Para Daniel Luis, toda a ação de restauração deve ser monitorada e manejada conforme seus resultados. O monitoramento permite analisar se o método empregado está desencadeando a regeneração natural necessária para o retorno da vegetação nativa.

O experimento implantado na AgroBrasília é o mesmo utilizado pelo Projeto Biomas na Fazenda Entre Rios, localizada na região do Programa de Assentamento Dirigido do

Distrito Federal (PAD-DF), a 65 quilômetros de Brasília. Na Fazenda, foram plantadas mudas de mais de 10,6 mil árvores, de 87 espécies diferentes, em um período de cinco anos.

Caso de sucesso – A fazenda do produtor de grãos Mario Barreto, 71 anos, é um exemplo de caso de sucesso de plantio de árvores em propriedades rurais. Mario já plantou 10 mil mudas de espécies nativas em sua propriedade de 270 hectares, localizada no Programa de Assentamento do Distrito Federal (PAD-DF). O produtor tem 20 hectares de Reserva Legal e 3 hectares com mudas das espécies arueira, pequi, ipê, buriti, pimenta rosa e gonçalo-alves. "Após o plantio de árvores, foi constatado um aumento no volume de água das cinco nascentes da propriedade. Inclusive as que não eram perenes, se tornaram após a inclusão das mudas", disse Mario Barreto.

O PROJETO BIOMAS

O Projeto Biomas, iniciado em 2010, é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos.

Os estudos estão sendo desenvolvidos nos 6 biomas brasileiros para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas.

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto, John Deere e BNDES. No Cerrado, o Projeto Biomas é coordenado pela Embrapa Cerrados, com apoio da Embrapa Florestas, Emater/GO, Instituto Federal Goiano, Universidade de Brasília - UNB e Universidade Federal de Goiás - UFG.

MINAS GERAIS: Conab distribui mais de 20 mil cestas de alimentos. CONAB. 16/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) distribuiu, desde o começo deste ano, 480 toneladas de alimentos somente no estado de Minas Gerais. Foram doadas 20 mil cestas para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Comunidades de acampados da reforma agrária foram beneficiadas com 3.200 cestas. Indígenas receberam 10.240 cestas; terreiros, 3.400; quilombos, 1.100; e comunidades atingidas por barragens, 2.060. Cada cesta de alimentos continha açúcar, farinha de mandioca, leite em pó, macarrão, óleo de soja, arroz, feijão e fubá, dos estoques estratégicos da Companhia e das aquisições da agricultura familiar.

Os produtos estavam armazenados em unidades da Conab em Minas Gerais. Os alimentos foram retirados e distribuídos por entidades parceiras como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Palmares, Movimento dos Atingidos por Barragens (MOB e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). A ação é resultado de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ministro do Meio Ambiente vai rever acordo com a Samarco. Leonardo Augusto - O Estado de São Paulo, Brasil. 16/05/2016.

Dilma havia celebrado acordo com empresas para reparo na região de Mariana; Sarney Filho acredita que sociedade não foi ouvida

BELO HORIZONTE - O novo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho (PV), vai rever o acordo fechado entre o governo da presidente afastada Dilma Rousseff, os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton para recuperação socioeconômica e ambiental da tragédia em Mariana.

O ministro esteve nesta segunda-feira, 16, na cidade, sobrevoou os 120 quilômetros da área atingida e afirmou que a lama da barragem da Samarco, que se rompeu em 5 de novembro do ano passado, continua poluindo o Rio Doce.

Na cidade, o ministro se recusou a assinar documento proposto pela prefeitura pedindo o retorno do funcionamento da Samarco no município. "Não me sinto à vontade para participar de algo que possa concorrer para facilitar a volta das atividades", afirmou Sarney.

Apesar de anunciar que pretende rediscutir o acordo fechado entre o poder público e as mineradoras, o ministro negou que o termo poderá ser modificado "na sua essência". "Isso geraria uma insegurança jurídica, o que não beneficiaria principalmente os atingidos", disse o ministro.

Em 3 de março, Sarney Filho, que na Câmara era o coordenador da comissão externa que acompanha os desdobramentos da tragédia em Mariana, protocolou moção de repúdio ao

acordo, que prevê investimentos de R$ 20 bilhões pelas mineradoras. O texto dizia que o termo "pode acabar por eximir as empresas do cumprimento de suas obrigações legais, o que é inadmissível".

O posicionamento é o mesmo sustentado pelo Ministério Público de Minas Gerais e o Ministério Público Federal no Estado. Desde a moção, porém, o ministro afirmou ter havido mudanças no cenário pós-tragédia em Mariana, como a homologação do acordo pela Justiça Federal.

Os pontos que precisam ser rediscutidos no termo, conforme o ministro, são os mesmos que aparecem na moção de repúdio. "Será que com esse acordão a empresa poderá deixar de cumprir o que a lei determina? Será que conseguirá fazer a reparação dos danos que causou?", questionou Sarney Filho.

Segundo o ministro, "a sociedade civil organizada não foi devidamente ouvida" depois da tragédia, que matou 18 pessoas. Uma ainda está desaparecida. O distrito de Bento Rodrigues foi destruído. A lama chegou ao litoral do Espírito Santo, onde o Rio Doce deságua.

Segundo ele, uma reunião com a empresa, atingidos e representantes do poder público será realizada em 31 de maio. O próximo passo do Ministério do Meio Ambiente será fiscalizar o que a Samarco vem fazendo para tentar barrar o vazamento da lama.

A empresa afirma já ter construídos diques de contenção. "Sobrevoamos 120 quilômetros da área atingida e pude ver claramente que essa tragédia ainda está ocorrendo. Parece que os diques não foram suficientes", disse o ministro.

Conforme Sarney Filho, a Samarco tem dois caminhos prioritários a seguir. "Primeiro, encerrar o episódio (*vazamento*). Segundo, apresentar nova proposta de exploração ambiental. Depois disso é que o ministério e o Ibama darão parecer sobre a retomada da exploração mineral (*em Mariana*)".

A empresa já entrou com pedido para voltar a funcionar na cidade. A solicitação foi feita à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e prevê, agora, a utilização de cavas naturais para depósito do rejeito do minério de ferro.

Comissão. O relatório da comissão externa coordenada por Sarney Filho por conta da tragédia em Mariana afirma que "a Samarco é, sem dúvida, responsável civil, penal e administrativamente pelo ocorrido, o que não isenta de suas próprias responsabilidade os órgãos de meio ambiente (Ibama e Semad) e de fomento à mineração (DNPM), as entidades licenciadoras e fiscalizadoras da atividade mineral".

A comissão teve a primeira sessão realizada em 12 de novembro, uma semana depois da tragédia. Ao todo, foram realizadas 15 reuniões. No início, o quórum foi alto, com participação de até 14 dos 19 integrantes titulares. Na penúltima, em 5 de maio, porém, houve apenas 4 participantes, com 13 ausências não justificadas. Na última, ocorreu situação semelhante, com a participação de quatro titulares, e 15 ausências não justificadas.

Depois da passagem Mariana, o ministro seguiu para Belo Horizonte, onde almoçou com o presidente da Assembleia Legislativa, Adalclever Lopes (PMDB) e o líder do governador Fernando Pimentel (PT) na Casa, Durval Ângelo. O almoço foi no Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro sem, no entanto, a presença de Pimentel, que cumpriu agenda no interior. O governador se encontrou com o ministro à tarde por cerca de dez minutos, oportunidade na qual recebeu o relatório da comissão.

Operações. Em nota, a Samarco afirmou que "mantém uma expectativa de retorno de suas operações para o último trimestre deste ano. Desde o último mês de fevereiro, a empresa vem tomando os procedimentos legais para o devido processo de licenciamento". A empresa disse ainda reiterar "que tem trabalhado fortemente para diminuir os impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, mas considera imprescindível o retorno às operações para cumprir os compromissos assumidos no acordo assinado com os governos".

Procurada, a Vale, dona da Samarco juntamente com a BHP Billiton, solicitou que a Samarco fosse procurada para se posicionar sobre as declarações do ministro Sarney Filho.

Acidente em barragem é responsável por 65% do desmatamento em Mariana. Mariana Alvim – O Globo, Blog Lauro Jardim. 16/05/2016

A SOS Mata Atlântica entregou hoje ao ministro Sarney Filho um trecho do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, um estudo, mostrando que ocorreu um desmatamento de 258 hectares na região de Mariana (o equivalente a aproximadamente 258 campos de futebol) entre outubro de 2014 e novembro de 2015.

Desse total, o relatório, feito pela SOS Mata Atântica e pelo Inpe, aponta que 169 hectares (ou 65%) é resultado do rompimento da barragem da Samarco.

Países pobres serão os primeiros a sofrer efeitos das mudanças climáticas. O Globo, Sustentabilidade. 17/05/2016.

Mesmo emitindo mais CO2, população rica será menos afetada

RIO — Apesar de emitirem menos quantidades de CO2, os países pobres serão os primeiros a enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. Esta é a conclusão de uma equipe internacional de pesquisadores liderados pela Universidade de EastAnglia, na Inglaterra, que mostra que muitas das nações mais pobres do mundo sofrerão com ondas de calor extremo antes das nações ricas.

O estudo, publicado nesta terça-feira na revista "Environmental ResearchLetters", é o primeiro a analisar a conexão entre as emissões de CO2 acumuladas e a frequência das ondas de calor. O resultado mostra que a parcela mais pobre da população mundial será a primeira a sentir os efeitos da mudança climática. Países localizados na região tropical, incluindo os do chifre e Oeste da África, estão entre os mais afetados.

— Muitas das pessoas mais pobres do mundo vivem em latitudes tropicais, enquanto muitas das pessoas mais ricas vivem em latitudes medianas — disse ManojJoshi, da Escola de Ciências Ambientais da Universidade de EastAnglia. — Nós sabemos que regiões de baixas latitudes têm muito menos variações nas temperaturas do dia a dia quando comparadas com latitudes médias, o que significa que os sinais das mudanças climáticas vão emergir rapidamente e a frequência de dias de calor extremo também vão aumentar rapidamente.

Os pesquisadores usaram modelos climáticos para estimar as emissões acumuladas de CO2 e consequentes mudanças para temperaturas extremas diárias ao longo dos séculos XX e XXI. Os resultados ajudam a esclarecer como as frações mais pobres e mais ricas da população global vão sofrer os efeitos das ondas de calor extremo.

— Nossos resultados mostram que muito menos emissões acumuladas são necessárias para o quinto mais pobre da população global experimentar um aumento robusto no número de dias de calor extremo, quando comparado com o quinto mais rico da população — disse Chris Jones, do Hadley Centre for ClimatePredictionandResearch, na Inglaterra.

— Nós também sabemos que os países mais ricos serão mais capazes de lidar com os impactos — completou Erich Fischer, do Instituto Federal de Tecnologia de Zurique, na Suíça. — O que nossa pesquisa mostra é que as ondas de calor extremo não aumentam da mesma forma em

todos os lugares, mas estão se tornando mais frequentes rapidamente em países próximos ao Equador.

Projeto ABC Cerrado inicia etapa de capacitações no próximo dia 30 de maio. Aline Oliveira - CNA. 17/05/2016.

A primeira etapa de capacitação aos produtores rurais do projeto ABC Cerrado terá início no próximo dia 30 de maio. No total serão realizadas oito turmas nos municípios de Campo Grande, Dourados, Inocência, Nioaque e Paranaíba. Os cursos oferecidos atenderão a demandas de duas tecnologias previstas na prevenção de emissão de gases estufa, que são ILPF - Integração Lavoura, Pecuária e Floresta e Recuperação de Pastagens Degradadas.

Criado por intermédio de uma parceria conjunta do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Banco Mundial, a iniciativa tem objetivo de contribuir com a redução do aquecimento global. Como parte das ações, serão promovidos treinamentos em quatro linhas tecnológicas: Sistema de Plantio Direto, Recuperação de Pastagens Degradadas e ILPF - integração Lavoura, Pecuária e Floresta e Florestas Plantadas.

Segundo a coordenadora do projeto, no SENAR/MS, Vanusa Borges, após a finalização das capacitações serão sorteados 300 produtores que receberão assistência técnica no período de 18 meses. “A meta do ABC Cerrado é atender 600 produtores em Mato Grosso do Sul, um dos oito estados a receber a proposta na primeira etapa. Por isso, faremos mobilização em várias regiões com objetivo de propagar a importância dessa iniciativa”, argumenta.

Vanusa acrescenta que os interessados em participar do programa podem realizar a inscrição no site do SENAR/MS ou entrar em contato direto com a regional. “Ampliamos o prazo para atender o maior número de regiões possível. Além disso, faremos visitas de mobilização nas seguintes localidades: Coxim, Miranda, Maracaju, Jardim, Bonito, Rio Verde do Mato Grosso, Rio Negro, Camapuã, Aquidauana e Anastácio”, complementa.

Publicação divulgada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em junho de 2015 revelou que o Brasil reduziu em 52,3% a emissão de dióxido de carbono (um dos principais gases do efeito estufa). A redução ocorreu entre os anos de 2005 e 2010 e as principais ações foram o aumento do uso de fontes de energia renováveis, diminuição do desmatamento e das queimadas.

Informações adicionais - O Senar/MS é o responsável pela formação profissional dos produtores rurais, capacitação de instrutores e técnicos de campo e pela assistência técnica oferecida posteriormente nas propriedades rurais. Os interessados deverão se inscrever pela internet:http://ow.ly/YBTyh pelo email abccerradoms@senarms.org.br ou no telefone (67)3320-6909.

Curso ensina técnicas de manejo do solo. Marta Moraes - Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 18/05/2016

Agricultores familiares do semiárido pernambucano aprendem novos procedimentos de manejo e conservação da Caatinga.

O semiárido conta com mais um grupo de multiplicadores das boas práticas e do manejo sustentável de terras para a segurança hídrica, alimentar e energética. São agricultores familiares de Exu e Ouricuri, municípios pernambucanos localizados a cerca de 620 quilômetros da capital.

Por quase uma semana, de 13 a18 de maio, eles participaram do curso Manejo e Conservação do Solo, realizado com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A iniciativa tem por objetivo dar maior visibilidade para a riqueza e a fragilidade dos solos.

Durante o curso foram discutidas questões técnicas relacionadas ao uso e à conservação dos solos no semiárido brasileiro, bem como demonstradas boas práticas para sua utilização de forma sustentável.

O evento é uma promoção da Fundação Araripe e da ONG Caatinga, e também contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Foram abordados os seguintes temas: manejo do clinômetro rústico e da mira de alvo, curvas de nível, metodologia e implantação de barragens sucessivas de pedras secas, noções de conservação do solo e recuperação de ambientes degradados.

ESPECIALISTAS

O curso foi ministrado pelos professores e especialistas no assunto Geraldo Barreto, OsaniGogoy e Fernando Souza. Barreto e Godoy, inclusive, são autores do livro "Caminhos para a Agricultura Sustentável, Princípios conservacionistas para o pequeno produtor rural". A publicação técnica, cujo lançamento foi apoiado pelo MMA, é um verdadeiro manual sobre boas práticas na agricultura familiar, abordando o uso da água, a preservação da cobertura vegetal, a conservação e recuperação do solo, em edição ilustrada e com linguagem acessível.

Um dos principais problemas enfrentados na região semiárida é a degradação dos solos, que resulta na deterioração da cobertura vegetal, da fertilidade dos solos e também dos recursos hídricos. Com a perda da fertilidade as populações que vivem na região perdem a capacidade de se sustentarem por meio de atividades agrícolas e de pastoreio. A desertificação representa grave problema com repercussões social, econômica e ambiental, que necessita de boas práticas para interromper e reverter o processo.

DESERTIFCAÇÃO

Cerca de 75% das terras do semiárido brasileiro se constituem em áreas suscetíveis à desertificação. Ações de capacitação em manejo e conservação dos solos como este curso contribuem para a adoção de boas práticas.

Segundo o diretor de Desenvolvimento Rural e de Combate à Desertificação do MMA, Francisco Campello, o curso tem a proposta de compartilhar um conjunto de conhecimentos práticos para a conservação dos solos, com o uso de tecnologias sociais de baixo custo que permitem a um agricultor, a um técnico agrícola, trabalhar os conceitos de conservação e aplicá-los em sua propriedade, de forma simples.

PARAÍBA: Conab beneficia extrativistas de mangaba no estado. CONAB. 18/05/2016.

Indígenas extrativistas de mangaba dos municípios de Baía da Traição e Marcação, na Paraíba, receberam, este mês, subvenção de R$ 20.978,00 da Companhia Nacional de

Abastecimento (Conab), por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). A ação foi executada pela Superintendência Regional da Companhia na Paraíba, numa parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater/PB).

O bônus, concedido a 33 extrativistas, é referente à comercialização de 28,1 mil quilos do produto da safra 2015/2016. A mangaba foi vendida em março a R$ 1,20 por quilo, abaixo do preço mínimo de R$ 1,95. Portanto, R$ 0,75 foi o valor subvencionado por quilo.

A PGPM-Bio assegura o pagamento de um bônus ao produtor extrativista que comprovar a venda do produto extrativo por preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal. O programa assegura renda justa aos extrativistas e, simultaneamente, fomenta a proteção ao meio ambiente, seu uso racional e a recuperação dos recursos naturais.

A agroecologia e os Agentes Agroflorestais Indígenas no Acre. Marcos Catelli Rocha. Carta Maior, 19/05/2016.

A história do estado do Acre, localizado na região ocidental da Amazônia brasileira, é marcada pela luta popular em defesa do seu território e da floresta.

A história do estado do Acre, localizado na região ocidental da Amazônia brasileira, é marcada pela luta popular em defesa do seu território e da floresta. A partir da década de 1970, o estado tornou-se referência no Brasil e no mundo com a mobilização de lideranças comunitárias, organizações e movimentos socioambientais em defesa da floresta e de seus habitantes. Lideranças indígenas, seringueiros e extrativistas lutaram para garantir os direitos, os territórios e os recursos naturais dos povos da floresta. Um dos resultados dessa luta foi a composição atual da área do estado formada por 45,81% de áreas protegidas, sendo aproximadamente 15% de Terras Indígenas (TIs) que abrigam cerca de 18 mil índios das famílias Pano, Aruak e Arawá.

Desde a sua fundação em 1979, a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) vem apoiando os povos indígenas do Acre em algumas de suas lutas pela conquista e o

exercício de seus direitos coletivos por meio de ações que articulem a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, a educação intercultural e bilíngue e as políticas públicas. No ano de 1996, iniciou-se o curso de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs), como consequência do projeto "Uma Experiência de Autoria", que se tornou marca registrada dos processos educativos desenvolvidos pela CPI-Acre desde a década de 80 com professores e agentes de saúde.

A proposta político-pedagógica de formação dos AAFI segue os princípios da educação intercultural que prioriza, além das técnicas e conceitos científicos sobre o uso, manejo e a conservação dos recursos naturais, os saberes indígenas sobre o 'meio ambiente'. No currículo dos AAFIs estão previstas quatro modalidades de formação: cursos modulares realizados anualmente no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), localizado na zona rural da cidade de Rio Branco, oficinas itinerantes realizadas nas aldeias, assessorias técnicas para o acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos AAFIs nas terras indígenas, e viagens de intercâmbio para que os AAFIs conheçam experiências desenvolvidas em outras realidades.

A relação dos povos indígenas com a conservação dos recursos naturais e o incremento da biodiversidade das áreas manejadas é histórica e complexa, envolvendo conhecimentos de diferentes povos, usos ritualísticos, alimentares e práticas de manejo e conservação. A agroecologia como ciência e movimento que se contrapõe ao modelo tecnológico vigente buscou referência nessas práticas tradicionais de manejo dos agroecossistemas. Dessa forma, o uso dos recursos naturais realizado pelos povos indígenas passou a ser valorizado e sistematizado, servindo como base nesse diálogo de saberes e troca de conhecimentos. O papel da agroecologia na formação dos AAFIs não é transmitir um pacote de técnicas e conceitos, mas desenvolver em conjunto, a partir do respeito às diferentes culturas, conhecimentos e práticas dos povos indígenas.

Os AAFIs exercem a função de mediadores da gestão territorial e ambiental das TIs, sendo os atores que mobilizam as comunidades para a reflexão e o desenvolvimento das estratégias e atividades previstas nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental, acordos comunitários construídos entre os indígenas de cada terra indígena que fortalecem o uso e conservação da biodiversidade local. Hoje, os AAFIs realizam trabalhos de ATER

(Assistência Técnica e Extensão Rural) junto às comunidades, no fortalecimento da segurança alimentar e nutricional por meio da diversificação da produção, com a implementação e manejo dos quintais e Sistemas Agroflorestais (SAFs), criação de animais domésticos e silvestres, enriquecimento de capoeiras com espécies de interesse, implantação de hortas orgânicas, manejo de resíduos sólidos, vigilância e monitoramento das TIs, entre outros.

Organização política dos AAFIs

Em 2002, foi criada a AMAAIAC (Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre) para organizar os trabalhos da categoria e realizar a representação política dos AAFIs junto ao poder público, organizações indígenas, indigenistas e parceiros. Desde então a AMAAIAC vem realizando uma série de projetos de apoio ao trabalho dos AAFIs e a representação política destes profissionais da floresta em diferentes espaços de articulação política ligados à conservação socioambiental.

Em 2009, a proposta político-pedagógica e curricular de formação profissional e técnica, integrada à educação básica de agentes agroflorestais indígenas do Acre, foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Acre, que validou o currículo e reconheceu a escola CFPF como a única instituição credenciada para formação dos AAFIs no Acre. O processo de formação dos AAFIs para a gestão ambiental das TIs no Acre foi pioneiro na Amazônia e no Brasil, influenciando experiências similares promovidas por outras organizações indígenas e indigenistas e, consequentemente, a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), promulgada em junho 2012.

O Centro de Formação dos Povos da Floresta

A CPI-Acre possui uma área de 31,5 hectares, a 12 km do centro de Rio Branco, onde fica a sede da instituição e o CFPF. A área, adquirida em 1994, contava com poucos plantios, alguns fragmentos florestais e muitas áreas de pastagem degradada, apresentando-se como um desafio para evidenciar a viabilidade dos SAFs para

recuperação produtiva das áreas alteradas. Portanto, após 22 anos de intenso trabalho agroflorestal na formação dos indígenas, a área do CFPF está reflorestada. Hoje, o CFPF possui nove áreas de SAFs com cerca de 4 hectares e 7881 plantas de 188 espécies (frutíferas, florestais, anuais, sagradas, medicinais e ornamentais). As espécies frutíferas contam com maior produção e são beneficiadas e utilizadas na alimentação dos participantes nas atividades realizadas no CFPF.

O CFPF também conta com outros modelos demonstrativos de produção agroecológica adaptados à realidade das aldeias, como uma área de horta orgânica, onde são plantadas espécies tradicionalmente utilizadas pelos povos indígenas, bem como aquelas incorporadas ao cardápio dos indígenas pós-contato com os brancos. Os AAFIs também trabalham no açude para criação de peixes, em dois criatórios de quelônios, e com meliponicultura e avicultura (pato, marreco, peru e galinha). A ideia é estimular uma alternativa à caça para disponibilização de proteína animal nas comunidades com escassez de animais.

Avanços, desafios e perspectivas

O trabalho dos AAFIs ainda não conta com uma política pública permanente e efetiva que garanta recursos para a sua formação e prestação de serviços às suas comunidades. O governo do Acre apoia o trabalho dos AAFIs, no entanto, o movimento luta há muitos anos pelo reconhecimento da categoria, com cargo e remuneração pelo serviço que desempenham junto às suas comunidades. O movimento reclama da instabilidade de políticas e projetos que beneficiam as ações de produção agroecológica dos povos indígenas, sobretudo, nesse contexto de crise política e econômica, onde os recursos de benefícios para as minorias são os primeiros a serem cortados.

No movimento agroecológico estadual, a CPI-Acre e a AMAAIAC fazem parte do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), espaço de discussão interinstitucional da agenda de segurança alimentar e nutricional no Acre. Porém, pretendem apoiar mais ativamente junto à outras organizações não-governamentais a construção de uma política estadual de agroecologia e produção orgânica. No âmbito mais regional, as duas instituições também participam da ANA-

Amazônia, espaço da Articulação Nacional de Agroecologia para troca de experiências e articulações políticas para o fortalecimento da agroecologia na região norte do país.

Por outro lado, esses movimentos que lutam pela valorização da agricultura familiar e pelo reconhecimento dos conhecimentos indígenas no manejo dos recursos naturais, estão cada vez mais ameaçados. Nos últimos anos, o poder político do agronegócio, representado no Congresso Nacional pela bancada ruralista, cada vez mais aliada a setores do Executivo, vem prejudicando os povos indígenas em um cenário de retrocesso aos seus direitos conquistados na Constituição Federal. A orientação política desenvolvimentista, que privilegia grandes projetos de infraestrutura e integração na Amazônia, também proporcionam o avanço da fronteira econômica causando impactos nas terras indígenas.

Assim, o grande desafio hoje é o estabelecimento de políticas públicas que promovam a conservação das florestas e os saberes tradicionais dos seus povos com mecanismos que de fato reconheçam os seus distintos modos de vida, revertendo a tendência vigente da padronização das políticas para povos indígenas e outras minorias.

Os povos indígenas do Acre e seus AAFIs detêm grande riqueza genética no manejo da agrobiodiversidade, que deve ser valorizada com ações que contribuam para o fortalecimento da soberania alimentar em seus territórios. Também realizam um importante trabalho na manutenção dos serviços ambientais, que deve ser reconhecido como fundamental no enfrentamento ao preocupante cenário global das mudanças climáticas.

A Conjuntura Agrária e o Movimento do Mercado de Terras no Brasil. Guilherme C. Delgado. Carta Maior, 19/05/2016.

Aparentemente, na crise das "commodities" o mercado de terras do Brasil defende-se da desvalorização e caminha para um tríplice movimento.

Tratar de temas conjunturais em momentos de crise cíclica requer especial atenção à perspectiva do analista, sob o risco de pulverizar a observação para a multidão de fenômenos, dispostos aparentemente de maneira caótica em situações críticas. O

raciocínio se aplica com muita propriedade à conjuntura agrária brasileira, em momento de crise cíclica, cujo fator externo mais visível, a partir de 2013, é a queda do preço dos 'commodities' agrícolas e minerais, representativo, mas não exclusivo do ocorrido nos mercados de soja, petróleo bruto e minério de ferro.

Esse declínio de preços numa economia que vem se especializando seu comércio externo na provisão de meia dúzia de 'mercadorias mundiais' de origem agrícola ou mineral, em condições normais se refletiria sobre os preços das terras e arrendamentos rurais, também em sentido declinante. Mas ainda não há evidência factual desse fenômeno, não obstante a exacerbada valorização do preço da terra no Brasil nos anos 2000 (1) até 2013, em geral acima dos ativos financeiros mais valorizados.

Aparentemente, na crise das 'commodities' o mercado de terras do Brasil defende-se da desvalorização e caminha para um tríplice movimento, que lhe é endógeno, mas que na conjuntura adquire maior profundidade: 1- a completa 'mercadorização' da terra; 2- forte concentração fundiária em estrutura agrária altamente desigual; 3- tendência à internacionalização, principalmente nos ramos com nexos interindustriais mais diretos.

A primeira tendência, conquanto não sancionada pelos princípios jurídicos do direito de propriedade fundiária, funciona de fato como critério de norma real – terra como bem mercantil estrito, independente dos limites de direito público (função social e ambiental). E é favorecida pelo tratamento privilegiado concedido à dívida hipotecária rural, que continua a merecer tratamento privilegiado no regime de concessão de crédito rural a juros subvencionados, bancados pelo Tesouro.

Tenho a hipótese de que a não desvalorização das terras, mesmo com declínio das 'commodities', se sustenta pela peculiar operação dos Planos Anuais de Safra. No período 2000-2015, e mesmo no subperíodo crítico de 2013-2015, a irrigação do crédito rural subvencionado cresceu em termos reais na faixa dos 10% reais em termos anuais médios.

Para análise da reestruturação do mercado de terras no Brasil – anos 2000, ver, de minha autoria- "Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio...", cap. 5

O segundo movimento, de forte concentração em estrutura fundiária altamente desigual –(o índice de Gini da concentração fundiária (Brasil) nos Censos Agropecuários de 1996 e 2006, situa-se no nível inalterado de 0,85), pode ser captado pela abrupta auto inscrição de imóveis rurais no Cadastro do Incra, entre 2003 e 2014. Nessas duas datas (dos registros cadastrais do INCRA) a área total cadastrada de imóveis pula de 418,5 milhões de ha para 740,4 milhões de hectares, dado muito suspeito por representar 87% do território nacional. Diga-se de passagem, este movimento está fortemente concentrado nos estratos de imóveis – acima de 10mil até 100 mil hectares e acima de 100,0 mil há, abrangendo cerca de 3,0 mil imóveis em todo o Brasil detentores de 202,5 milhões de há (27% do total).

O leitor precisa ser informado de que imóvel rural é um conceito administrativo, auto declaratório, correspondente às áreas contínuas ou contíguas supostamente subordinadas à posse ou propriedade de uma determinada pessoas (física ou jurídica). Sua inscrição em Cadastro serve de referência para cobrança de Imposto Territorial Rural, mas não guarda correspondência com registros cartoriais, nem tampouco comprova direito de propriedade. Mas essa inscrição e o pagamento do ITR bastam ao sistema bancário para conceder crédito rural subsidiado ao suposto proprietário Esse exacerbado aumento da concentração fundiária nos imóveis rurais, contudo, denota forte suspeição de fraude e grilagem sobre terras públicas – Terra Indígena e de terras de Parques e Reservas Naturais, que o IBGE nos informa em 2006 (último Censo Agropecuário), abrangerem em conjunto, 23,2% do território nacional (198,2 milhões de ha), enquanto que as terras aparentemente devolutas públicas (designadas sob o título de “outras ocupações) correspondiam a 36,2% (308,5 milhões de há). Obviamente a soma da terá pública e dos imóveis rurais não pode ultrapassar o tamanho total do território nacional, de 850,4 milhões de há. O movimento de ultra concentração, registrado no Cadastro do INCRA, é provavelmente o mais claro indício da verdadeira indústria da grilagem de terras rurais no Brasil, sob olhar complacente dos poderes de Estado.

O terceiro movimento – o da crescente internacionalização do mercado de terras, seria de certa forma dedutível dos dois anteriores, haja vista à forte conexão da demanda por terras e sua ligação com o comércio exterior das ‘commodities’. Mas não vamos para o terreno da ilação, sem passar pela demonstração factual, vício acadêmico e burocrático hoje em voga em determinados escaninhos da investigação judiciária.

A aquisição e registro de terras rurais, sob titularidade declarada de pessoa física ou jurídica estrangeira, também é apurada pelo Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA. Mas este não capta o principal fluxo de internacionalização ora operante – a fusão de capitais no setor financeiro de empresas SA ou LTDA, detentoras de patrimônios fundiários em conjunto com plantas industriais, a exemplo dos setores sucro-alcooleiro e de Papel e Celulose principalmente. Não se pode abstrair também do registro em nome de terceiros, ainda mais num Cadastro auto declaratório, aparentemente sem maior controle da titularidade real. O único controle legal para registro desses imóveis é um parecer da Advocacia Geral da União de 2010, que estabelece limites para esse registro, mas de que não temos notícia de sua eficaz aplicação. No período pretérito (Gov. FHC e parte do gov Lula) vigorou outro entendimento da AGU, que não discriminava pessoa estrangeira de pessoa nacional no registro de imóveis, contaminando por aí ainda mais as estatísticas cadastrais rurais E por último, a Lei 13.178/2015, que virtualmente concede uma ampla legalização às muitas práticas de concessão aos particulares de terras públicas em zona de fronteira internacional, sancionaria também ilegalidades antigas ou novas concessões às pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, introduzindo por aí, uma entre muitas inconstitucionalidades.

Finalmente, até para atender os limites deste texto – os movimentos apontados de ‘mercadorização’ irrestrita, ultra concentração fundiária e internacionalização do mercado de terras, coetâneos à valorização dos preços das terras e arrendamentos rurais são expressões acadêmicas. Na verdade exprimem, de um lado, a violência da grilagem de terras, sob anuência implícita ou explícita do Estado (política agrária); e de outro lado, o fomento público à apropriação privada da riqueza fundiária, sob explícita política de subsídio no crédito rural. De roldão são colocados no lixo os regimes fundiários constitucionais da terra produtiva (Art. 186), que estabelece e conceitua o princípio da função social e ambiental da propriedade fundiária; das terras étnicas – indígena e quilombola (Arts. 231e 232 e 68 do ADCT); da preservação ambiental contínua em Parques e Reservas Naturais (Art. 225).

Prevalece nesse processo de negação do direito público o estranho conceito de ‘terra mercadoria’ como outra qualquer em pleno século XXI, à revelia não apenas das populações camponesas, como também do espaço público geral do território da

natureza, sacrificado à voracidade imediatista dos 'business' agrários e financeiros. Aqui reside, a meu ver o cerne da Questão Agrária brasileira no século XXI, que os ideólogos da economia do agronegócio enxergam, de maneira completamente oposta - como arranjo de "salvação da pátria".

Estou ciente, para concluir, que levantei muitos pontos polêmicos nesse breve artigo, que mereceriam maior aprofundamento. Os limites do texto a mim solicitado não permitem que me estenda mais ainda. Mas a abordagem aqui seguida é uma linha de pesquisa que venho seguindo há vários anos, e a que ainda voltarei em textos ora em preparação.

Mulheres Rurais e a construção da agroecologia: por um modelo de desenvolvimento rural inclusivo e com igualdade de gênero. Emma Siliprandi. Carta Maior, 19/05/2016.

Camponesas, agricultoras, mulheres indígenas, quilombolas, pescadoras. A sociedade brasileira começa a ouvir esses termos com mais frequência na mídia.

Camponesas, agricultoras, mulheres indígenas, quilombolas, pescadoras. A sociedade brasileira começa a ouvir esses termos com mais frequência na mídia, mesmo que ainda seja de uma forma estereotipada, como grupos sociais marginalizados, que deveriam ser objeto apenas de políticas sociais (e porque não dizer, assistencialistas).

No entanto, nos últimos anos, essas mulheres vêm mostrando uma capacidade organizativa e política bem importante. Deixaram de ser apenas "esposas de", e passaram a ter nome próprio. Começam a ser titulares de empreendimentos, presidentes de cooperativas rurais, de associações e grupos de produtoras. Participam de feiras, vendem para o poder público, para os programas sociais e para a merenda escolar.

E também começaram a aparecer politicamente, participando de marchas - como é o caso da Marcha das Margaridas - ou de ações diretas, protestos, fechamento de estradas, manifestações. Elas se organizam em diversos movimentos, apresentado reivindicações ao governo e à sociedade, e se articulam nacional e internacionalmente (o caso mais conhecido é o da Via Campesina). Enfim, se mostram enquanto sujeitos políticos.

No campo da produção ecológica não tem sido diferente.

Embora as mulheres tenham participado das experiências de base ecológica desde o início desses movimentos no Brasil, na década de 1970, elas sempre foram minoritárias na sua coordenação. É sabido que são elas quem primeiro defende a conversão das propriedades para modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente. Afinal, elas sofrem as consequências diretas da degradação ambiental - por exemplo, têm que deslocar até mais longe para buscar água ou lenha para cozinhar, e quando alguém fica doente na família é sobre elas que recai o trabalho dos cuidados.

Até o início dos anos 2000, as questões trazidas pelas mulheres não tinham ocupado um lugar importante nas pautas políticas dos movimentos ecológicos no Brasil. No entanto, em várias regiões do país, algumas lideranças femininas teimosamente foram despontando e conseguiram fazer-se reconhecer. Muitas delas, ao entrarem nas lutas sociais, incorporaram discursos e práticas centradas na autonomia das mulheres.

No caso da Articulação Nacional de Agroecologia, a ANA, elas se organizam desde 2004 em um grupo de trabalho específico - o GT Mulheres - que mantém esse debate vivo dentro da rede e visibiliza permanentemente as suas proposições. Elas exigem ter espaços próprios de organização e, nos encontros nacionais, conseguiram que seja garantida a paridade de gênero, ou seja, entre os participantes tem que estar presentes o mesmo numero de homens que mulheres.

Essas mulheres enfrentam muitas dificuldades para serem ouvidas dentro das famílias, nas comunidades, pelo Estado, pelo público urbano. Vivemos em uma sociedade machista e preconceituosa com relação às mulheres e também com relação ao mundo rural. Em geral, se acha que as mulheres agricultoras são ignorantes, desinformadas, e que só servem para trabalhar. Que não são capazes de tomar decisões, de ser empreendedoras, de ter ideias políticas. Que não tem condições de opinar nem sobre a própria vida, o que dirá sobre os rumos da sociedade, as políticas públicas, o futuro do planeta.

Mas elas estão aí nas ruas, fazendo passeatas, discutindo com os governantes, criticando e dando opinião sobre o que está acontecendo. Aparecem com os seus chapéus de palha, suas camisetas lilás, com suas margaridas, suas cestas de alimentos, seus filhos a tiracolo, desmentindo esses preconceitos todos os dias.

Mas quais são, afinal, as questões que mobilizam as mulheres rurais?

São questões de ordem pessoal, familiar, assim como econômicas, políticas e ideológicas. Não são apenas de curto prazo, mas também de projeção de um futuro melhor para todas e todos.

Em primeiro lugar, o direito à terra e aos meios de produção. Para poder ter um lugar para plantar, com condições suficientes (técnicas, financeiras, de comercialização), que garantam o direito de manter suas famílias com dignidade e construir um desenvolvimento rural sustentável com base na agricultura familiar e camponesa.

As mulheres são minoria entre os proprietários de terra no Brasil, mesmo na agricultura familiar, e dentro das propriedades, devido ao monopólio de gerenciamento dos homens, quando conseguem um pedaço de terra para elas, são terras marginais, de baixa qualidade. Os recursos financeiros obtidos pela propriedade normalmente são usados nas culturas consideradas mais importantes (em geral, as que são voltadas para os mercados maiores, de maior visibilidade, gerenciadas pelos homens). Como elas se ocupam normalmente da produção voltada para o autoconsumo e para os mercados locais, contam com piores instrumentos de trabalho, pouca tecnologia, pouco apoio técnico e gerencial.

Aqui faço um parêntesis para comentar que, em muitos lugares, ao contrario do que normalmente se pensa, o que as mulheres produzem “ao redor da casa” – hortaliças, frutas, queijos, doces, pães, ovos, pequenos animais – rendem tanto ou mais do que a chamada “cultura principal”: café, cacau, milho, feijão. Não só monetariamente, pelas vendas em pequena escala e nos mercados locais, mas também pela produção “em espécie”, pois garante a alimentação de qualidade, a mesa farta para a família. Rende,

portanto, também “pelo que se deixa de comprar”. No entanto, essas produções continuam a ser menos valorizadas por ser “coisas de mulher”, vinculadas ao seu papel doméstico. O mesmo se poderia dizer, por exemplo, quanto às plantas medicinais recuperadas por elas, que ajudam a que as famílias gastem menos com os “remédios de farmácia”.

Essa visão está mudando paulatinamente, com a maior participação das mulheres nas feiras ecológicas e também com a venda para os programas governamentais (PAA e PNAE) que lhes proporcionam uma renda fixa garantida, favorecendo seu reconhecimento econômico e como agentes produtivas.

Ter dinheiro na mão, fruto do seu trabalho, é uma das condições para que a situação das mulheres rurais melhore significativamente.

Outra condição é serem reconhecidas como produtoras agrícolas, por suas capacidades, experiências e conhecimentos.

As mulheres querem ser as interlocutoras diretas dos técnicos no caso da assistência técnica à produção, querem fomento para melhorar a produção nos quintais, querem ser as titulares dos financiamentos bancários para os seus empreendimentos, definir onde e como gastar os recursos obtidos com a renda familiar, para a qual todos os membros da família contribuem, e não apenas o pai/marido/companheiro. Esse é um enfrentamento direto com a lógica institucional das empresas de assistência técnica e dos bancos, e também um enfrentamento com os maridos e companheiros, que resistem a mudar a sua visão patriarcal. Há muitos relatos de que os gerentes se sentem desconfortáveis ao ter que tratar de negócios com as mulheres, e não com os seus maridos. Muitas vezes, inclusive, exigem que os maridos digam se estão de acordo com as propostas delas (mas o contrario não é verdadeiro, ou seja, não consultam as mulheres quando são os homens que vão ao banco “fazer negocio”).

No âmbito pessoal, as mulheres lutam também por mais autonomia, pelo direito de ir e vir livremente, poder estudar, poder ter mais liberdade, sem medo de sofrer violência intra ou extra familiar. Elas lutam pela desnaturalização da violência que sofrem. Elas

apontam, por exemplo, que uma das facetas dessa violência que ocorre todos os dias é a sobrecarga de trabalho com o cuidado da casa e dos filhos. A divisão sexual do trabalho faz com que elas não possam se dedicar plenamente a outras atividades, estudar, ter lazer, até mesmo se organizar. E as consequências são a manutenção da sua dependência, e o aumento das doenças, físicas e também emocionais (como a ansiedade). Por outro lado, se mobilizam também contra o lado mais duro da violência, que são os espancamentos, a violência sexual e os assassinatos.

A Rede Ecovida de Agroecologia. Laércio Meirelles. Carta Maior, 19/05/2016.

A Ecovida surgiu como o espaço que propiciou e propicia que estas pessoas e organizações se encontrem e interajam. Como já foi dito, cada membro é um nó.

Rede Ecovida de Agroecologia. Se é uma Rede, é um espaço de conexão, de interação. No caso da Ecovida, entre diferentes trabalhos cujo foco é a Agroecologia. Quando falamos em REDE estamos nos referindo à imagem de uma rede de pesca ou de uma teia de aranha. Constituída de linhas e nós. Os nós são todos que participam. As linhas são as interações que ocorrem entre aqueles que participam.

A Rede Ecovida se articulou como tal em 1998, mas pode-se afirmar que ela existia antes mesmo de existir. Desde meados dos anos 80, em diferentes lugares do Sul do país, começaram a se desenhar novas formas de produção, processamento, circulação e consumo de alimentos. Produzindo sem o uso de agrotóxicos e adubos de alta solubilidade, em cumplicidade com a natureza. Processando de forma artesanal ou em pequena escala, sem aditivos ou conservantes, a partir principalmente da experiência das mulheres agricultoras. Criando circuitos de comercialização os mais curtos possíveis, aproximando produtor e consumidor e buscando dividir os ganhos de forma justa. Consumindo saúde e fazendo do consumo um ato de solidariedade com quem produz, processa e comercializa sob os princípios da Agroecologia.

A Ecovida surgiu como o espaço que propiciou e propicia que estas pessoas e organizações se encontrem e interajam. Como já foi dito, cada membro é um nó. E toda relação entre dois ou mais membros da Rede é uma linha que se estabelece. Se pudéssemos visualizar nos três estados do Sul as ações cotidianas da Rede,

perceberíamos esta teia de aranha. Viva, se ampliando, se recriando quando necessário, estabelecendo novos fluxos (linhas) e incorporando novas células (nós) a cada momento.

Mas, que ações cotidianas são estas? Não creio ser possível descrever todas. Decidir o que plantar, preparar a terra, semear, cuidar. Colher, lavar, organizar, pesar, encaixotar vender. Capacitar-se, através de um curso, um seminário, um intercâmbio de experiências. Preparar um material didático, dar uma entrevista na rádio, ir falar com o prefeito sobre um novo projeto. Fazer uma palestra em uma escola, um sindicato ou uma comunidade. Organizar um feira, participar de uma reunião do seu grupo, do Núcleo ou da Rede. Trocar sementes, receitas ou materiais. Sim, definitivamente não há como descrever todas as atividades e inter-relações que se estabelecem no dia a dia. Repito, é uma teia viva, que se amplia e se renova quando necessário, que estabelece novos fluxos e incorpora novas células a cada momento.

Ao longo de seus dezoitos anos de existência, a Rede Ecovida foi agregando novos membros. Hoje são cerca de 4500 famílias agricultoras, organizadas em mais de 300 grupos; 30 ONGs de apoio à produção e consumo de produtos ecológicos; 20 cooperativas e associações de consumidores; 100 unidades de processamento. Não é demais repetir que toda esta gente reunida tem um propósito fundamental - produzir e consumir produtos ecológicos, livres de venenos e transgênicos. Essa é a forma que essas pessoas encontraram para contribuir na construção de um planeta mais equilibrado, ambiental e socialmente.

Durante sua trajetória, a Rede se empenhou em dar forma e fazer conhecida e reconhecida a certificação participativa. A certificação participativa consiste em demonstrar a qualidade ecológica (ou orgânica) dos produtos através da ativa participação dos envolvidos no ciclo de produção e consumo. Tem na revisão de pares e na política das porteiras abertas um elemento básico. Todos avaliam e avalizam todos, e as propriedades estão disponíveis para visitas a qualquer momento. Não é exagero afirmar que a Ecovida foi uma referência fundamental para que este método esteja previsto na legislação brasileira, e seja cada vez mais utilizado em diferentes partes do planeta.

Uma tarefa considerada primordial dentro da Rede é o estabelecimento de Feiras de Produtores Ecológicos/ecologistas. Uma estimativa conservadora, ainda que imprecisa, aponta para mais de 200 feiras nos três estados do Sul, que comercializam pelo menos 500 toneladas de produtos a cada semana. Outro mercado prioritário para a Rede são as compras institucionais, que permitem um acesso democrático aos produtos ecológicos. Hoje, mais de mil escolas se abastecem com produtos de membros da Rede Ecovida como parte do que oferecem aos seus alunos.

Falando do seu funcionamento, os membros da Rede Ecovida estão quase todos organizados em pequenos grupos, associações ou cooperativas e, obrigatoriamente, vinculados ao que denominamos Núcleo Regional. Estes Núcleos, que hoje chegam a 28, são os espaços onde a Rede ganha vida. São organizados e conformados por proximidade geográfica entre diferentes membros.

Cada grupo possui sua dinâmica própria de reuniões e os Núcleos possuem uma coordenação mínima e um calendário de encontros, que geralmente ocorrem a cada dois meses. Anualmente, ocorre uma Plenária Estadual de Núcleos, que reúne os núcleos dos estados separadamente, além de duas Plenárias de Núcleos, que reúnem representantes de todos os Núcleos. A cada dois anos, é organizado o Encontro Ampliado da Rede Ecovida, com cerca de 1500 participantes reunidos por três dias, trocando informações, debatendo temas prioritários sobre a agroecologia, conversando, dançando, comendo bem, celebrando conquistas, analisando conjunturas e projetando cenários. Nos Encontros Ampliados se escolhe a Coordenação Geral da Rede por aclamação, formada por 12 pessoas, sendo 4 de cada Estado. Esta coordenação se reúne a cada três meses.

Com esta dinâmica, a Rede Ecovida vem conseguindo cumprir sua tarefa de criar vínculos entre quem produz e quem consome de forma ecológica no Sul do país. E, também, de se conectar com outras redes com objetivos semelhantes, bem como dialogar com o Estado, em seus diferentes níveis, reforçando a necessidade e a oportunidade da promoção de políticas públicas de apoio e fomento à Agroecologia.

Vale ressaltar que uma premissa está presente em todo este desenho organizacional: nunca perder sua característica de Rede - horizontal, flexível, dinâmica, adaptável a

novos contextos, com seus membros em constante intercambio, cada célula acumulando informações do todo.

Quase vinte anos de trabalho árduo de articulação, potencializando o que cada um faz no seu cotidiano, ainda não foi tempo suficiente para construir uma presença estatística mais significativa na produção e no mercado de alimentos. Redesenhar o que se denomina sistema agroalimentar não é simples. Produzir e distribuir alimentos para uma população de mais de duzentos milhões (ou sete bilhões?) não é definitivamente uma tarefa fácil. Grandes grupos de interesse se aproveitam do fantasma da fome, materializado no mundo para cerca de um bilhão de pessoas, para fomentar o medo, apontar dificuldades e se colocarem como portadores das soluções. Não faltam poderosos e muito bem feitos lobbies juntos aos tomadores de decisão. Tampouco faltam eficientes propagandas dirigidas à população.

A Agroecologia se propõe a ser o vaso comunicante entre a necessidade de produção de alimentos, sua distribuição justa e a preservação ambiental. Mas seus pressupostos ferem interesses de grandes corporações que, todos sabemos, atuam fortemente na produção e distribuição de alimentos. Desde fábricas de sementes a grandes cadeias de supermercados, estes conglomerados organizados antes e depois da porteira dominam boa parte dos processos de produção e consumo. E lucram muito com isto.

Assim, apesar do esforço da Rede Ecovida de Agroecologia e de milhares de famílias agricultoras que, para além da Ecovida, trabalham dentro dos princípios agroecológicos, o veneno, as grandes indústrias transformadoras e a distância entre produção e consumo seguem dominando o cenário. Isto não nos desanima. Se ainda estamos longe de sermos maioria, temos consciência de sermos um exemplo promissor e interessante. Para que se amplie, depende de uma decisão coletiva, da Sociedade e do Estado. Nós seguiremos fazendo nossa parte.

PARANÁ: Indígenas recebem 156 t de alimentos. CONAB. 19/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Paraná, disponibilizou cerca de 156 toneladas de alimentos para

comunidades indígenas em situação de insegurança alimentar e nutricional no estado, desde o começo do ano.

Foram doadas 8,2 mil cestas de alimentos com 19 kg cada, contendo açúcar, arroz, farinha de trigo, fubá de milho, leite em pó, macarrão e óleo. A entrega dos produtos foi feita pela Fundação Nacional do Índio - Funai.

As comunidades indígenas contempladas estão situadas nas regiões de São Jerônimo da Serra, Queimadas, Faxinal, Ivai, Aldeia Serrinha, Ava Guarani, Marrecas, Rio da Areia, Mangueirinhas, Boa Vista, Rio das Cobras, além, de Guaira e Curitiba.

PERNAMBUCO: Doações de alimentos beneficiam 420 mil pessoas. CONAB. 20/05/2016.

Um total de 39.866 cestas de alimentos foram distribuídas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) desde o início deste ano a famílias em situação de insegurança alimentar em Pernambuco. As mais de 900 toneladas de alimentos foram doadas por meio de parceria com os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), Incra, Funai, Seppir, Fundação Cultural Palmares, beneficiando em torno de 160 mil pessoas.

Acampados da reforma agrária foram beneficiados com 24.041 cestas, comunidades indígenas receberam 5.800, comunidades de terreiros foram contempladas com 2.639, quilombolas, com 6.516, e marisqueiros, com 870. As cestas eram compostas por arroz, feijão, óleo, flocos, farinha, leite e macarrão dos estoques estratégicos da Companhia e de aquisições da agricultura familiar.

Feijão – Outras 669 toneladas de feijão foram doadas a 24 municípios pernambucanos desde julho de 2015, quando a operação foi autorizada por meio do Decreto nº 8.841. Foram beneficiadas cerca de 260 mil pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por entidades e organizações como restaurantes comunitários, cozinhas populares e ainda para a rede pública de saúde, educação e segurança.

Terras privadas têm 30% menos floresta do que deveriam. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 23/05/016

Análise preliminar com imagens de satélite sobre amostra de 62% da área registrada no Cadastro Ambiental Rural mostra um passivo de pelo menos 17 milhões de hectares de vegetação em Reserva Legal; faltam ainda 5,4 milhões de hectares em margens de rio

Uma análise preliminar feita sobre uma amostra de 62% da área dos imóveis registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) aponta que pelo menos 30% têm déficit de Reserva Legal – porção das propriedades particulares que, por lei, deveriam ser preservadas com vegetação nativa.

O número foi obtido pelo Serviço Florestal Brasil, órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente, a partir do cruzamento das informações declaradas pelos proprietários de terra ao fazer o CAR com imagens de satélites.

Na amostra de 219,5 milhões de hectares (dos pouco mais de350 milhões de hectares cadastrados até 5 de maio), os proprietários declararam ter 88,8 milhões de hectares (Mha) como remanescente de vegetação nativa (40%), sendo 57,5 Mha de Reserva Legal e 12,2 Mha de áreas de preservação permanente (APP), como as margens de rios e de nascentes.

Imagens de satélite mostraram, porém, que a realidade é menos verde. Da Reserva Legal declarada pelos proprietários, foram analisados 55,7 Mha (excluindo Pará e Bahia, dos quais as imagens não estavam disponíveis) e observou-se que 70% (38,9 Mha) de fato têm vegetação nativa. Já de APP, descobriu-se que apenas 55% estão cobertos com remanescentes (6,8 Mha). Somando os dois déficits (16,8 Mha + 5,4 Mha, respectivamente), são 22,2 Mha de áreas desmatadas que deveriam estar protegidas.

Os dados foram apresentados por RaimundoDeusdará, diretor geral do Serviço Florestal, em evento do Observatório do Código Florestal na última sexta-feira, 20, no Rio de Janeiro. Apesar de ainda serem preliminares (é preciso verificar se algo desse desmatamento foi autorizado) e com base apenas em uma amostra, os números já dão um indicativo do tamanho do passivo ambiental brasileiro.

Antes da realização do CAR, havia estimativas de que o tamanho do passivo podia ser entre 20 Mha e 85 Mha. O governo, de acordo com Deusdará, acreditava que seria algo em torno de 21

Mha. Como ainda faltam avaliar mais de 130 milhões de hectares, o quadro pode ser diferente. Ele acredita que em um mês terá os números finais.

Recuperação. O diretor do Serviço Florestal afirmou, porém, que esses números não significam que tudo terá de ser recuperado. “Ter cerca de 17 milhões de passivo de Reserva Legal bate um pouco com a expectativa da meta do Brasil ao Acordo de Paris de restaurar 12 milhões de hectares no Brasil, porque o resto pode ser compensado em terras que tiverem excedente de vegetação preservada”, diz.

Pela nova lei ambiental aprovada em 2012, que reformou o Código Florestal, quem realizou o CAR até 5 de maio (e ospequenos proprietários que o fizerem até 5 de maio do ano que vem) pode contar com os benefícios do Programa de Regularização Ambiental.

Quem aderir ao chamado PRA não será multado por desmates ilegais até 22 de julho de 2008 e poderá não restaurar o que for considerado área agrícola já consolidada (ocupada até aquela data) em APP. A Reserva Legal tem de ser restaurada ou pode ser compensada – ou seja, o proprietário para para quem tiver excedente continuar mantendo a área protegida.

Floresta privada x pública. Deusdará preferiu destacar um outro dado das análises preliminares do CAR. Há quase tanta floresta em áreas privadas no Brasil quanto há em Unidades de Conservação.

Considerando o que os proprietários declararam como área coberta por Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e outros remanescentes de vegetação nativa, excetuando Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, há 97 milhões de hectares de floresta em propriedades particulares espalhadas pelo País. Já as Unidades de Conservação no Brasil – terras públicas destinadas para proteção da natureza – somam 113 Mha.

“O CAR está nos permitindo enxergar pela primeira vez essa floresta privada. É algo que foi declarado (ainda precisa ser checado), mas é uma coisa que a gente não conhecia. Precisamos arrumar um jeito de remunerar esse ativo e evitar que o proprietário desmate para fazer um uso alternativo do solo”, afirma.

“E ao contrário das unidades de conservação, que estão concentradas na Amazônia, as florestas privadas estão por todo o lado. Na Mata Atlântica, por exemplo, em especial em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, as fazendas têm mais vegetação que o poder público. Não podemos vilanizar esse pessoal. Eles têm de ser reconhecidos pelo papel de conservadores”, complementa o engenheiro agrônomo.”

Nascentes. A análise preliminar mostrou também que na área de 219,5 Mha (com exceção de PA e ES), foi declarada a existência de 1,1 milhão de nascentes. Para Deusdará, isso é um sinal de comprometimento dos proprietários de terra. “Quem declara nascente é de boa fé, porque quando declara que existe uma nascente em sua propriedade, o dono da terra vai ter de cuidar dessa nascente. Deve ter até muito mais. Mas se não fosse o CAR e o Código Florestal, não teríamos como saber onde elas estão, como está o seu entorno, quem é o proprietário e como podemos fazer para recuperar essa nascente”, diz o engenheiro florestal.

* A repórter viajou ao Rio a convite do Observatório do Código Florestal.

Para entender. A lei que reformou o Código Florestal, em 2012, estabelece que propriedades rurais no Brasil têm de manter algumas áreas de vegetação natural protegidas nos formatos de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP).

A reserva legal varia conforme o bioma. Terras localizadas na Amazônia Legal têm de preservar 80% se estiverem em área de floresta, 35% em área de cerrado e 20% em área de campos gerais. Nas demais regiões do País, a reserva é de 20%. Jás as APPs são áreas às margens de corpos d’água e topos de morro que não podem ser suprimidas.

Grosso modo, o que tiver sido desmatado em RL e em APP tem de ser recomposta. Mas o novo código abriu exceções, como a figura da área consolidada, para aquelas que tiverem sido desmatadas até 22 de julho de 2008, e o conceito de escadinha para recomposição à beira do rio – o tamanho da área a ser replantada cresce conforme o tamanho da propriedade.

“Temer vai tocar uma agenda antiambiental pesada”. Flávia Marreiro (El País) – O Globo, Blog do Noblat. 23/05/2016.

Autor de livro sobre aquecimento global prevê ofensiva para flexibilizar licenciamento ambiental

O jornalista e escritor Claudio Angelo transformou sua década e meia de experiência cobrindo a complexa engrenagem política e ambiental em torno da crise climática em A espiral da morte, lançado em março pela Companhia das Letras. O apreço pela abrangência e o sarcasmo presentes na obra ele usa para, na entrevista abaixo concedida por e-mail, fazer tanto um balanço do Governo Dilma Rousseff em matéria de meio ambiente como uma previsão sombria do mandato do interino Michel Temer na área. Angelo é diretor de comunicação do Observatório do Clima, uma rede de 41 organizações da sociedade civil, e está acostumado a

seguir as negociações em Brasília. Ainda assim, ele se mostra especialmente preocupado com o legado que a conjuntura atual pode deixar: "O Executivo e o Legislativo estão imunes à pressão que não seja de seus doadores. Deixaram de responder à sociedade".

P. O que esperar de nomes do ministério Temer, como Blairo Maggi e Sarney Filho? R. Acho que Blairo Maggi no Ministério da Agricultura pode não ser tão ruim. Ruim foi tê-lo no Senado, relatando a PEC 65, que acaba com o licenciamento ambiental, sendo proprietário de uma empresa de energia que tem interesse em várias hidrelétricas na bacia do rio Juruena. Em que pese a PEC, o Blairo tem um pensamento sobre agricultura mais moderno que o da antecessora, que vem da pecuária - o setor mais atrasado do ruralismo. Por outro lado, Zequinha Sarney para o Meio Ambiente é um bom sinal. Apesar do sobrenome, é uma pessoa muito comprometida com a agenda ambiental e encampou várias brigas no Congresso para retardar retrocessos que acabaram vindo de qualquer forma, porque a correlação de forças é muito desigual.

O problema é que um ministro só pode ser tão bom quanto o Governo ao qual ele serve. E o Governo Temer chega com uma agenda pesada de desregulamentação e "melhora do ambiente de negócios", que é um eufemismo para mais flexibilização do licenciamento ambiental. É o que está na Agenda Brasil e é o que está na Ponte para o Futuro, os documentos que antecipam a linha do que será o Governo do PMDB. É o que está sugerido no primeiro ato do Governo Temer, a Medida Provisória 727, que cria o tal Programa de Parcerias de Investimentos. O foco deles no curtíssimo prazo é ainda maior que o de Dilma. Então tenho zero esperança de uma mudança para um modelo de desenvolvimento durável nesses dois anos e meio. Vai-se tocar uma agenda antiambiental pesada, com um Ministério do Meio Ambiente ali perdendo batalhas, monitorando o desmatamento na Amazônia, aturando as reclamações das ONGs e posando de bom moço uma vez por ano nas conferências do clima. Esse é o cenário tendencial. É claro que a sociedade civil trabalhará para que ele não se confirme.

Ministério lança cartilha sobre aproveitamento de resíduos de suínos. MAPA. 23/05/2016.

Publicação objetiva ajudar produtor a gerar renda e reduzir custos de produção e de emissão de gases de efeito estufa

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou uma cartilha sobre o aproveitamento econômico dos resíduos de suínos, tais como fezes, urina e água desperdiçada nos bebedouros e restos de ração. A publicação tem o objetivo de auxiliar o produtor a gerar renda a partir dos resíduos e reduzir os custos de produção, bem como diminuir os efeitos na atmosfera de gases como o metano. No ano passado, perante à Organização das Nações Unidas, o governo brasileiro assumiu o compromisso de reduzir em 37% as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) de 2010 até 2020.

Na cartilha, o suinocultor poderá se informar sobre o uso racional da ração, da água e técnicas de produção de energia e biofertilizantes - como a cama sobreposta - e de separação dos dejetos. Os textos são resultados do Projeto Suinocultura de Baixa Emissão de Carbono, coordenado pelo Mapa com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Embrapa Suínos e Aves e da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS).

O material foi produzido por consultores que, durante um ano, mapearam as alternativas sustentáveis e economicamente viáveis de tratamento dos dejetos. As tecnologias são preconizadas pelo Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC). Os técnicos percorreram os principais estados produtores de suínos do país, instituições, centros de pesquisas e propriedades modelos em tratamento de resíduos de suínos.

No total, foram levantadas seis tecnologias, entre elas o tratamento de dejetos. A técnica diminui os impactos ambientais, aumenta a oferta de biogás, gera energia e biofertilizantes (líquidos e sólidos), além de reduzir os custos de produção e de fertilizantes industrializados.

Mata Atlântica perdeu 1,9 milhão de 'campos de futebol' em 30 anos. Cesar Baima – O Globo, Sociedade.25/05/2016.

Relatório expõe destruição, mas ambientalista diz que há tempo para regeneração

RIO - Quando Cabral desembarcou no Brasil, em 1500, a Mata Atlântica cobria cerca de 1,3 milhão de quilômetros quadrados (km²) do território nacional, indo do litoral entre o que hoje são os estados do Rio Grande do Sul e Piauí, e avançando continente adentro até partes do Mato Grosso do Sul e Goiás. Passados mais de cinco séculos, porém, atualmente restam

apenas cerca de 163 mil km², ou pouco mais de 12%, da floresta original, o que faz dela o grande bioma mais devastado da História do país.

Mas engana-se quem acha que tal destruição ficou num obscuro passado em que não existiam preocupações ambientais. Fazendo valer a máxima de que só se preserva aquilo que se conhece, em 1990 a Fundação SOS Mata Atlântica, com a participação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), produziu o primeiro levantamento das áreas remanescentes do bioma no Brasil e, a partir do ano seguinte, em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), passou a monitorar sua taxa de desmatamento, com números retroativos a 1985.

E os resultados foram entristecedores. Então, eram destruídos anualmente mais de 100 mil ha de Mata Atlântica. E embora esse ritmo tenha diminuído bastante nos últimos anos, principalmente a partir de 2000, o bioma ainda sofre com a ação humana, como mostra a última edição do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, divulgado nesta quarta-feira pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Inpe. De acordo com o levantamento, entre 2014 e 2015 foram desmatados mais 18.433 hectares (ha), ou 184 km², deste tipo de floresta no país, numa leve alta frente às perdas do período anterior (2013-2014), que chegaram a 18.267 ha.

— A História do Brasil é a história da devastação da Mata Atlântica, com a destruição da floresta para diferentes usos – destaca Marcia Hirota, diretora-executiva da Fundação SOS Mata Atlântica e uma das coordenadoras do trabalho. — Quando fizemos o primeiro levantamento, em 1990, identificamos que pouco restava do que havia originalmente de Mata Atlântica. Aí, começamos a fazer o monitoramento destas áreas e vimos que elas ainda eram muito desmatadas. E isso foi algo espantoso, já que imaginávamos que o bioma tinha sido destruído nas décadas do passado e constatamos que na verdade isso é um processo contemporâneo.

Somando todos os levantamentos produzidos pela fundação e o Inpe com dados dos últimos 30 anos, desde 1985 foram desmatados cerca de 1,9 milhão de hectares de Mata Atlântica no Brasil, ou aproximadamente o equivalente ao mesmo número de campos de futebol nas dimensões máximas aceitas pela Fifa (120 x 90 metros). Segundo Marcia, as diferentes metodologias, resoluções e áreas incluídas nos estudos realizados no período não permitem afirmar se houve avanço ou recuo na cobertura de floresta nestes 30 anos, mas é possível constatar que pelo menos em algumas regiões houve uma notável recuperação. Assim, a

diretora-executiva da Fundação SOS Mata Atlântica considera que mesmo que o desmatamento zero ainda não seja uma realidade, é hora de focar esforços na regeneração do bioma.

— A área de cobertura pela floresta possivelmente aumentou em algumas regiões, mas decresceu em outras, então não dá para dizer que houve uma recuperação — diz. — De qualquer forma, nosso principal desafio hoje é a regeneração das áreas devastadas, principalmente as que são para ser de preservação permanente, como as matas ciliares dos rios. Se a floresta desaparece, as nascentes também desaparecem, e isso é péssimo no contexto das crises hídricas como as que o Rio de Janeiro e outros estados vêm enfrentando. Garantir a proteção dos rios e suas nascentes é fundamental para que tenhamos água para nosso consumo, e isso é algo que está diretamente relacionado com nosso futuro.

PRESERVAÇÃO EM TROCA DE ISENÇÃO

Para isso, Marcia defende mais incentivos para que a própria sociedade participe deste processo, como as chamadas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), mecanismo pelo qual donos de terras se comprometem a preservar de forma permanente partes de suas propriedades em troca de isenção do Imposto Territorial Rural e outros benefícios. Neste sentido, ela destaca a expansão das áreas protegidas por RPPNs no estado do Rio, um dos líderes nacionais na criação destas unidades de conservação particulares, com 150 delas abarcando 12,6 mil ha. — O poder público não pode cuidar sozinho de criar e fiscalizar todas as áreas de proteção — avalia. — Precisamos da participação da sociedade nisso, com a população e empresas ajudando no desenvolvimento deste potencial de conservação. Se não ajudarmos, estamos comprometendo os serviços ambientais para as futuras gerações.

Por fim, apesar de expressar otimismo quanto a este futuro, Marcia também está preocupada com alguns retrocessos verificados na última edição do mapa da fundação. Entre eles, um dos mais lamentáveis foi a volta de Minas Gerais à liderança no desmatamento, com mais de 7,7 mil ha devastados entre 2014 e 2015. Neste número estão incluídos os 169 ha destruídos pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco na cidade de Mariana, que responderam por 65% dos 258 ha de Mata Atlântica perdidos pelo município no ano passado.

— A legislação ambiental não existe só para proteger a natureza, a floresta e a biodiversidade, mas também para garantir a segurança das pessoas para que não aconteçam tragédias como esta — lembra. — O caso de Mariana deve ficar como um alerta para toda sociedade.

Projeto Biomas: Preservação, manejo correto e uso sustentável da arvore na propriedade rural. CNA. 26/05/2016

A Mata Atlântica apresenta uma variedade de formações e engloba um diversificado conjunto de ecossistemas florestais com estrutura e composições bastante diferenciadas, acompanhando as características climáticas da região onde ocorre. Nesta sexta-feira (27) é celebrado o Dia Nacional da Mata Atlântica e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defende a importância deste bioma e também alerta sobre a preservação e seu correto manejo.

E, para auxiliar o produtor, a CNA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desenvolveram o projeto Biomas/Mata Atlântica, que pesquisa formas sustentáveis de utilizar a árvore dentro da propriedade rural. O objetivo principal do projeto é avaliar e testar modelos que incluem a árvore como componente nos sistemas de produção, restauração e composição na propriedade rural, aliando renda e preservação.

A área experimental de 35 hectares, aproximadamente, localizada no estado do Espírito Santo, está praticamente preenchida com diferentes pesquisas, abrigando experimentos nas áreas em recuperação compostas por áreas de preservação permanente, reserva legal e sistema de produção. E, com o objetivo de promover pesquisas, foi criada uma rede envolvendo 61 pesquisadores de diferentes instituições.

Para a coordenadora do projeto Biomas/Mata Atlântica, Fabiana Ruas, a ideia é plantar em áreas mais degradadas e comparar a evolução, crescimento e adaptabilidade das plantas. “Se conseguirmos provar que, de acordo com a espécie e manejo utilizados, as árvores se desenvolveram em terreno de baixa fertilidade, o produtor rural terá grande chance de investir e ter sucesso”, avalia a pesquisadora.

Conheça abaixo um pouco mais sobre este bioma

SERGIPE

Sergipe conta hoje com 43 municípios que possuem o bioma Mata Atlântica. Segundo o biólogo Paulo César Umbelino, os ecossistemas incluídos no bioma são: floresta estacional semidecídual; mata de restinga arbustivo-arbórea; lagoas perenes; matas

ciliares; manguezais; restinga arbustivo densa (moitas); floresta ombrófila densa; montanas; psamófilas repitantes, dunas e cordões litorâneos.

O maior remanescente de Mata Atlântica do estado, o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, está localizado no município de Capela, a 67 quilômetros da capital sergipana, com área total de 894,76 hectares. Criado elo Decreto 24.944, de 26 de dezembro de 2007, o Refúgio tem o objetivo de proteger a vegetação nativa da Mata Atlântica, bioma enquadrado entre os 34 hotspots mundiais, ou seja, ecossistemas com elevada biodiversidade e que sofrem severa destruição, correndo o risco iminente de desaparecerem.

Há na Mata do Junco, a presença de uma das espécies de primatas mais ameaçadas de extinção do Brasil, o CallicebusCoimbrai, conhecido como macaco guigó. No plano de manejo do Refúgio, em sua caracterização florística, registrou-se a ocorrência de 100 espécies, distribuídas em 74 gêneros e 37 famílias, predominando as famílias Poaceae, Cyperaceae, Myrtaceae, Fabaceae, Asteraceae e Rubiaceae.

Com relação à fauna, foram registradas a ocorrência de 23 espécies de mamíferos, 20 de anfíbios, 18 de répteis, 23 de mamíferos e 134 de aves. Além das espécies da flora e fauna encontradas, o Refúgio protege o principal manancial de abastecimento público da cidade de Capela - o riacho Lagartixo, atributo que reforça a sua importância, enquanto mantenedor de bens e serviços ambientais.

RIO DE JANEIRO

Abrangendo nove municípios do Sul Fluminense e uma área de 195 mil hectares, o Corredor de Biodiversidade Tinguá – Bocaina, está localizado no ponto mais crítico de fragmentação, onde se rompe a maior extensão contínua de Mata Atlântica do país. É exatamente nesta região que se encontram as nascentes que abastecem perto de 8 milhões de pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Para reverter este quadro está sendo executado um programa de conservação do Corredor desde 2009, tendo implementado mais de 100.000 hectares de unidades de conservação e 1.000 hectares de áreas de restauração.

O Programa gera centenas de empregos, pequenos negócios, educação ambiental e desenvolvimento rural. Dentre as várias atividades atende ao Banco de Áreas para

Restauração Florestal - que cadastra propriedades que disponibilizam áreas voluntariamente, e que por esse motivo, além de preservar, futuramente receberão uma remuneração por meio de pagamento por serviços ambientais.

ESPÍRITO SANTO

Em Jaguaré, no litoral norte do Espírito Santo, no Córrego Abóbora, o agricultor e ex-presidente do Sindicato Rural de Jaguaré, José Silvano Bizi, desenvolve, há 16 anos, o projeto Japira-Jaguaré que consiste na recuperação da Mata Atlântica na propriedade Fazenda Bizi. A iniciativa surgiu com o pai de Silvano, o também agricultor, José Lino Bizi, que tinha como propósito "devolver" à natureza parte do que havia explorado. A fazenda possui uma área de 200 hectares, sendo que 48 hectares de Mata Atlântica e 10% da área total está sendo recuperada a partir do projeto.

Segundo Silvano, a proposta de recuperação da área de Mata Atlântica na Fazenda também foi influenciada pela vontade do pai em recuperar as nascentes para as futuras gerações da família. "Meu pai se preocupava para que os netos e bisnetos tivessem a oportunidade de conhecer a fauna e flora da nossa região", conta. Atualmente o projeto é administrado pela própria família.

O produtor pretende expandir o projeto com o isolamento da área, deixando a mata se recuperar naturalmente. Exemplo de preservação no município de Jaguaré, Silvano acredita que a realidade que o país vive de desmatamento e queimadas pode ser mudada com um trabalho intenso de conscientização nas escolas e comunidades, acompanhamento e punição aos infratores.

BAHIA

Em 1971 quando chegou no município de Itabuna, localizado no sul da Bahia, para passar um período de dois anos à frente das fazendas de cacau da família da esposa, Fernando Botelho mal sabia que ali nasceria uma nova paixão. Engenheiro mecânico de profissão, Botelho começou a implantar tecnologias na administração dos negócios e assim conseguiu aumentar significativamente a produtividade de cacau nas fazendas, "Nessa época demos inicio ao cultivo do cacau todo pautado no sistema Cabruca, sempre preservando a Mata Atlântica. Me apaixonei por essa cultura e aqui estou até hoje", afirmou.

A cidade de Barro Preto, onde Fernando Botelho tem a Fazenda São José, já chegou a ser considerada segundo a SOS Mata Atlântica, a cidade mais preservacionista da Bahia e a segunda do Brasil. Mas infelizmente esse panorama mudou e Mata Atlântica na Bahia vem sendo agredida, principalmente no Sul do estado. Ao longo dos anos, as plantações de cacau vem sendo destruídas devido a baixa produtividade decorrente da vassoura de bruxa, o que tem levado à transformação de fazendas de cacau em pecuária. O que era Mata Atlântica está virando pasto. Preocupado, Botelho destaca a importância do bioma para a região. "A Mata Atlântica é fundamental para a produção baiana, exercendo uma influência muito grande no clima da região, além de garantir o equilíbrio ecológico da fauna e flora de toda a Bahia."

Em busca de soluções, há 15 anos, o produtor criou a Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia, e tornou orgânica a sua Fazenda São José. Hoje, Botelho se orgulha de ser um dos pioneiros na fabricação de chocolate orgânico. Há quatro anos, junto com a esposa Áurea Maria Viana Lima e a filha Patricia, expandiram a produção, e criaram o Modaka Cacau Gourmet, totalmente certificado pelo IBD. Todos os produtos, sem glúten e sem lactose, são feitos artesanalmente a partir de amêndoas 100% orgânicas, cultivadas e selecionadas pela família Viana Lima no santuário ecológico da Mata Atlântica. "A Mata Atlântica está na minha história de vida representada pelo cacau Cabruca. Trabalhei muito para isso e há mais de 10 anos a primeira visão que tenho todos os dias ao acordar, é essa linda cultura de cacau. Essa mata invade o meu coração e fico muito feliz de produzir contribui para a preservação de um dos bens mais preciosos da natureza".

Financiamentos do Plano ABC chegam a R$ 12,5 bilhões. MAPA. 27/05/2016.

Valor corresponde a 27,5 mil contratos em todo o país, desde 2010 até abril deste ano.

O Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) financiou contratos no total de R$ 12,5 bilhões desde o seu lançamento, em julho de 2010, até abril deste ano. Esse montante corresponde a 60,8% dos R$ 20,5 bilhões programados até julho de 2016, pelo governo federal, para crédito por meio do ABC. Os números foram divulgados nesta sexta-feira (27) pelo Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e

da Produção Sustentável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Segundo o coordenador de Sistemas de Produção e Sustentabilidade, Elvison Ramos, os R$ 12,5 bilhões financiaram 27,5 mil contratos em todo o país nesse período. O valor médio dos contratos é de R$ 454 mil por produtor. A área brasileira ocupada com tecnologias do ABC soma 4,3 milhões de hectares.

O plano tem o objetivo de organizar e planejar ações voltadas à adoção de técnicas sustentáveis de produção, a fim de contribuir para a redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) no setor agropecuário.

Financiamento

As linhas de crédito mais procuradas são as de recuperação de pastagens degradadas (RPD), sistema plantio direto (SPD), florestas plantadas (FP) e integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF). O ABC também tem financiamento para sistemas agroflorestais, junto com a ILPF, tratamento de dejetos animais e fixação biológica de nitrogênio.

Ainda de acordo com Ramos, o Centro-Oeste, com R$ 3,2 bilhões, é a região com maior volume de crédito investido em tecnologias do ABC, entre janeiro de 2013 e abril deste ano. Depois, aparecem o Sudeste, com R$ 2,8 bilhões; o Norte, com R$ 972 milhões; o Sul, com R$ 963,2 milhões; e o Nordeste, com R$ 826,3 milhões.

Entre os estados, o maior tomador de financiamento do ABC é Minas Gerais, com R$ 1,6 bilhão. Em seguida, aparece Goiás, com R$ 1,3 bi. São Paulo, com R$ 1,2 bi, é o terceiro. Mato Grosso do Sul, com R$ 974,3 milhões, é o quarto, e Mato Grosso, com R$ 899,4 milhões, o quinto. Atualmente, 21 estados têm planos ABC locais.

Na avaliação de Ramos, o plano vem desempenhando um papel importante no contexto da adoção de práticas e sistemas sustentáveis.

Pnuma aprova 25 resoluções para ambiente. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 30/05/2016.

A Assembleia Ambiental das Nações Unidas, a Unea-2, não avançou nas questões de recursos financeiros e transferência de tecnologia. Mas a conferência teve um sucesso prático: conseguiu aprovar 25 resoluções com ações para preservar oceanos, melhorar a qualidade do ar, reduzir o desperdício de comida e até em estratégias de cooperação internacional para lidar com tempestades de areia cada vez mais fortes no Oriente Médio e Norte da África.

No caso do ar, mais de 80% das pessoas que vivem em cidades que monitoram qualidade do ar estão expostas a níveis de poluentes que superam o recomendado pela Organização Mundial da Saúde. "Tem de se tratar as questões ambientais de forma mais integrada", disse Achim Steiner, diretor-executivo do Pnuma. "Poluição do ar é um problema de saúde pública."

Da mesma forma, um terço de toda a comida produzida no mundo é jogado fora. A proposta é que o Pnuma trabalhe essa questão junto com a Organização da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO). "O meio ambiente não existe no vácuo", disse Steiner.

"A Unea dá concretude aos acordos que fechamos em 2015, na agenda climática e dos objetivos de desenvolvimento sustentável", disse ao **Valor** Mario Motin, coordenador para o desenvolvimento sustentável do Ministério das Relações Exteriores. Os acordos são a moldura legal, e as resoluções da Unea, sua implementação.

Foi aprovada uma resolução, proposta pela Ucrânia, que permite ao Pnuma fazer estudos de impacto ambiental em países em conflito e projetos para recuperação dos danos. Existe 1,5 bilhão de pessoas vivendo em área de conflito ou em lugares degradados e que passaram por alguma crise, o que equivale a 20% da população mundial, disse Oli Brown, coordenador de subprogramas de desastres e conflitos do Pnuma. Técnicos do órgão são chamados para ajudar países durante e depois dos conflitos. O Pnuma trabalha no Afeganistão, Haiti, Darfur e Sudão do Sul e há poucos dias foi requisitado a ajudar no Equador, depois do terremoto. Nessas regiões, há problemas de qualidade do ar e do solo, contaminação por asbesto, etc.

Uma outra resolução diz que a igualdade de gênero é aspecto fundamental do desenvolvimento sustentável e deve estar presentes em todo projeto do Pnuma.

Outra decisão quer promover estilos de vida mais sustentáveis e coloca foco em ações que promovam mudanças de mentalidade. Uma das resoluções foi dedicada ao lançamento de programas em escala global para promover padrões mais sustentáveis de consumo e de produção. Os países também se comprometeram a fazer mais esforços para melhorar o manejo de resíduos perigosos.

Os países ricos, porém, não se comprometeram com os chamados "meios de implementação". "Os ricos têm discurso de priorizar o meio ambiente, mas não avançam quando o tema é recurso financeiro e transferência de tecnologia", disse um delegado do G-77.

Transformações no semiárido brasileiro: "A luta pela água não pode acabar; ela é permanente". Site do MST, 30/05/2016.

"É importante fortalecer a agroecologia no semiárido, porque a metade dos agricultores brasileiros está na região", diz a coordenadora executiva da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA.

Na última década, a instalação de cisternas que permitem a captação da água da chuva garantiu que 85 mil famílias do semiárido passassem não só a ter acesso à água para o consumo humano, mas pudessem produzir seus próprios alimentos. "A água utilizada para a produção de alimentos vem transformando a paisagem do semiárido", diz Glória Araújo.

Antes de iniciativas como essa, que foram desenvolvidas através do Programa Um Milhão de Cisternas, "a realidade das famílias agricultoras do semiárido brasileiro era marcada pela dificuldade do acesso à água. Essas famílias, principalmente as mulheres e as crianças, caminhavam mais de seis quilômetros para pegar água em grandes propriedades", lembra.

De acordo com a coordenadora executiva da Articulação Semiárido Brasileiro - ASA pelo estado da Paraíba, entre as mudanças que têm chamado atenção nos últimos anos no semiárido, destaca-se a queda nos processos migratórios do campo para a cidade.

"No Nordeste houve inclusive um retorno ao campo justamente porque as pessoas passaram a ter água. Mesmo num período de estiagem não houve uma migração brusca

do campo para a cidade", informa. Apesar dos avanços dos últimos anos, frisa, "é preciso implementar políticas públicas para a população do campo, porque não podemos nos iludir achando que somente as cisternas vão resolver todos os problemas do semiárido".

Na entrevista a seguir, concedida por telefone, Glória comenta ainda algumas das principais mudanças que tem evidenciado na região na última década, com destaque para o desenvolvimento da produção agroecológica, através do cultivo de sementes locais, que envolve 12.800 famílias. "Fizemos um mapeamento das sementes que estão sendo conservadas, diversificadas e usadas pela agricultura familiar e chegamos a identificar que o patrimônio genético do semiárido é fantástico. Esse trabalho da valorização das sementes locais é algo importante para que o semiárido seja dinâmico e para que as populações camponesas possam viver melhor. Nesse sentido, água, semente e terra são questões fundamentais", pontua.

Glória Araújo é coordenadora executiva da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA pelo estado da Paraíba.

Confira a entrevista

Qual tem sido o impacto do programa de cisternas na transformação do semiárido? Pode nos apresentar um balanço de qual era a situação do semiárido antes da implantação das cisternas e como essa realidade mudou?

Antes desse programa a realidade das famílias agricultoras do semiárido brasileiro era marcada pela dificuldade do acesso à água. Essas famílias, principalmente as mulheres e as crianças, caminhavam mais de seis quilômetros para pegar água em grandes propriedades. A partir da concretização desse programa, quando a Articulação Semiárido Brasileiro - ASA apresentou a proposta da instalação das cisternas para a sociedade e para o governo a fim de atender as populações difusas do semiárido, essas famílias passaram a ser beneficiadas pelo Programa 1 milhão de Cisternas e passaram a ter, ao lado da casa, acesso à água de qualidade. As cisternas têm capacidade de armazenar 16 mil litros de água e podem atender uma família de até cinco pessoas durante um período prolongado de estiagem. Os últimos seis anos foram um período de violento processo de estiagem, e muitas vezes não choveu o suficiente para abastecer as

cisternas, mas mesmo assim as famílias tiveram acesso à água em casa, algo que antes não tinham.

Além do acesso à água para o consumo humano, desde 2007 estamos trabalhando para que as pessoas tenham acesso à água para a produção de alimentos: trabalhamos com cisternas com capacidade para 52 mil litros de água, que são construídas nos quintais das casas e têm os transformado em locais de produção de alimento. As mulheres têm um papel importante nesta atividade, porque agora não só produzem suas plantas medicinais, como também reproduzem suas sementes e criam aves.

Nesse sentido, a água utilizada para a produção de alimentos vem transformando a paisagem do semiárido. Hoje, já foram feitas cerca de 800 mil cisternas pela ASA e também por outras organizações e pelo governo do Estado, que tem incorporado a tecnologia de cisternas de placas da ASA. Nesse sentido, cerca de 85 mil famílias do semiárido já têm acesso à água para a produção de alimentos e isso está transformando a vida das pessoas, porque agora elas não só têm água para consumir, mas também para produzir alimentos.

Também desenvolvemos junto aos agricultores um trabalho de gestão da água para o consumo e para a produção de alimentos. Isso tem trazido impactos incríveis na vida das pessoas não só porque elas passam a ter acesso à água, mas porque conseguem produzir uma diversidade de alimentos sem uso de agrotóxicos. Esses alimentos passam a ser consumidos pelas famílias e, mesmo em momentos de estiagens, elas têm conseguido vender seus alimentos no mercado da comunidade ou nas feiras locais, além de terem uma parceria com o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Chama a atenção que, mesmo no período de seca, em 2014 foram organizadas quatro feiras, que oferecem produtos agroecológicos produzidos pelas famílias.

Uma das reivindicações da ASA era a instalação das cisternas de placa e não as de plástico, conforme havia sido sugerido pelo governo federal há alguns anos. Hoje se investe mais em qual tipo de cisterna?

Hoje diminuiu o número de cisternas de plástico, porque fizemos um movimento contrário a essa tecnologia, justamente porque ela vem de fora, tem um preço mais elevado e os agricultores ficariam dependentes da empresa que comercializa esse tipo de cisterna caso ocorresse algum problema. Além disso, a construção das cisternas de placa fomenta o comércio local.

Além do avanço em relação ao acesso à água, quais são as principais dificuldades que a população do semiárido ainda enfrenta quando se trata de ter acesso à água?

Apesar do avanço, ainda é preciso construir mais cisternas para que toda a população do semiárido possa ter acesso à água, e não apenas para o consumo humano, mas também para poderem plantar seus alimentos.

Um dado que tem nos chamado a atenção é que embora tenha esse processo migratório do campo para a cidade, no Nordeste houve inclusive um retorno ao campo justamente porque as pessoas passaram a ter água. Mesmo num período de estiagem não houve uma migração brusca do campo para a cidade.

Tendo em conta esse cenário, é preciso implementar políticas públicas para a população do campo, porque não podemos nos iludir achando que somente as cisternas vão resolver todos os problemas do semiárido. Elas têm um papel importante no acesso à água, mas também é preciso olhar para as bacias hidrográficas, para as águas subterrâneas, os mananciais, ou seja, é preciso de políticas públicas que levem em conta o conjunto do meio ambiente. Isso faz com que se tenha um olhar mais sistêmico e integrado, ou seja, temos de olhar para as diversas formas de ter e garantir o acesso à água no semiárido. A luta pela água não pode acabar; ela é uma luta permanente.

Para se ter uma ideia, em alguns locais ainda não conseguimos instalar as tecnologias desenvolvidas pela ASA, porque algumas famílias não têm espaço em seus territórios para construir uma cisterna-calçadão de 200 metros. Então, a luta pela terra é algo importante para transformar a situação do semiárido.

Que tipos de políticas públicas seriam fundamentais para garantir a melhor qualidade de vida no semiárido e o desenvolvimento da região? O que tem sido feito em termos de outras políticas?

Primeiro temos que entender que o semiárido não é aquele lugar que muitas vezes é apresentado como um local de terra rachada, de vida seca. O semiárido tem um potencial muito grande e uma diversidade enorme que pode ser vista na Caatinga. Temos de olhar para essa potencialidade e capacidade naturais e humanas, ou seja, é preciso olhar o semiárido com outra lente: como um local que tem vida e capacidade de transformá-lo num local digno para se viver.

Entre os programas que vêm sendo realizados junto ao BNDES, destaco o Programa Sementes do Semiárido, que valoriza as variedades de sementes locais. Esse projeto será finalizado neste mês de maio, mas durante seu desenvolvimento conseguimos trabalhar com 640 bancos de sementes e 12.800 famílias. Fizemos um mapeamento das sementes que estão sendo conservadas, diversificadas e usadas pela agricultura familiar e chegamos a identificar que o patrimônio genético do semiárido é fantástico. Esse trabalho da valorização das sementes locais é algo importante para que o semiárido seja dinâmico e para que as populações camponesas possam viver melhor. Nesse sentido, água, semente e terra são questões fundamentais.

Também são desenvolvidas políticas voltadas para a agricultura familiar para que os agricultores possam vender seus produtos orgânicos, porque em geral eles não usam nem agrotóxicos nem sementes transgênicas; há um entendimento de que a agricultura se faz numa relação harmônica entre o homem e a natureza. Então, é importante fortalecer a agroecologia no semiárido, porque a metade dos agricultores brasileiros está no semiárido. Nessa linha, ainda seria preciso desenvolver algumas políticas que possibilitassem trabalhar a questão da produção, da organização da produção, do acesso ao mercado, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que compra a produção das famílias e a repassa para as escolas.

É importante ressaltar que algumas políticas foram bastante importantes para o semiárido, como o Programa Bolsa Família, que transformou a vida das pessoas não no sentido de elas ficarem dependentes do programa, mas, ao contrário, de elas terem condições de iniciar uma produção e passarem a ter acesso a créditos. As pessoas que recebem o Bolsa Família são trabalhadoras, vivem da agricultura, e esses programas sociais são um apoio a elas, porque à medida que acessam renda, deixam de precisar dos programas. De modo que se pode dizer que esses programas sociais também deram uma contribuição para a transformação do semiárido. Agregando isso à política de acesso à água e às sementes, foram colocados novos elementos para que essas famílias vivessem em melhores condições.

Como a transposição do rio São Francisco tem sido discutida na região do semiárido, depois de 85% das obras já estarem concluídas na Paraíba e de o governo sustentar a tese de que a transposição garantirá a segurança hídrica na região?

A transposição poderá trazer vantagens, mas será para um segmento social específico, e não para a população de agricultores, indígenas e quilombolas que vivem no semiárido, porque a água não vai chegar a essas populações. Nós temos muitas críticas à transposição, porque a história brasileira mostra que quando se investe em grande obras, elas não servem para atender ao grande público. Sem falar que essas obras não levam em conta os limites da própria natureza, porque a transposição vai trazer transtornos para o velho Chico, considerando que muitos estudos demonstram que a transposição causará impactos ambientais para o rio.

Outra crítica que fazemos à transposição é em relação aos altos recursos que são utilizados para realizar a obra. Se esse dinheiro fosse utilizado para desenvolver outras políticas, seria possível atender a um público bem maior e mais pobre.

Com uma possível mudança de governo, vislumbra alguma mudança na continuidade da implantação das cisternas no semiárido?

O novo governo está desmontando o Estado brasileiro e as conquistas sociais também serão desmontadas. Desde o período da colonização até hoje, foram poucos os governos que de fato trabalharam com as populações excluídas. Nos últimos 12 anos houve mudanças para o povo excluído, e as organizações da sociedade civil terão de denunciar e lutar pela continuidade de direitos daqui para frente.

Solos saudáveis geram autonomia, resiliência e produtividade no longo prazo. JannekeBruil. Carta Maior, 31/05/2016.

Todos querem solos saudáveis, mas poucos se preocupam com o que degrada o solo. A verdadeira causa da degradação é a forma como temos tratado o solo.

Um solo vivo e saudável é necessário para que as plantas e as pessoas sejam saudáveis. Na agricultura industrial, o solo é considerado um mero substrato ao qual fertilizantes, corretivos e sementes de organismos geneticamente modificados (transgênicos) são adicionados. Essa agricultura não é apropriada aos agricultores familiares. Ao contrário, na agroecologia, o manejo que garanta a vida do solo é muito importante e isto exige cuidados para além do aporte de fertilizantes e corretivos.

Todos querem solos saudáveis, mas poucos se preocupam com o que degrada o solo. A verdadeira causa da degradação é a forma como temos tratado o solo.Devemos entender que o solo tem de ser mantido vivo, para isto precisamos entender que a vida do solo precisa do mesmoque um ser humano: uma casa (uma boa estrutura do solo, para que os organismos possam viver lá), com uma boa cobertura (a cobertura do solo), um ambiente limpo (sem o uso de agrotóxicos), água (mas não muita), ar e alimentos. Os organismos, como nós, se alimentam de matéria orgânica. A matéria orgânica é também responsável pela cobertura do solo e em grande parte pela estrutura do solo. A estrutura, os torrões do solo, é responsável pela infiltração de água e aeração do solo.

O preparo excessivo do solo e o emprego de maquinário pesadodestroem a estrutura do solo, destroem a casa dos organismos do solo. Com boa qualidade do solo e matéria orgânica suficiente, você pode diminuir ou abolir o uso de fertilizantes químicos. E, mesmo se fertilizantes químicos são utilizados, mesmo assim a matéria orgânica é necessária para alimentar o solo. Fertilizantes químicos alimentam as plantas e não os solos. Se alimentarmos o solo, podemos alimentar o mundo.

Para garantir um solo saudável, os agricultores precisasm trabalhar com a biodiversidade, não há outro caminho. Em um solo saudável, com vida, os organismos exercem várias funções. Alguns deles fixam nitrogênio, outros decompõemos materiais orgânicos, alguns aeram o solo e assim por diante. Há um grupo de fungos do solo, denominado micorrizas. Este grupo de organismo é muito importante para a dinâmica do fósforo, um nutriente importante para as plantas, no solo. O fósforo é um elemento escasso na terra. Alguns autores apontam que em 30 anos poderemos ter escassez deste elemento para a fabricação de adubo. Eu chamo asmicorrizasdeFacebook do solo. Elas detêm informações sobre o solo e estão constantemente envolvidas em trocas com as raízes das plantas e ajudam as plantas a utilizarem melhor o fósforo presente no solo. Precisamos cuidar dessas redes de organismos do solo, precisamos trata-los como parceiros de uma agricultura limpa, sem veneno, compouca ou nenhuma aração. Portanto, temos de cuidar não só de nossas redes acima do solo, mas das redes dosolo.

Solo com vida, com boa qualidade, dá autonomia aos agricultores, além de resiliência e produtividade no longo prazo. É por isso que o solo saudável é importante para os agricultores familiares. Mas as famílias agricultoras também são importantes para os

solos, porque a formação e a manutenção de solos saudáveis exigemdedicação e trabalho – exatamente o que os agricultores familiares fazem.

Interessante observar que poucos agricultores utilizam a palavra solo, eles utilizam a palavraterra. Solo é um termo mais científico, enquanto terra implica em uma abordagem mais integradora, articulada a debates políticos e sociais em torno de questões como acesso, propriedade e controle. A luta por reforma agrária se dá em torno da questão da concentração da terra e não do solo! Muitos agricultores de todo o mundo dizema terra tem que funcionar; e eles sabem que têm de fazê-la funcionar. Para isto é preciso ter um solo vivo. Como eles trabalham com a natureza o tempo todo, eles sabem a diferença entre um solo vivo e um solo degradado. Eles percebem que uma planta que cresce em um solo saudável é mais saudável. Os agricultores familiares vivem da terra, mas também vivem na terra. Seus filhos herdarão o solo com a qualidade que elesdeixarem. O solo é quase parte da família. E você pode ouvir agricultores em todo o mundo dizendo que a terra é nossa mãe. Outroaspecto importante sobre a agricultura familiar é o papeldesempenhado pelas mulheres. As agricultoras familiares tendem a ter uma conexão mais forte com a terra, assim comosão mais conscientes sobre a importância da soberania e segurança alimentar do que os homens.

Um exemplo interessante de como melhorar a qualidade do solo pode ser dado. Em 1993, o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), uma ONG que atua na promoção da Agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais, em parceria com o sindicato da agricultura familiar de Araponga (MG) e com a alguns professores e estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV) usaram métodos de diagnóstico rural participativo para identificar os principais problemas e necessidades relacionadas à agricultura do município. Os/as agricultores/as foram claros ao apontar que o maior problema estava ligado à perda de qualidade do solo, eles disseram que a terra estava enfraquecida. Para fortalecer a terra organizamos umacomissãochamadaTerra Forte, composta por técnicos e agricultores. Os agricultores apresentaram algumas soluções que incluiu o uso de adubação verde, a roçagem (e não capina) da vegetação espontânea (denominado por muitos de erva “daninhas”). A equipe técnica,por sua vez, propôsa implantação de sistemas agroflorestais (que consistem no consórcio de árvores com a cultura principal). E funcionou. Todas as técnicas utilizadas priorizaram o uso de

recursos locais e a biodiversidade para recuperar a qualidade do solo.

Nos sistemas agroflorestais com café por exemplo, muitas espécies de árvores nativas foram utilizadas. As raízes das árvores exploram o solo em profundidades diferentes das raízes do café, promovendo a ciclagem de nutrientes, a partir das folhas que caem, estas também promovem a cobertura do solo. Muitas árvores são leguminosas e fixam nitrogênio, um nutriente importante para as plantas. As árvores também atraem inimigos naturais das potenciais pragas do café e polinizadores que contribuem para a produção do café. Ou seja, a biodiversidade presta inúmeros serviços (ou melhor dizendo bondades) à agricultura, entretanto, preferimos, inúmeras vezes, realizar parcerias com as empresas produtoras de insumos e não com a natureza. Daí, já sabemos, em um caso e outro, quem sai ganhando.

Contribuiu para o sucesso do CTA e parceiros o uso de métodos participativos. Estes permitiram a discussãodos problemas e o planejamento das ações em conjunto com as famílias agricultoras. O que também ajudou foi trabalhar com as ideias vindas das próprias famílias agricultoras. A única nova prática que propusemos foi a dos sistemasagroflorestais, o resto os agricultores já sabiam, ou pelo menos alguns deles se lembravamde como o trabalho era realizado no passado.Os serviços de extensão e universidades costumam dizer aos agricultores o que fazer e normalmente os recomendam a utilizar as denominadas técnicas“modernas”. A participação dos agricultores é importante. Eles compartilham seus conhecimentosvaliosos no manejo sustentável das terras. Estes conhecimentos foram construídos através de gerações e foram desprezados pela chamada “modernização” que priorizou o conhecimento dos técnicos.

O enfraquecimento das terras apontados pelos agricultores durante o diagnóstico foi consequência do usodurante anos de insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, sem o cuidado com a vida do solo. O uso de insumos químicos faz parte dos pacotes tecnológicos da chamada “modernização da agricultura”, mais conhecido como “revolução verde”, mas que de verde não tem nada. Este pacote foi introduzidono Brasil durante o período da ditadura militar, entre 1964 e 1984. O governo militar apoiou a adoção dessas tecnologias com a criação de novas políticas, mudando currículos

universitários, reorganizando os serviços de pesquisa e extensão. O pacote da Revolução Verdeincluiu o uso de agrotóxicos, de fertilizantes, a moto-mecanização, a irrigação e as sementes híbridas e, mais recentementeorganismos geneticamente modificados (OGMs). Tudo isso serviu de apoio à produção em monoculturas incentivadas pelos bancos que ofereceram aos agricultores crédito a juros baixos para investir nessas tecnologias.

Para incentivar a monocultura, muitos agrônomos argumentavam que se osagricultores trocassem a produção diversificada de culturas alimentares pela monocultura eles iriampotencializar o trabalho, ganhar mais dinheiro e com este dinheiro poderiam comprar a suacomida. Mas a produção de apenas uma cultura torna os agricultores totalmente dependentes do mercado. No caso do café, o preço oscila muito no mercado internacional de commodities. Com a queda do preço, os agricultores quase sempre optam por pagar suas dívidas e não por comprar alimentos. Além disto, o alimento adquirido no mercado é de qualidade muitas vezes duvidosa. Isto, dentre outros aspectos faz com que o uso de monocultura sejacontrárioà segurança e soberania alimentar das famílias agricultoras.

Alguns agricultores, no entanto, resistiramao pacote da revolução verde e continuaram,pelo menos em parte de suas terras,a cultivar à sua maneira. Isso se tornou uma forma de resistência cultural, porque envolvia o modo de vida das pessoas e expressava o respeito pelos esforços e investimentos de seus pais e avós. Esses agricultores mantiveram vivo o conhecimento tradicional sobre a saúde do solo, e isso depois alimentou uma nova forma de pensar. Com a redemocratização do Brasil, buscamos as melhores práticas e nos voltamos a esses agricultores, junto com os sindicatos da agricultura familiar, as comunidades eclesiais de bases (organizações ligadas as igrejas progressistas) e outros grupos, e vimos o início do movimento deAgroecologia no Brasil, no início denominado agricultura alternativa.

A agroecologia é entendida por nós enquanto ciências, movimento e prática. Enquanto ciências, a agroecologia estuda os sistemas agroalimentares, objetivando em especial a produção de alimentos saudáveis. A agroecologia envolve da produção de alimentos à mesa, por isto a agroecologia interessa a toda a sociedade. Para a produção de alimentos

de qualidade é preciso ter solos de qualidade e este depende da biodiversidade. A biodiversidade por sua vez depende de solos de qualidade. O solo faz parte também do ciclo hidrológico. O solo é a caixa de água, não adianta cuidar das nascentes (funcionam como torneiras) e córregos e rios se não cuidamos do solo, onde a água infiltra e abastece os lençóis freáticos e as nascentes. Os usos e manejos do solo, da água e da biodiversidade dependem do conhecimento, das crenças e valores das famílias agricultoras e da sociedade como um todo, por isto dizemos que a agroecologia preza pela nossa relação com a natureza mediada pela nossa cultura.

O movimento da agroecologia cresceu e em 2012 a partir de uma reivindicação da Marcha das Margaridas, movimento das mulheres agricultoras, a nossa Presidenta Dilma lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. A partir do lançamento a sociedade civil em parceria com o governo federal formulou o I e o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Esta foi uma iniciativa inovadora e que serviu de exemplo para o mundo e com a Política e os Planos estávamos avançando na construção da agroecologia. Por isto, dentre outras coisas, estamos ansiosos e trabalhando pela volta de nossa Presidenta, pois em ela nossos frutos não vingarão!

MATO GROSSO DO SUL: Comunidades indígenas recebem alimentos da Conab. CONAB. 31/05/2016.

Comunidades indígenas de Ponta Porã e Dourados receberão 2200 cestas de alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na primeira quinzena de junho. As doações serão feitas por meio da Superintendência Regional da Companhia no Mato Grosso do Sul.

Ao todo serão mais de 46 toneladas de alimentos que beneficiarão diretamente cerca de 10 mil pessoas. Cada cesta contém arroz, feijão, fubá, óleo, macarrão, farinha de mandioca e leite em pó, com peso médio de 20 kg. Os alimentos foram adquiridos pela Conab em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

A Fundação Nacional do Índio (Funai) será responsável pela distribuição às comunidades locais. De 3 a 9 de junho serão entregues 1400 cestas em Ponta Porã e entre 13 e 16 de junho, 800 cestas em Dourados.

Sustentabilidade vai de madeira certificada a almofadas artesanais. Adriana Carvalho – Valor Econômico. 31/05/2016.

Quando os competidores chegarem à Vila dos Atletas, encontrarão seus quartos decorados com almofadas coloridas, cheias de flores ou bordadas cuidadosamente com letras de poesia de cordel. Confeccionadas artesanalmente por cerca de 150 costureiras de quatro cooperativas do Rio de Janeiro, as 22 mil almofadas que vão enfeitar os dormitórios e a Vila de Mídia durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos fazem parte dos suprimentos encomendados pelo Comitê, seguindo critérios de sustentabilidade.

Cada uma das cooperativas selecionadas - Rede Asta, Casa da Cultura, Ecosol e Nêga Rosa - ficou com a missão de produzir 5.500 unidades. "Somos uma rede que apoia 960 artesãs de dez Estados brasileiros. Escalamos dois grupos do Rio para a produção para os Jogos: um fazia o enchimento das almofadas e o outro, a costura. Mais do que o dinheiro extra que essa encomenda representou, o que valeu mais para elas foi o orgulho de ter sua produção em destaque em um evento tão importante", diz a cofundadora e diretora executiva da Asta, Alice Freitas, acrescentando que as costureiras trabalharam intensamente durante dois meses para dar conta da entrega.

Segundo Tânia Braga, gerente de sustentabilidade, acessibilidade e legados dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, não apenas as almofadas, mas também móveis em madeira, eletrodomésticos como geladeiras e outras centenas de itens comprados passaram pelo crivo de impacto ambiental e socioeconômico antes de serem aprovados. "Levamos em consideração as experiências de sustentabilidade de jogos passados, como os de Londres e Vancouver", diz ela. O Comitê também firmou parcerias com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e com a IMD, escola de negócios da Suíça.

"Eles nos ajudaram a estabelecer processos mais efetivos do ponto de vista da sustentabilidade. Percebemos que há muito consenso sobre o que se deve fazer nesse

campo, mas havia pouca ideia de como fazer", conta ela. Uma das medidas tomadas foi mapear entre as cinco mil categorias de suprimentos necessários, quais as mais críticas e que demandariam mais rigor na escolha. Chegou-se à conclusão de que havia 120 categorias mais sensíveis, entre elas as que envolviam produtos de origem têxtil e de madeira.

Além da publicação de guias específicos para fornecedores, a política de sustentabilidade incluiu também a capacitação com workshops e treinamentos. Durante a vigência do contrato, todos passam também por monitoramento, segundo Tânia, para avaliar a conformidade com as regras. Segundo ela, a destinação final de produtos, embalagens e resíduos também está prevista. A gerente não revela números em relação às compras, mas diz que não é verdadeira a percepção de que produtos sustentáveis são sempre mais caros.

"É o caso das geladeiras que adquirimos com selo Procel A. A economia de energia que elas apresentam provou que é um produto mais econômico do que geladeiras convencionais. Já no caso das almofadas, são mais caras se compararmos com produtos industrializados. Mas se comparados com produtos artesanais, o preço é equivalente", afirma.

Entre as metas tangíveis a serem obtidas com as compras sustentáveis do Comitê está a redução das emissões de carbono: de acordo com Tânia, a previsão inicial, feita em 2014, de que 3,6 milhões de toneladas de carbono seriam jogados na atmosfera por conta do evento deverá ser pelo menos 18,3% menor. "Além de medidas de controle de desperdício e de redução de quantidades de compras, a substituição de materiais convencionais por outros sustentáveis, como é o caso da madeira certificada, dá um grande passo para reduzir as emissões", diz ela.

Com 37 anos de experiência no mercado, a Visolux Comunicação Visual precisou encarar o processo de certificação das madeiras que utiliza para fornecer seus produtos para os Jogos. "Nós já havíamos sido fornecedores na montagem do edifício sede do Comitê Olímpico e fomos convidados a participar da concorrência de produtos em madeira que serão usados no cerimonial dos Jogos. Mas para isso precisamos nos adequar e passar pela certificação do uso de madeira sustentável, que já está quase concluído", diz Luciano Souto, sócio e diretor comercial da empresa que tem sede na Grande Recife e unidade produtiva em Maringá (PR).

Ele afirma que a empresa arcou sozinha com os custos de consultoria e certificadora. "Com isso tivemos que nos informar melhor sobre o mercado de madeira certificada, que ainda não é muito grande no Brasil, e encontrar os fornecedores mais adequados e que atendessem as especificações do projeto no que diz respeito à qualidade, ao custo, ao peso e à dureza da madeira. Mudamos também processos internos para reduzir desperdícios. Tudo isso nos habilita não só para os Jogos, mas também para entrar na concorrência de outros eventos futuros de referência global como esse", afirma Souto, que já entregou 70% dos produtos encomendados.

IEA, da USP, lança grupo de pesquisa sobre agricultura urbana. Bettina Barros – Valor Econômico. 31/05/2016.

O Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA) incluiu em seu leque de pesquisas a agricultura urbana. O conselho deliberativo da entidade aprovou, no último dia 9, a criação de um grupo de estudos para promover a discussão científica sobre o impacto desse tipo de cultivo nas cidades e na sociedade. O grupo terá a coordenação da professora Thais Mauad, da Faculdade de Medicina da USP, especialista em saúde urbana.

Vinculado ao IEA pelo período de dois anos, o grupo irá produzir estudos científicos sobre a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), com ênfase na cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana (RMSP).

Entre as atividades já programadas está a realização de um seminário em agosto, com a participação de professores e pesquisadores da Universidade de Melbourne, Austrália. O debate busca compreender, melhorar e promover a resiliência dos sistemas de produção urbana de alimentos nas duas metrópoles — Melbourne e São Paulo.

Para 2017 estão prevista a apresentação de parte dos resultados dos estudos realizados, além da publicação de artigos e participação dos integrantes do grupo em congressos e seminários.

O grupo tem seis membros permanentes e dois pesquisadores colaboradores de áreas diversas. Conforme o IEA, dada a sua proposta interdisciplinar, o grupo congrega especialistas da Faculdade de Medicina da USP, da Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da USP, além da Fundação Getúlio Vargas e Universidade de Rennes 2, da França.

Em 2015, o grupo de pesquisadores foi o vencedor do 5º Prêmio Fecomércio de Sustentabilidade, categoria Academia, com o projeto "Agricultura Urbana: Produção, Varejo e Consumo de Alimento".

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

opa Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa